



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

William Ricardo Boessio

O ensino de jornalismo em meio a transformações do ambiente profissional: um estudo dos PPCs e das ementas das disciplinas de cursos de universidades federais do Rio Grande do Sul

Florianópolis

2020

William Ricardo Boessio

O ensino de jornalismo em meio a transformações do ambiente profissional: um estudo dos PPCs e das ementas das disciplinas de cursos de universidades federais do Rio Grande do Sul

Dissertação/Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Jornalismo

Orientador: Prof. Eduardo Barreto Vianna Meditsch, Dr.

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Boessio, William Ricardo

O ensino de jornalismo em meio a transformações do ambiente profissional : um estudo dos PPCs e das ementas das disciplinas de cursos de universidades federais do Rio Grande do Sul / William Ricardo Boessio ; orientador, Eduardo Barreto Vianna Meditsch, 2020.

116 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Jornalismo. 3. Ensino de Jornalismo. 4. Diretrizes Curriculares Nacionais. 5. Projeto Pedagógico de Curso. I. Meditsch, Eduardo Barreto Vianna. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Jornalismo. III. Título.

William Ricardo Boessio

O ensino de jornalismo em meio a transformações do ambiente profissional: um estudo dos PPCs e das ementas das disciplinas de cursos de universidades federais do Rio Grande do Sul

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Valci Regina Mousquer Zuculoto, Dra.
PPGJor – Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Melina de la Barrera Ayres, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Jornalismo.

Prof.(a) Rogério Christofolletti, Dr.
Coordenador(a) do Programa

Prof. Eduardo Barreto Vianna Meditsch, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2020.

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa e a possibilidade de me dedicar ao mestrado no PPGJor/UFSC entre os anos de 2017 e 2020 foi possível graças ao apoio de minha família, Leoni, Ivan e Laura, que de Santa Maria/RS me garantiram não só a sustentação financeira inicial, mas a referência emocional, de acolhida e de pertencimento, algo que as centenas de quilômetros exacerbaram. Agradeço à Alice, por ter vivido comigo os dissabores do distanciamento, o que possibilitou que o amor que existia antes dessa empreitada exista ainda hoje entre nós. Agradeço à família que me acolheu como um Rodrigues na Ilha de Santa Catarina: Larissa, Luiza e Paulo.

Agradeço ao PPGJor, aos professores e ao meu orientador Eduardo, pela referência inestimável e por compreender ao longo desse caminho tantas das minhas dificuldades. Aos colegas, por tudo que pôde ser compartilhado. Aos amigos que de Santa Maria, Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba e Uruguaiana seguiram comigo. Aos companheiros políticos de tantos lugares deste país cuja luta inspira e ensina.

Ainda, cabe agradecimento à política pública de fomento à pesquisa, dado que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo os Projetos Pedagógicos de Curso dos cursos de Jornalismo construídos a partir das novas Diretrizes Curriculares Nacionais, regulamentadas no Brasil em 2013, e em meio a um cenário de transformações do ambiente midiático. A partir de noções quanto à especificidade do Jornalismo e da compreensão de sua evolução histórica no sentido da profissionalização, o objetivo é identificar de que modo os novos Projetos Pedagógicos de Curso incorporam noções de mudanças na profissão jornalística que acometem a atividade e o reflexo dessas noções nas propostas curriculares e ementas de disciplinas. Como metodologia, utilizam-se a análise documental e a análise de conteúdo. Como objeto empírico, são considerados os Projetos Pedagógicos de Curso de cursos de Jornalismo de universidades públicas do Rio Grande do Sul, suas matrizes curriculares e as ementas das disciplinas. Percebe-se que, mesmo que os documentos caracterizem aspectos relativos às mudanças por que passa o jornalismo e sua atividade profissional, as estruturas curriculares segmentam-se em grande medida conforme as práticas proporcionadas pela imprensa tradicional, incorporando pontualmente novas técnicas e possibilidades de atuação profissional.

Palavras-chave: Jornalismo. Ensino do jornalismo. Diretrizes Curriculares Nacionais. Projeto Pedagógico de Curso.

ABSTRACT

This research has as object of study the Pedagogical Course Projects of Journalism courses built from the new National Curricular Guidelines for the Journalism Undergraduate Courses, regulated in Brazil in 2013, and in the midst of a scenario of changes in the media environment. Based on notions regarding the specificity of Journalism and the understanding of its historical evolution towards professionalization, the objective is to identify how the new Pedagogical Course Projects incorporate notions regarding changes in the journalistic profession and the reflection of these notions in the curricular proposals and subject menus. Documentary analysis and content analysis are used as methodology. As an empirical object, the Pedagogical Course Projects of Journalism courses of public universities of Rio Grande do Sul, their curricular matrices and the subjects' menus are considered. It is noticeable that, even if the documents characterize aspects related to the changes journalism and its professional activity goes through, the curricular structures are largely segmented according to the practices provided by the traditional press, occasionally incorporating new techniques and possibilities of professional action.

Keywords: Journalism. Journalism Education. National Curricular Guidelines. Pedagogical Projects of Course.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Número de Disciplinas por Eixo de Formação	911
Figura 2 – Distribuição da carga horária entre os eixos de formação	922

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Anos de fundação dos cursos	68
Quadro 2 – Anos de publicação do PPC e implementação de nova matriz curricular	69
Quadro 3 – Resumo da estrutura dos projetos pedagógicos	70
Quadro 4 – Categorias e subcategorias referentes à justificativa para criação do curso	72
Quadro 5 – Categorias e subcategorias referentes à justificativa para elaboração de novo Projeto Pedagógico de Curso	74
Quadro 6 – Categorias e subcategorias referentes possibilidades de atuação profissional ..	7676
Quadro 7 – Carga horária total dos cursos	80
Quadro 8 – Classificações das disciplinas do curso de Jornalismo da UFRGS	80
Quadro 9 – Distribuição das disciplinas no curso de Jornalismo da UFPel	81
Quadro 10 – Disciplinas do Eixo Fundamentação Humanística	82
Quadro 11 – Disciplinas do Eixo Fundamentação Específica.....	844
Quadro 12 – Disciplinas do Eixo Fundamentação Contextual.....	855
Quadro 13 – Disciplinas do Eixo Formação Profissional	87
Quadro 14 – Disciplinas do Eixo de Aplicação Processual	88
Quadro 15 – Disciplinas do Eixo de Prática Laboratorial	90
Quadro 16 – Características do Estágio Curricular Supervisionado	92
Quadro 17 – Disciplinas equiparadas por ementa.....	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abert Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas

ANJ Associação Nacional de Jornais

DCNs Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo

ECA-USP Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

FENAJ Federação Nacional dos Jornalistas

FNPJ Fórum Nacional de Professores de Jornalismo

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INTERCOM Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

MEC Ministério da Educação

PE Estado de Pernambuco

SBPJor Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

SESU Secretaria de Educação Superior

SP Estado de São Paulo

UERJ Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFBA Universidade Federal da Bahia

UFF Universidade Federal Fluminense

UFPE Universidade Federal de Pernambuco

UFPel Universidade Federal de Pelotas

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

UFSM Universidade Federal de Santa Maria

UFSM-FW Universidade Federal de Santa Maria – campus Frederico Westphalen

UMESP Universidade Metodista de São Paulo

UnB Universidade de Brasília

Unipampa Universidade Federal do Pampa

USP Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CONCEPÇÕES DE JORNALISMO E PROFISSÃO	17
1.1 NATUREZA E TRANSFORMAÇÕES JORNALÍSTICAS	17
1.2 A QUESTÃO PROFISSIONAL EM TENSÃO.....	27
2 O FAZER JORNALÍSTICO E SEU ENSINO	37
2.1 DO OFÍCIO À PROFISSIONALIZAÇÃO	37
2.2 A UNIVERSIDADE E O ENSINO BRASILEIRO DE JORNALISMO	44
3 OS NOVOS PPPCS PARA OS CURSOS PÚBLICOS DE JORNALISMO GAÚCHOS	57
3.1 PROJETOS PEDAGÓGICOS E CURRÍCULOS PELAS NOVAS DCNS	66
3.1.1 Contextos e Cenários nos PPCs de Jornalismo	68
3.2 ANÁLISE DAS ESTRUTURAS CURRICULARES E EMENTAS.....	80
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS.....	104
APÊNDICE A - Unidades de registro de cada subcategoria vinculada à justificativa para criação do curso	110
APÊNDICE B – Unidades de registro de cada subcategoria vinculada à justificativa para elaboração de novo Projeto Pedagógico de Curso.....	112
APÊNDICE C – Unidades de registro de cada subcategoria vinculada a indicativos de formas e meios de atuação profissional.....	114

INTRODUÇÃO

As transformações do ambiente midiático, dentro do qual se desenvolve o jornalismo, encontram origens nas agudas e contínuas inovações tecnológicas de difusão da informação, que alteram as condições de atuação profissional do jornalista, contribuindo para a proletarianização e a desprofissionalização da atividade (FIDALGO, 2008) e, ao interferir na relação social do público com a informação, afetam também o prestígio e a credibilidade da atividade jornalística (DEUZE, 2009a). A concepção de jornalismo realizado profissionalmente pela imprensa como objetivo, livre, justo e legítimo tem perdido espaço mesmo em democracias mais estabelecidas e as inquietações sobre as razões e consequências dessa turbulência acometem a área como um todo e o ensino de jornalismo, em específico – característica que Deuze (2009a) descreve como similares ao redor do globo.

De modo geral, o ensino de jornalismo pode ser encontrado organizado em cinco formas distintas, como em: faculdades ligadas a universidades; faculdades autônomas; um modelo misto de formação autônoma e universitária; através de sistemas de aprendizagem da indústria da mídia; e em outro modelo composto pelas formas anteriores vinculado também a empresas de mídia, editoras, sindicatos e outras instituições privadas ou governamentais (DEUZE, 2009b). Compreender a configuração curricular atual dos cursos de jornalismo, que no caso brasileiro são majoritariamente universitários, demanda um olhar para o cenário predecessor, de razoável bonança no que diz respeito ao vigor institucional da atividade frente à sociedade e que legou concepções sobre a atividade que hoje são críticas para a área.

Dessa forma, parto aqui do pressuposto de que o ensino de jornalismo estruturou-se de forma a contemplar práticas jornalísticas existentes durante um determinado período histórico, em que variáveis econômicas e de relacionamento com os públicos atuavam favoravelmente ao exercício do jornalismo, o qual trilhava constante processo de profissionalização (ANTONIOLI, 2014; LOPES, 2013; MEDITSCH, 2012; MICK, TAVARES, 2017). Com isso, quero dizer que a conformação curricular ofertada pelos cursos de graduação, ao longo dos anos, levava em consideração práticas e concepções teóricas sobre o jornalismo cabíveis a sua época, aos formatos e mídias disponíveis, devidamente apropriadas pelas empresas midiáticas. Ao ensino do jornalismo, que se realizava tendo em vista sua expressão nos formatos impresso e radiofônico, por exemplo, somou-se o ensino do jornalismo televisivo, a partir da implantação do sistema de transmissão no Brasil e da paulatina readequação dos cursos para tal, com os ruídos de uma propalada extinção dos meios antecessores, o que não se sucedia.

Em parte, a inclusão do ensino de jornalismo digital nas matrizes curriculares, num processo de readequação aos tempos, tem ocorrido de forma semelhante. Em parte porque a existência de disciplinas embasadas em concepções normatizadas para um jornalismo que se realizasse em cada um dos distintos meios, durante um determinado período histórico, se fez valer de razoável estabilidade da institucionalidade da imprensa no ambiente midiático.

Dessa vez, porém, acreditar que basta uma simples inclusão de conhecimentos sobre um ou mais meios em que se passe a realizar o jornalismo no ementário não basta, visto que inovações tecnológicas produziram alterações sociais como no contrato de passividade do público com relação a mídia e seus profissionais, que tinham a informação como sua matéria prima exclusiva. Esse cenário nos obriga a tecer considerações mais radicais sobre o momento vivido pela atividade profissional jornalística.

Lembremos que a incipiência da área específica no país fez com que o ensino brasileiro de jornalismo iniciasse sua trajetória vinculado a faculdades de filosofia, com uma formação excessivamente teórica e generalista sobre humanidades, desvinculada da prática profissional, empregando, num primeiro momento, profissionais do mercado jornalístico para ministrar disciplinas práticas (MELO, 2006), o que reforçou o caráter determinista das técnicas estudadas em salas de aula. A solidez das práticas jornalísticas ensinadas nas faculdades independia da reflexão que se produzisse sobre elas: as formas de escrever, falar e se portar eram determinadas pelos formatos existentes, respaldados pelo público e pelas empresas midiáticas, que galgaram espaços de credibilidade e de reprodutibilidade.

Com o passar do tempo, por sua vez, a “produção teórica referendada pelos pares da própria comunidade teórica mantinha as aparências de responsabilidade científica para justificar o *status* universitário das profissões da comunicação” (MEDITSCH, SPONHOLZ, 2011, p. 11). Para esses autores, o debate sobre uma melhor confluência entre a teoria e prática nas escolas de jornalismo ganha hoje tons de emergência dado o cenário de instabilidade com as mudanças tecnológicas e culturais que ameaçam a viabilidade do exercício profissional do jornalismo, tal como se estabeleceu nas últimas décadas, considerando seus modos de financiamento e de relacionamento com os públicos, o que evidencia a necessidade de se refletir sobre a natureza e as transformações por que passa o jornalismo.

Disso decorrem algumas considerações: a primeira é que o jornalismo enquanto profissão ambígua, moldou-se por meio de valores, majoritariamente, deontológicos (CAMPONEZ, 2009), trilhando longo caminho sem que houvesse estruturas formais de ensino a lhe dar suporte, ou seja, independente dos acúmulos teóricos que competiam aos estudantes,

professores e profissionais sobre o fazer jornalístico. Apesar do entendimento do jornalismo como “processo inteiramente controlado pelo jornalista” (BRASIL, 2013, p.5), este sempre se fez valer de estruturas sociais que tornavam possível sua atividade.

É com a necessidade social de notícia que o jornalista trabalha, é por essa necessidade que sua função foi criada e por ela que recebe poder para executar suas atribuições e receber uma credibilidade de seu público. [...] É incoerente pensar o jornalismo apenas pelo viés de sua interferência na realidade social, esquecendo que este também é produzido pelas demandas dessa realidade e com uma história que justifica, por vezes, seu modo de ação na atualidade. (PONTES; SILVA, 2009, pg. 52-54)

Não se pode apostar, então, que caiba estritamente à área do ensino de jornalismo arcar com a responsabilidade de reformar a profissão de modo a adequá-la às transformações tecnológicas e culturais, de forma a fazer a manutenção do *status* que detinha outrora. Isso seria inverter os condicionantes históricos. Apesar do jornalista ser o ator outorgado socialmente para mediar fatos através de notícias, a atividade torna-se profissional a despeito da pura vontade ou capacidade destes profissionais, houve uma gama de fatores que fizeram com que a história fosse escrita dessa forma, e hoje a “nova fisionomia do jornalismo relativiza teorias e crenças que historicamente sustentavam o poder hegemônico das redações tradicionais” (BRASIL, 2013, p.6).

A segunda consideração, diz respeito ao jornalismo não como profissão, mas como fenômeno que se erige na modernidade como forma de “socialização de quaisquer informações de caráter público, atual e singular e que atendem a diferentes interesses” (SILVA, 2009a, p. 13). Sob essa chave, o jornalismo, enquanto fenômeno, descompromissado com a manutenção do *status* profissional é vinculado – mesmo que essa não tenha sido, majoritariamente, sua orientação durante pelo menos três séculos da era moderna – seguirá existindo sob formatos e em relações que se rearranjam, com valores talvez distintos e com uma diferente composição de atores sociais. Pressupõe-se, assim, que existe a possibilidade de a forma profissional conhecida perder magnitude – as demissões em massa ao redor do globo não deixam de indicar senão uma obsolescência – abrindo possibilidade para que outras formas de realização jornalística se instaurem.

É possível que todas as formas de mídia e de seu controle desapareçam ou passem por transformações profundas durante a vida profissional de nossos atuais alunos, mas a informação e sua expressão vão continuar existindo e requerendo tratamento profissional. (MEDITSCH, 2012, p. 132)

De qualquer forma, para que se evite o exercício de futurologia apocalíptica, entende-se que transformações como essa ocorrem lentamente. Os estados do jornalismo descritos por Charron e De Bonville (2016) a partir do conceito de paradigmas científicos dão conta de que

suas grandes transformações seriam produto de crises paradigmáticas, como momentos em que as adaptações sociocognitivas produzidas pelas práticas jornalísticas tensionam um sistema de valores, regras e esquemas a ponto de modificar um número significativo de elementos que constituíam o modelo anterior, produzindo uma nova configuração.

Esse debate mantém, sobremaneira, relação dialógica com o processo brasileiro de instituição de novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo. Promulgadas em 2013, foram gestadas oficialmente a partir de 2009, momento chave em que as disputas acadêmicas e profissionais sobre a especificidade da área e sobre sua valorização pelo diploma determinaram um horizonte futuro ao ensino superior de jornalismo no país.

Considerando que o processo inacabado de transformações no jornalismo tende a um cenário de rearranjo de seus elementos, e que nesse processo cabe aos jornalistas “a sensibilidade de continuar a controlar o dispositivo cognitivo necessário à sua prática” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p.121) – **tenho como objetivo identificar nos Projetos Pedagógicos de Curso dos cursos de graduação em jornalismo de instituições federais de ensino superior brasileiras do Rio Grande do Sul quais suas considerações quanto às transformações do ambiente de atuação profissional do jornalismo.** Para tanto, traço como objetivos específicos analisar o que consta nos textos dos PPCs acerca de compreensões e razões dos cursos de graduação em jornalismo quanto às alterações propostas pelas novas DCN e pela conjuntura profissional; analisar e comparar a construção das matrizes curriculares a partir do indicado pelas DCNs; e analisar nas ementas das disciplinas os tópicos abordados quanto às possibilidades de atuação no jornalismo.

Sobre a metodologia utilizada no âmbito desta pesquisa, Maria Immacolata Vassalo de Lopes (2016) define a metodologia de pesquisa como uma contínua tomada de decisões que estruturam a investigação em níveis e fases que se articulam em rede, numa concepção topológica e cronológica da pesquisa, fazendo a sugestão de que a reflexão epistemológica ocupe a primeira etapa da investigação, a partir da qual é possível desenvolver estratégias de vigilância e autocontrole das práticas adotadas para a pesquisa, o que impede que o produto final contenha apenas discurso ideológico.

Serão as condições de produção que determinarão os caminhos utilizados para se falar sobre um objeto, enquadrados pela autora em três contextos: discursivo, que carrega a história de constituição, caminhos e tendências de campo científico determinado; institucional, com mediação de discurso científico e variáveis sociológicas que organizam recursos e poder em

uma comunidade científica; e histórico-social, com as variáveis sociológicas que determinam o andar da produção científica em um país ou internacionalmente. É nesse cenário em que se entrecruzam os níveis (epistemológico, teórico, metódico, técnico) e fases (definição do objeto, observação, descrição, interpretação) delineados pela autora na constituição de um modelo metodológico crítico e operativo, que entrega ao autor a responsabilidade pelo desenho de sua estratégia.

Considerando o objeto desta pesquisa, a análise dos novos projetos pedagógicos para os cursos de graduação em jornalismo, baseados nas novas diretrizes curriculares nacionais, assim como de matrizes curriculares, se valerá da análise documental, que, segundo Moreira (2009), tem caráter qualitativo, por servir de verificação de teor de material selecionado para análise, e da análise de conteúdo, que para Bardin (1977) se interessa por algo a mais que a descrição dos conteúdos: se interessa pelo que se pode perceber a partir do tratamento desse conteúdo.

Quanto à execução da pesquisa em si, um dos desafios foi o estabelecimento criterioso de um objeto empírico que se sustente metodologicamente. Além disso, a seleção de quais cursos de graduação em jornalismo analisados dependeu não só dos critérios adotados, mas também da viabilidade de acesso aos documentos desejados desses cursos. Segundo o Portal e-MEC, do Ministério da Educação¹, existem no Brasil 432 cursos de graduação em jornalismo no país, dos quais 65 pertencem a instituições públicas, e 367 a instituições privadas, 12 dos quais em formato de educação à distância. A discrepância entre a oferta pública e privada de vagas em cursos superiores de jornalismo, num primeiro momento, me levou a acreditar que seria necessária uma amostragem proporcional desse universo, de forma a trazer resultados que fizessem jus ao produto final do processo deste ensino no país. Porém, a negativa de algumas das escolas privadas mais bem classificadas pelo MEC, através do índice “Conceito Preliminar de Curso” (CPC) em disponibilizar seus projetos pedagógicos e demais documentos internos referentes à matriz curricular tensionaram a viabilidade de uma proposta que as incluísse.

Mantendo em vista a restrição de análise de documentação de cursos pertencentes a administração pública, a escolha pelos cursos de Jornalismo sediados em universidades públicas federais do Rio Grande do Sul se deu pela circunscrição de uma mesma unidade federativa em que tais cursos estão dispostos em regiões diversas do estado: regiões metropolitana, com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre; centro,

¹ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Sistema e-MEC**: Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. 2018. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 out. 2018.

com a Universidade Federal de Santa Maria, campus de Santa Maria; sul, com a Universidade Federal de Pelotas, de Pelotas; norte, com a Universidade Federal de Santa Maria, campus de Frederico Westphalen; e sudoeste, com a Universidade Federal do Pampa – campus de São Borja.

1 CONCEPÇÕES DE JORNALISMO E PROFISSÃO

Dado o intuito geral deste trabalho em abordar o ensino de jornalismo, uma demanda se definiu ao longo do percurso de pesquisa: de que se trata o jornalismo? Enraizado na sociedade, o senso comum o assimila com razoável facilidade em notícias impressas, reportagens televisivas, boletins radiofônicos, também em sites, aplicativos, dentre outros. O exercício de pensar o jornalismo a partir de suas manifestações empíricas, porém, é insuficiente, pois traz junto consigo uma gama de outros questionamentos. Se se diz, inclusive, que o jornalismo estaria em crise, como entender a crise daquilo que nem se tem bem definido independentemente de seu estado, crítico ou não? Qual seria a essência desta atividade (fenômeno?) que tem capacidade de assumir formas tão distintas, que flutua por meios dos mais diversos, em períodos históricos igualmente diversos, adaptando-se?

Esses questionamentos resultaram no encontro de perspectivas múltiplas, igualmente dedicadas a encontrar, ou mesmo a tecer a partir de seus referenciais, uma definição satisfatória. Neste primeiro capítulo, são trazidas algumas considerações sobre jornalismo, sem que se tenha por expectativa a conclusão desta tarefa histórica para área. Num segundo momento, faz-se um breve apanhado das teorias da sociologia das profissões, para que com elas se possa entender criticamente o caráter profissional da atividade jornalística e os significados dos tensionamentos infligidos pela nova conformação midiática descentralizada e convergente, que desloca a importância do jornalista no trato das informações circulantes, suscitando então questionamentos quanto ao que desse cenário o ensino vem a dar conta.

1.1 NATUREZA E TRANSFORMAÇÕES JORNALÍSTICAS

As caracterizações sobre o que é e para que serve o jornalismo, perguntas básicas e em geral facilmente compreendidas e respondidas pelo senso comum quando se trata de outras determinadas ocupações e profissões, ganham graus de imprecisão quando se leva em consideração o trabalho jornalístico na atualidade. Não sendo simples as respostas a tais perguntas, exigindo acúmulos teóricos, cabe num primeiro momento atentar-se ao próprio termo sobre a qual recaem as dúvidas e teorizações. Independentemente das contribuições posteriores que se possa elencar para o jornalismo, a linguagem dá uma contribuição inicial ao nomear aquilo que aqui se quer analisar.

O termo “jornalismo” é homônimo do fenômeno comunicacional sobre o qual se debruça a pesquisa acadêmica e da atividade profissional denominada por aqueles que a exercem. Assim, inicia-se aqui a exposição e articulação dos acúmulos teóricos que podem proporcionar uma descrição possível do que venha a ser o jornalismo, tomando como ponto de partida algo dado, que é o próprio termo.

Lexicalmente, “jornalismo” deriva da união da palavra primitiva *jornal* e o sufixo *-ismo*. Etimologicamente, *jornal* deriva do latim *diurnali*, em referência à periodicidade diária², à característica daquilo que se dá a cada dia, e cuja apropriação francesa substituiu as iniciais *di* por *j*, resultando em *journal*, de onde provêm o termo em português *jornalismo* e o termo em inglês *journalism*. Por uma espécie de metonímia, designava um livro para inventário e contas, ao final do século XV, e efetivamente uma publicação diária a partir do século XVIII³.

Já o sufixo *-ismo* deriva do latim *-ismus*, surgido por transliterações de substantivos gregos que designavam ações em verbos terminados em *-izō*, segundo Gianastacio (2009), pesquisador do Grupo de Morfologia Histórica do Português, da USP. Pertencente a esse mesmo grupo de pesquisa, Nilsa Areán-García (2013) demonstra que, historicamente, associam-se os sufixos *-ismo*, *-ista*, *-ístico* e *-ística* numa mesma constelação sufixal, ou seja, um “grupo de sufixos ligados pela associação semântica de suas funções” (AREÁN-GARCIA, 2013, p. 443). A associação verbal, de origem grega, se perde nas apropriações latinas e portuguesas, mas permanecem as associações que se observam nas variações do uso do termo “jornalismo”

observando-se semanticamente os dados, pode-se inferir que, para uma determinada base, a derivação com os cognatos de *-ismo* indica o sistema e/ou processo feito com ou a partir dela; a derivação com os cognatos de *-ista* indica o agente de tal sistema/processo, a derivação com *-ístico(a)* indica o adjetivo de pertinência ao sistema/processo, e a derivação com *-ística* indica a disciplina e/ou ciência que estuda o sistema/processo. (AREÁN-GARCIA, 2013, p. 447)

Tais sufixos são exatamente os que designam os respectivos significados aos termos *jornalismo* (sistema e/ou processo feito com ou a partir de jornais), *jornalista* (o agente do sistema/processo), e *jornalístico(a)* (adjetivo de pertinência ao sistema/processo), restando ainda uma indicação sobre qual deveria ser o termo a indicar a disciplina e/ou ciência que estuda o sistema/processo, a *jornalística*.

² ETYMONLINE (United States). Journal (n.). Disponível em: <<https://www.etymonline.com/word/journal>>. Acesso em: 8 set. 2019.

³ Ibidem.

Dessa forma, é possível dizer, inicialmente, que o termo *jornalismo* diz respeito a um sistema/processo com característica diária, de onde deriva seu periodismo, e que historicamente viu tal característica se materializar em publicações editoriais diárias. Nelas, constavam notícias, cuja origem etimológica também pode ser apreciada. *Notícia*, termo português, deriva do latim *nōtitia*⁴, que vem de *nōtus*, particípio do antigo verbo *gnoscere*, conhecer⁵. Na primeira tese universitária sobre jornalismo, Tobias Peucer (1690) utiliza o termo *nouvelle*⁶, um substantivo para designar nova informação, *notícia*, segundo a tradução da tese (PEUCER, 2004).

Assim, *jornalismo* pode ser descrito como um sistema/processo com característica diária, periódica, que por metonímia designou publicações com tais características, baseadas na transmissão de conhecimentos, de novas informações. Se assemelha à descrição de Traquina (2004), que caracteriza o jornalismo como “uma atividade criativa, plenamente demonstrada, de forma periódica, pela invenção de novas palavras e pela construção do mundo em notícias” (TRAQUINA, 2004, p. 22).

Jean Charron e Jean de Bonville (2016), pesquisadores das transformações do jornalismo, definem sua tipologia de jornalismo (*de transmissão, de opinião, de informação, e de comunicação*) a partir do surgimento da imprensa, e não a partir da profissionalização da atividade. Assumem, portanto, um sentido amplo para jornalismo, definido por dois traços principais:

primeiramente, ele recobre prática discursiva sobre objetos reais de interesse público tal como ela se manifesta nos jornais desde que eles existem; em segundo lugar, remete a uma prática interdiscursiva no sentido de que o jornalismo é o encontro em um mesmo suporte material (primeiramente o jornal, ao qual se somam mais tarde outros tipos de mídia) de diversos discursos e de várias fontes de discurso (outrora a carta de um correspondente, o sermão do padre ou do pastor, o debate parlamentar, a decisão real; hoje o comunicado de imprensa, a resposta do ministro às questões insistentes do repórter, a declaração do chefe dos bombeiros, o relato do oficial da política judiciária ou do juiz de instrução, etc.) (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 31)

Definem, assim, o jornalismo como uma prática que produz, coleta e formata discursos relativos a objetos reais de interesse público, seja isso feito num jornal ou em outra mídia, sem

⁴ MICHAELIS. **Notícia**. Editora Melhoramentos. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/not%C3%ADcia/>>. Acesso em: 8 set. 2019.

⁵ WIKTIONARY (Comp.). **Nosco**. Disponível em: <<https://en.wiktionary.org/wiki/nosco#Latin>>. Acesso em: 8 set. 2019.

⁶ PEUCER, Tobias. **De relationibus novellis**. Disponível em: <https://reader.digitale-sammlungen.de/de/fs1/object/display/bsb10642651_00004.html>. Acesso em: 08 set. 2019.

que para isso o jornalismo precise ser realizado pela via profissional. Ao tratar o jornalismo a partir de sua função de comunicação e modalidade de produção de um discurso social específico, e não pela perspectiva de agrupamentos profissionais, Charron e Bonville (2016) argumentam que o que distingue o jornalismo de outras profissões, atividades ou práticas é justamente sua função de produzir uma certa categoria de mensagens de interesse público.

Para os autores, um dos principais desafios da pesquisa sobre o jornalismo está em compreender as relações entre as condições sociais de produção de um discurso e as características desse discurso jornalístico produzido em cada período histórico, desde o surgimento das gazetas, no século XVII, passando pelos jornais de opinião dos século XIX, os informativos no século XX e os situados no paradigma da comunicação na passagem para o século XXI. Para o cumprimento dessa tarefa, ambos se afastam da ideia do jornalismo como uma prática necessariamente profissional, que tome por verdadeiro o modelo de jornalismo surgido a partir do processo de profissionalização, ocorrido aos fins do século XIX e que, corresponde, por sua vez, aos elementos que o condicionaram naquele determinado período.

Para traçar comparações entre diferentes *jornalisms* realizados em diferentes épocas, manifestados em suas diferentes formas, os autores tomam como método de pesquisa o modelo weberiano de tipo ideal como um quadro de pensamento, que assume uma descrição não exaustiva de determinada realidade para poder delinear suas características notáveis de maneira simplificada, sem pretensões de alcançar a perfeição na descrição de todas as formas existentes, neste caso, em cada período histórico – a serem descritos adiante neste trabalho.

Adotam, também, o conceito de paradigma, desenvolvido por Thomas Kuhn em epistemologia e na história das ciências. Kuhn (1983, *apud* CHARRON, BONVILLE, 2016) explicita o desenvolvimento do conhecimento científico como uma via em que se alternam consensos com relação a instrumentos, técnicas, métodos problemas e teorias para se observar a natureza, que compõem um paradigma, com momentos em que, por acúmulos de observações anômalas se passe a questionar essas mesmas teorias, esse consenso, esse paradigma, possibilitando um salto, uma revolução científica a outro momento de consensualidade.

Com isso, Charron e Bonville (2016) se utilizam do conceito de paradigma para designar os momentos em que as práticas jornalísticas acumulam elementos consensuais num tempo e espaço. Um paradigma jornalístico, para os autores, seria caracterizado por um conjunto de elementos da prática discursiva – que por sua vez é definida por diversas condicionantes, sem manter relação direta com o paradigma, mas, indiretamente, o determinando. Critérios políticos, como a maior ou menor liberdade de imprensa; critérios

econômicos, como a viabilidade empresarial, a busca pelo lucro ou a dependência de filiações políticas; e mesmo critérios tecnológicos, como a disponibilidade de prensa ou de dispositivos eletrônicos móveis, todos têm condições de determinar um modelo discursivo, este então possivelmente enquadrado num ou outro paradigma jornalístico. O jornalismo informativo do século XX, por exemplo, empresarial, lucrativo e profissionalizado conformava uma determinada forma discursiva, que é o que determina o *jornalismo de informação* como um paradigma. As condicionantes históricas conformam os elementos que se traduzem numa forma discursiva. O conceito de crise paradigmática por vezes se confunde com as caracterizações quanto a uma crise profissional do jornalismo, quando, na verdade, Charron considera que o paradigma atual, *de comunicação*, se aprofunda, ao invés de estar em crise (GUILHERMANO, 2018).

Os autores ainda fazem uma diferenciação entre paradigma jornalístico como conceito teórico e como realidade empírica. Como conceito teórico, o paradigma jornalístico se apreende por suas regras de produção discursiva. Já como realidade empírica, o paradigma jornalístico é produzido pelos jornalistas, socializado, mudando em constante evolução.

Entre os distintos paradigmas jornalísticos, haveria, para os autores, mais continuidade que rupturas. Nesse *continuum* haveria de estar, portanto, respostas para perguntas que buscam saber o que haveria de essencial no jornalismo – e que há de permanecer mesmo que o futuro reserve ao jornalismo uma nova conformação para sua realização prática, fato que interessa ao ensino de jornalismo na medida em que este deve acompanhar tais movimentos.

O esforço de definição do que o jornalismo teria por essencial, ou qual seria a definição de sua essência, é algo cuja contribuição já fora feita por pesquisadores que provêm das distintas áreas do conhecimento que tomam o jornalismo por objeto de estudo. Segue-se aqui com mais um apanhado de contribuições teóricas já desenvolvidas no esforço de definição do objeto de estudo do jornalismo, que surgiram entremeadas pelo debate sobre a especificidade do fenômeno jornalismo ante aos fenômenos comunicacionais, ambas alas disputando definição e espaço frente aos demais fenômenos descritos pelas disciplinas das humanidades.

No documento que resultou no terceiro currículo mínimo para o curso de Jornalismo no Brasil, em 1969, Celso Kelly descreve o que caracteriza por jornalismo:

Por jornalismo se entende a transmissão regular de notícias a uma comunidade, em termos de influir na formação de correntes de opinião pública [...] A definição, das mais simples, encerra três características:

- a) a transmissão regular, em caráter sistemático, presumindo continuidade;
- b) a natureza da notícia, que consistirá em fatos de interesse público ou grupal, e não de acontecimentos privados que morrem no estreito meio em que ocorrem;

- c) a receptividade que o fato alcançará por parte de parcelas de público, quer por sua natureza (a natureza do fato), quer pela maneira por que é transmitido (o estilo e a motivação), quer pela natural curiosidade do público a seu respeito.

[...] Qualquer que seja o veículo a seu serviço, o que caracteriza o Jornalismo é a potencialidade da comunicação. Assim, o Jornalismo comporta as antigas e novas modalidades do Jornalismo escrito e impresso; as recentes modalidades do Jornalismo falado, mediante emissões radiofônicas e de tevê; o Jornalismo cinematográfico, pelas projeções da imagem, tomada ao acontecimento; o Jornalismo pessoal e de grupo, nas variações das relações públicas; o jornalismo comercial, segundo a técnica publicitária. (KELLY, 1966, p. 70-71 apud MEC/CFE. DOCUMENTA nº 105, p. 102-103)

Percebe-se, em Kelly, a abrangência do jornalismo enquanto fenômeno a ser realizado seja qual for o local, tendo como característica a periodicidade, levando-se em consideração certos critérios de noticiabilidade e a receptividade, ou seja, o momento em que se realiza o instante final da cadeia de produção da informação. Há, certamente, críticas a serem feitas aos conceitos de jornalismo pessoal, como uma variação das relações públicas, e de grupo e comercial, como que pela técnica publicitária: abarcariam, possivelmente, práticas comunicacionais – talvez, baseadas numa natureza singular da informação. Essas arestas ilustram algumas das reflexões deste trabalho.

Gislene Silva (2009b), ao pensar sobre a imaterialidade do objeto de estudo do Jornalismo, defende que suas manifestações empíricas não se caracterizam como o objeto de estudo propriamente dito, como o cerne do fenômeno, por excelência, dado que tais manifestações podem ser incontáveis, centradas nas práticas profissionais ou nos produtos jornalísticos que entram em circulação, ou mesmo em situações impalpáveis e incorpóreas. A apreensão teórica sobre o que é a matéria do Jornalismo passaria, então, por considerá-lo como “o ato de dar e receber a notícia como fenômeno comunicacional” (SILVA, 2009b, p. 8), tomando a notícia para além de suas abordagens descritivas, mas como prática social, política e cultura, buscando compreender “a *necessidade social de notícia*, ou seja, as razões por que o público quer se informar” (SILVA, 2009b, p. 10).

Esse entendimento parte da constatação da pesquisadora de que, em se tratando da pesquisa em Jornalismo, existe um consenso agradável de que o objeto que melhor o caracteriza é a mídia noticiosa, a partir dos marcos do jornalismo moderno, estabelecido desde o século XIX.

É um negócio que se sustenta em dispositivos tecnológicos em evolução, linguagens particulares, públicos diversos e requisitos técnicos, estéticos e éticos, sempre sujeitos às conformações históricas da sociedade industrial e urbana, de preferência democrática e, agora, globalizada. (SILVA, 2009b, p. 1-2)

Esta pesquisa, que busca versar sobre novas diretrizes curriculares e projetos pedagógicos de ensino de jornalismo, compreende a necessidade de se abordarem elementos materializados do jornalismo durante os anos de formação de estudantes, pois entende-se que se trata também de uma de suas funções sociais da Universidade: capacitar e dotar os indivíduos de saberes que possibilitem a atuação jornalística, em suas diversas manifestações empíricas. Todavia, a articulação de uma teoria que designe em essência do que afinal se trata essa atividade possibilitaria um entendimento do jornalismo para além de sua empiria, compreendendo o cerne que se manifesta não em uma, mas em qualquer forma empírica que venha a tomar e que, por sua vez, há de ser ensinada.

Para Silva (2009b), a busca por esse núcleo do objeto do jornalismo guarda relações com o processo de busca por um núcleo objetivável da Comunicação. Em estudos epistemológicos dessa área, “o debate se acirra entre tomar como objeto de estudo deste campo os processos comunicacionais coletivos mediados tecnologicamente [...] ou alargar o campo tomando o ato comunicativo em si mesmo” (SILVA, 2009b, p. 3).

Em Sodré (2007, apud SILVA, 2009b), a autora encontrará teorização sobre a possibilidade da identificação de não um desses objetos de estudos, mas de um nó em que ambas as possibilidades sejam percebidas criticamente num “núcleo objetivável [de] *vinculação* entre o eu e o outro” (SILVA, 2009b, p. 4), entendido num primeiro nível relacional (1), que trate das práticas tecnológicas e empresariais para o contato entre sujeitos sociais, e num segundo nível, da vinculação (2), que trate da reciprocidade entre os indivíduos.

Um terceiro nível, chamado da cognição (3), versaria sobre as “práticas teóricas que se dedicam a observar e sistematizar as estratégias de veiculação/relacional e as de vinculação a partir do núcleo objetivável” (SILVA, 2009b, p. 4-5), que conjugaria os dois anteriores, relacionando os processos comunicacional (mediado pela tecnologia) e comunicativo (interpessoal). O que se tem por pensamento comunicacional seria então

uma articulação de contribuições teóricas (conhecimento acadêmico) e contribuições da atividade profissional e social (conhecimento midiático), isto é, um pensamento que provém concomitantemente das representações ligadas às práticas dos profissionais da informação como de proposições teóricas, que supera, quase sempre, camadas disciplinares. (SILVA, 2009b, p. 6)

Assim, evitando compreender na prática profissional uma descrição científica totalizante do campo, que recaia em observações espontaneístas e empiristas que descrevam os processos e produtos jornalísticos, abre-se espaço para compreender o jornalismo como uma

prática ampla e desobrigada de ser reconhecida apenas a partir dos “marcos de sua condição midiática, moderna, capitalista” (SILVA, 2009a, p. 12)

poderemos entender e explicitar a especificidade do objeto de estudo concernente ao subcampo do Jornalismo, confirmando o jornalismo como uma prática eminentemente comunicacional, no que tem de midiático, perspectiva relacional, interação social, lugar de poder, necessidade social, circulação de discursos sociais, narrativa mítica, troca simbólica e cultural, dimensão imaginária, etc. (SILVA, 2009b, p. 8)

No artigo “O fenômeno noticioso: objeto singular, natureza plural” (SILVA, 2009a), a pesquisadora propõe um conceito expandido de notícia, dentro da ciência jornalística, que teria, então, a notícia como fundamento e categoria central, em que o fenômeno *notícia* superaria o conhecido gênero *notícia*. Após caracterizar o objeto central da pesquisa em Jornalismo enquanto “o ato de dar e receber a notícia como fenômeno comunicacional” (SILVA, 2009b, p. 8), o fenômeno *notícia* é aqui mais detidamente tido como “a socialização de quaisquer informações de caráter público, atual e singular e que atendem a diferentes interesses.” (SILVA, 2009a, p. 13). Dessa forma, considera-se que o jornalismo

- “(1) transmite informações sobre qualquer assunto ou acontecimento: política, arte, ciência, entretenimento, economia, catástrofes etc, fazendo circular conhecimentos múltiplos.
- (2) torna públicas as informações, faz saber a muitos.
- (3) informa sobre temas e acontecimentos atuais, sejam do tempo presente ou do passado e que vieram à luz recentemente.
- (4) para socializar informações, ele faz uso de linguagens, narrativas e simbologias (as estéticas de texto, imagem, som) e técnicas modelares.
- (5) salienta do universo social vivido fenômenos singulares, ao mesmo tempo únicos e exemplares (ocorrências passíveis de observação ou questões manifestas à consciência).
- (6) para transmitir utiliza diferentes aparatos, com tecnologias sofisticadas ou não.
- (7) para socializar informações, exige trabalho e organização, sendo, portanto, uma mercadoria.
- (8) ao selecionar informações, ele faz uso de seus próprios interesses.
- (9) dirige informações a diferentes públicos, dada a heterogeneidade dos receptores, que por sua vez respondem por interesses também diversos.
- (10) ao socializar informações colhidas na própria sociedade, ele mesmo é objeto de interesses externos (empresas, governos, pessoas comuns)” (SILVA, 2009a, p. 13-14)

Desta lista de elementos, pode-se tirar algumas considerações relevantes ao seguimento das discussões deste trabalho.

Epistemologicamente, se fala em jornalismo como a descrição desse fenômeno/sistema centrado na notícia, essa forma de comunicar, fazer conhecer aquilo que ocorre e pode ser apreendido em sua forma singular e que se estabelece numa ponte entre indivíduos e/ou coletivos. A compreensão sobre o jornalismo nesses termos auxilia um entendimento dessa atividade de forma mais aproximada de sua essência, que transitaria ao

longo dos séculos com menos rupturas que continuidades, como já fora descrito, conformada a partir de condicionantes tecnológicas, sociais, políticas e econômicas de cada período em que circulou informação jornalística.

As menções à forma singular no jornalismo remetem à teoria proposta por Adelmo Genro Filho em 1987, em seu livro *O segredo da Pirâmide*. Ao tomar criticamente a teoria de Georg Lukács sobre a natureza da arte, interessa-se pelas categorias utilizadas pelo autor para pensar a natureza jornalística. As categorias singular, particular e universal seriam, para o autor, fecundas para caracterizar representações de formas de conhecimento. O conhecimento científico, por exemplo, tende ao universal na medida em que especializa o saber, de modo a poder abstraí-lo e generalizá-lo. A arte parte de uma singularidade para buscar termo enquanto um conhecimento particular. Já o jornalismo se difere, para o autor, da comunicação cotidiana por construir-se deliberadamente em direção ao conhecimento singular, em que mantém na notícia os significados do particular e do universal em que se está inserido.

No *universal* estão contidos e dissolvidos os diversos fenômenos singulares e os grupos de fenômenos particulares que o constituem. No *singular*, através da identidade real, estão presentes o particular e o universal dos quais ele é parte integrante e ativamente relacionada. O *particular* é um ponto intermediário entre os extremos, sendo também uma realidade dinâmica e efetiva. (GENRO FILHO, 2012, p. 170)

Para Genro Filho (2012), o critério jornalístico de uma informação estaria ligada à possibilidade de reproduzir um fato através de sua singularidade, sem que dele se dissociem suas condicionantes particulares e universais. A dissociação entre a notícia como essência e a notícia como um produto possibilitaria ao jornalista trabalhar os sentidos da realidade, garantindo a especialidade de seu trabalho, distinto do interesse puramente comercial: o exercício jornalístico seria assim uma forma de conhecimento, “pois o jornalista deve ter a capacidade de discernir as ideologias presentes na realidade e trabalha-las em relação às ideologias do grupo profissionais e de si próprio” (PONTES, 2015, p. 89).

Para Pontes, a obra de Genro Filho pode ser interpretada como idealista, mas, com um olhar retrospectivo, percebe-se que os dilemas da profissão não só se mantiveram como se exacerbaram, tanto no sentido da proletarianização da atividade e da falta de legitimidade da profissão, quanto com o aparecimento de novos media.

Defende-se, aqui, que esse fenômeno não ocorre somente pela via manifesta da profissionalização, movimento, entretanto, relevante no surgimento do ensino institucionalizado do jornalismo. A demanda pela notícia e a prática noticiosa, que não

constituía inicialmente uma profissão, encontrou no seio do desenvolvimento moderno da imprensa capitalista meios de se instituir de maneira ampla e a partir do modelo empresarial, garantindo seu lugar na sociedade para cumprimento dessa demanda social, e obtendo lucros não necessariamente vinculados com o ato de compra da notícia por parte do público. Que ela tenha se estruturado pelas vias do mercado, por empresas privadas, denuncia, em parte, que uma pretendida função de manutenção das democracias passou ao largo do que o próprio Estado estabeleceu como necessário para o suporte da democracia que lhe gere. Diferentemente de outras atividades profissionais, como sociologia, antropologia, psicologia, cujos saberes são demandados por necessidades do próprio Estado, como por “órgãos de planejamento, de administração de territórios, de controle de comportamentos e atitudes” (SODRÉ, 2007, p. 18), as questões que envolvem o saber sobre os fenômenos comunicacionais são priorizadas pelo mercado, com exceção das avaliações sobre propaganda utilizadas pelo Estado.

Das considerações de Gislene Silva (2009a) sobre a natureza plural do jornalismo, um dos pontos que possibilitam uma abertura a discussões obliteradas pelas normas é a de que o dever-ser, pautado pela ética e pelo compromisso com a verdade, efetivamente, não se configura como característica essencial na descrição do fenômeno jornalístico, apesar de seu cumprimento ser esperado pela prática profissional. Se as chamadas *fake-news*, notícias falsas financiadas por grupos políticos que buscam desorientar as audiências, tiveram importância destacada, por exemplo, em processos eleitorais ao redor do planeta em 2016 e 2018⁷, é o caso de reconhecer nelas características funcionais que as enquadram nos moldes estabelecidos pela autora que conformam o fenômeno jornalismo.

Para Pontes (2015), somente uma parte do jornalismo pode se constituir como conhecimento nas vias propostas por Genro Filho, a depender das condições de produção e de recepção. Jornalismo seria assim uma potência, algo a ser realizado tendo em vista um projeto ético e teórico. Mas isso não teria necessariamente relação com a natureza ontológica do que é produzido pelo jornalismo.

mesmo o falso, o desnecessário, o manipulador, a reprodução reificada das ideologias dominantes, realizaria a funcionalidade principal do jornalismo e responderia a uma necessidade tanto de grupos dominantes como do próprio público. E as teorias do jornalismo não tem por tarefa apenas direcionar a prática para o melhor jornalismo, mas também reconhecer como há uma trama histórica que faz do jornalismo partícipe, por exemplo, do processo de ideologia da burguesia enquanto classe, da indústria do consumo e da possibilidade de gestão dos gostos. (PONTES, 2015, p. 384)

⁷ PEINADO, Mari Luz. **Cinco lições sobre desinformação que aprendemos nas campanhas de EUA e Brasil**. 2019. El País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/17/internacional/1555494888_084523.html. Acesso em: 05 maio 2020.

O jornalismo, conclui Pontes (2015), também pode responder a outras necessidades conforme o tempo e o lugar, estabelecendo ou não relação com a necessidade universal da informação; podendo a negar ou até mesmo justificar-se para realização de quaisquer interesses.

Compreender as perspectivas mais amplas com relação às descrições do jornalismo, para além de suas caracterizações enquanto grupo profissional, permite que se perceba as especificidades de fundo que fizeram com que esse mesmo grupo profissional um dia tenha podido se organizar, mesmo que de maneira imperfeita, a partir de uma prática lastreada por uma função social. Pela intenção deste trabalho de pensar o ensino de jornalismo, reconhece-se que este se erige, em grande medida, pelas mobilizações políticas de uma categoria profissional emergente em jornalismo. Assim, discute-se no próximo ponto algumas considerações quanto ao tema das profissões.

1.2 A QUESTÃO PROFISSIONAL EM TENSÃO

O jornalista e pesquisador português Joaquim Fidalgo (2008) desenvolveu exaustiva pesquisa sobre a história da profissionalização jornalística. Em sua arguição, relembra que, por vezes, jornalistas se denominam como “jornalistas profissionais”, ao passo que tal caracterização é dispensável a outras profissões mais estabelecidas, presumivelmente profissionais. Para o autor, isso seria um sinal da necessidade de os jornalistas sublinharem o caráter especializado, autônomo, cientificamente caracterizável de sua atividade, afirmando-se legítimos e expurgando ilegítimos.

Para compreender o jornalismo como profissão, como profissão inacabada ou mesmo profissão em crise, recorre-se às contribuições propostas pela sociologia das profissões. Tal ramo da sociologia do trabalho teve seu ápice teórico na década de 1960, e dedicou atenção especial à obtenção de diplomas e títulos acadêmicos num sistema de credenciamento das atividades profissionais, que, com diferentes concepções sobre os processos em si de profissionalização, buscava compreender quais os processos sociais e critérios envolvidos no ingresso em uma profissão (PETRARCA, 2007). A partir de então, durante várias décadas, e através de distintas vertentes teóricas, a sociologia das profissões se deteve a conceituar “profissão” e seus termos correlatos, “profissionalismo” e “profissionalização”.

Aos funcionalistas era cara a ideia do respeito a determinados pressupostos, o que motivou, em resposta, crítica de que essa percepção tornaria a profissionalização um processo

natural, sem que outras condicionantes intervissem com relevância no processo (FIDALGO, 2008). Ou seja, mesmo que o jornalismo construísse em torno de si elementos como uma proteção derivada de associações profissionais, para regulação profissional; saberes próprios garantidos por uma formação científica, acadêmica e específica, que constituíssem uma autoridade reconhecida pelo Estado e legitimada socialmente, restariam condições não abordadas pela teoria que teriam significado na conformação profissional do jornalismo.

O processo de transformação de uma ocupação em profissão era de interesse do interacionismo, de forma que as análises propostas por essa corrente recaíam nos sentidos dados pelos próprios profissionais às suas ações, aos conflitos e aos recursos que estes utilizavam no desenvolvimento da profissionalização. Para o pesquisador francês Denis Ruellan (2004), a renúncia da busca por um tipo-ideal de profissão permitiria, assim, acessar as características fluidas, as variações e as imprecisões destes grupos. Ainda, diria que para o jornalismo a observação desses elementos, que conformam uma cultura profissional marcada pela mestiçagem, seria mais proveitosa ao saber do que se ater à busca de uma característica sólida, de competências específicas da profissão jornalística.

Em consonância à crítica de Abbot (1991, *apud* RODRIGUES, 2002) dirigida ao pressuposto de evolução contínua e linear de um processo de profissionalização, Ruellan (2004) argumenta que no desenvolvimento de um grupo podem ocorrer recuos, hesitações, tensões e conflitos em diferentes etapas do processo, além de estrangulamentos externos: econômicos, tecnológicos ou políticos. O que não significa que esse desenvolvimento venha a cessar.

Foi com base nessas tensões que um grupo profissional do jornalismo pôde se instituir com mais força. No período entreguerras na França, Ruellan (2004) aponta que a disputa sindical corporativista pela demarcação de um grupo com recursos coerentes de atuação para o modelo de jornalismo em voga, frente a profissionais para os quais o jornalismo não era a principal ocupação possibilitou a proteção dos interesses dos seus membros.

A história do grupo jornalístico é a ilustração perfeita do benefício (socialização, proteção, identidade) que os trabalhadores podem retirar de um processo corporativo que consistiu em fechar o território profissional, em reservá-lo a uma categoria especial de membros em detrimento de outros que se viram, assim, excluídos. (RUELLAN, 2004, p. 16)

O autor entende que a conquista de um fechamento de mercado passa pela qualificação às tarefas de uma profissão, com ou sem formação institucionalizada, mas ressalta que essa mesma qualificação pode ficar ultrapassada por mudanças de necessidades, tecnologias e valores. Se os fundamentos de um grupo profissional têm solidez, argumenta, a flexibilidade

ocorre de maneira menos abrupta que para grupos profissionais que tenham dispositivos jurídicos para sua proteção, mas que não consigam adequar suas qualificações a essas mesmas mudanças. Os grupos profissionais se constituiriam com o intuito de controlar o mercado, e assim uma parte da riqueza deste mercado; e através do mercado, a partir de um de seus segmentos. Ruellan (2004) vê, ao fim, o mercado de trabalho como o motivo fundamental para a constituição de um grupo profissional.

Mas se o fim último da organização de uma categoria profissional é o mercado de trabalho, o que pensar quando o mercado para o qual se dedicam os jornalistas vai mal? O pesquisador Ramón Salaverría (2015) comenta que as demissões de jornalistas tem ocorrido em todos os meios de comunicação, em escalas que variam da local à internacional, e diriam respeito às transformações tecnológicas que acometeram a indústria de comunicação desde os anos 1990, rachando a estrutura na qual a indústria da mídia se apoiava.

As rupturas destacadas por Salaverría (2015) perpassam as fronteiras da mídia, suas barreiras, o ciclo editorial, o monopólio da palavra e o modelo de negócios. Quanto às fronteiras e barreiras, diz que a digitalização tornou mais fácil o acesso ao conteúdo produzido por jornais de outros âmbitos e regiões, desfavorecendo os vínculos que sustentavam a mídia local, além de ter se tornado economicamente mais simples criar meios no ambiente virtual, o que aumenta a oferta de conteúdo, diminuindo o incentivo ao consumo de conteúdo pago. As rupturas quanto ao ciclo editorial dizem respeito a multiplicação de suportes digitais nas quais é possível acessar conteúdos editoriais, implicando a preocupação em atender cada suporte específico. O monopólio da palavra se redefiniu numa interlocução mais horizontal entre meios e audiência, e todas as rupturas junta afetam o modelo de negócios baseado em venda de conteúdo e em receitas publicitárias.

Mesmo vinculando o surgimento do jornalismo a partir da indústria da informação, com as notícias sendo produzidas de maneira sistemática por determinados meios técnicos por conta do desenvolvimento do capitalismo e da necessidade que este mesmo impõe em multiplicar e transportar mais informações em menos tempo, Genro Filho não pôde considerar em suas análises o grau das mudanças que ocorreram nas últimas décadas com as mídias digitais integrando as demais mídias e disputando as relações com os públicos (PONTES, 2015).

Nesse momento, qualquer pessoa tem um potencial para produzir informação e o sistema de legitimidade do jornalismo está em processo de transformação e acomodação constante. A informatização da vida social também estendeu a produção da notícia para além dos jornalistas, com o crescimento geométrico de assessorias de comunicação e de imprensa, de veículos de comunicação vinculados a empresas não jornalísticas, da produção junto às redes sociais, etc. (PONTES, 2015, p. 373)

Com esse cenário, Pontes (2015) percebe que os fatos jornalísticos tornam-se cada vez mais arraigados na produção de fatos sociais, dado que estes são produzidos já visando a cobertura jornalística e a midiaticização que receberão, complexificando o entendimento da necessidade social atendida por jornalistas. Ainda que as possibilidades da indústria da informação hoje potencializem a periodicidade, a atualidade, a amplitude da cobertura, a liberdade de publicação e a redução da concentração, a necessidade social de informação trabalhada por Adelmo é impregnada “pela indústria da publicidade, do espetáculo e do consumo, o que atinge o jornalismo como uma atividade que, para muitos, deixou de ser financeiramente sustentável no modelo atual em que é gestada” (PONTES, 2015, 373)

Ao descrever o estado de convergência tecnológica, em que a Internet incorpora os meios adotados pelo jornalismo, e da irreversibilidade da convivência permanente entre convergência tecnológica com sistemas pré-industriais de comunicação, Karam (2014) reuniu os lastros desse novo cenário em transformação e que em larga medida tangem ao jornalismo. Seriam eles: a possibilidade de todos enviar e receber mensagens; as informações jornalísticas circulando de maneira veloz pela rede mundial de computadores e incorporando aspectos de jornal, revista, televisão, rádio, fotografia, manifestos em especificidades do jornalismo digital; e uma maior demanda por informações específicas que estabelecem a necessidade de segmentação editorial, abordagem de maior diversidade de temas, fontes, de narrativas e sob outras formas de propriedade.

Charron e Bonville (2016), em suas abordagens em que integram economia, trabalho e linguagem, diferenciam a mudança normal no jornalismo e sua mutação. A mudança normal, dizem, é inerente à prática discursiva, acumulada progressiva e gradualmente. A mutação, por sua vez, decorre de uma sucessão de alterações dos vários elementos que compõem um modelo paradigmático, o que pode levar décadas. As regras seriam percebidas somente quando obsoletas, o que não significa que as pessoas envolvidas na prática discursiva que se transforma não sintam que haja algo que esteja mudando, dado que aspectos essenciais da prática são afetados. Uma crise paradigmática no jornalismo diria respeito à perda de congruência de suas proposições em relação à sociedade, pois é contingente a esta.

Disso resulta, portanto, que uma transformação paradigmática do jornalismo resultará de uma mudança profunda nas estruturas sociais com as quais a imprensa e o jornalismo mantêm laços privilegiados de congruência. [...] As causas de uma transformação profunda no funcionamento do jornalismo devem ser buscadas em uma mudança de amplitude comparável nas instituições ou estruturas sociais das quais a imprensa sofre a influência. (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 109-110)

Uma crise paradigmática diz respeito ao estado do sistema paradigmático conceitual, e uma crise do paradigma jornalístico implica mudanças lentas, de forma que não se pode confundir isso com uma crise do corpo profissional de jornalistas, mesmo que esses venham a sentir os efeitos dos tensionamentos das regras, normas, valores. Os autores defendem que, para que um veículo permaneça funcional durante esse processo gradual, restaria aos jornalistas terem sensibilidade para seguir controlando “o dispositivo cognitivo necessário à sua prática” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 121), demonstrando que uma crise do paradigma jornalístico não significa uma crise da competência dos jornalistas, cuja consciência define de outra forma esse mesmo processo de transformação.

Situando o contexto atual como de um aprofundamento do paradigma de comunicação, Charron e Bonville descrevem assim suas condicionantes: houve uma multiplicação de suportes midiáticos e de serviços de informação por conta de inovações técnicas, movimento também impulsionado por empresários que viam nesses suportes a possibilidade de alcançar novos mercados. Com isso, a imprensa que de modo geral dominava a indústria da mídia vê seu mercado dividir-se por entre essas outras novas mídias, especializadas, inovadoras e menos normativas.

A digitalização e a miniaturização dos equipamentos, o desenvolvimento das telecomunicações e, mais recentemente, a implantação rápida da internet são técnicas cujo uso tende a colocar em questão as normas e as práticas usuais de produção, de difusão e de consumo da informação e que colocam produtores e consumidores de informação em um ambiente midiático em plena mutação. (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 30)

Para os autores, dada a concorrência exacerbada pela superabundância de conteúdos, jornalistas buscam se distinguir, deixando transparecer maior subjetividade, buscando estabelecer laços de convivência e intersubjetividade. A notícia característica do jornalismo de informação incorpora julgamentos e comentários; faz-se um hibridismo entre o discurso da imprensa e o discurso de outras formas midiáticas, abrindo espaço para a informação como entretenimento, brechas para incursão do humor ou de tom familiar na expressão de uma notícia, a emoção torna-se um elemento adicional à explicação. O jornalismo de comunicação tem apreço, assim, pela função fática do discurso, no sentido de remeter à ligação entre o emissor e o destinatário. Não se trata, porém, de vincular o sentido da palavra “comunicação” à promoção e à propaganda: num cenário de ampla concorrência pela atenção de uma audiência o jornalismo torna-se “de comunicação” no sentido de ter de estabelecer com o público uma

comunicação inspirada na comunicação interpessoal, como um simulacro desta. (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 36)

Quanto maior for a disputa por atenção, maior o desgaste das regras e maior a inovação, [...] [que] por meio do “desvio” cria incertezas e contribui para a “imprecisão” normativa característica das fases de mudança paradigmática [...]. Diante da necessidade que os atores sentem de inovar para se adaptar a condições instáveis, o sistema normativo tende a se tornar mais permissivo, a tolerar que, em sua busca de novas fórmulas ou de novas estratégias vencedoras, os atores “atuem na margem”. Os desvios à norma se multiplicam e atingem uma grande variedade de regras, de modo que todo o código jornalístico se transforma com o tempo. (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 363-364)

Às críticas de que jornalistas teriam de se submeter a práticas impostas pela concorrência midiática em detrimento da consciência de seu papel essencial para a informação, Charron e Bonville (2016) respondem que essa visão desconsidera a prática jornalística como contingente, cujas normas variam no tempo e no espaço. Ainda assim, se perguntam:

como os jornalistas, que, ao longo do século XX e graças a um forte movimento de profissionalização, desenvolveram um discurso de legitimação que promove uma atitude crítica em relação às imposições comerciais das empresas jornalísticas, conseguem, hoje em dia, apesar de alguns movimentos de “resistência”, contribuir de bom grado para uma mutação cuja motivação principal seria de natureza econômica e que, *a priori*, parece dizer mais respeito à empresa jornalística e seus administradores do que aos próprios jornalistas? (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 365)

A essas perguntas, formulam algumas considerações. Num cenário em que as empresas jornalísticas tiveram lucros elevados, os jornalistas podiam considerar que o jornalismo se desenvolvia de modo mais independente das questões comerciais, e que cabia à empresa a captação da atenção do público. Num cenário de hiperconcorrência, a dependência entre os agentes é maior, e a capacidade de disputar e conquistar a atenção passa pelas competências do jornalista, sendo uma medida de seu sucesso na profissão. Ainda, torna-se necessário articular todos os recursos da organização em torno da rentabilidade, mais difícil de alcançar dada a abundância de informações.

Nesse contexto, cortam-se custos, e precariza-se o trabalho. “Desde a década de 1980, as empresas passaram a recorrer mais a jornalistas com *status* precários (estagiários, *freelances*, contratados temporários), mais sensíveis às exigências do cliente-patrão.” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 369). Nisso, as normas jornalísticas tradicionais se flexibilizam, e a subordinação dos jornalistas às exigências da hiperconcorrência ocorrem atribuladamente.

Para Fidalgo (2008), a tendência à proletarianização dos jornalistas, em verdade, seria um aprofundamento da estrutura da profissão, empregatícia desde seu princípio, organizada a partir de vínculos com empresas que tenderiam ao lucro, numa hierarquia que estabeleceria os limites

da autonomia profissional tanto ao controle das condições de trabalho quanto ao produto final desse mesmo trabalho. Já a tendência à desprofissionalização, essa se daria pela perda do monopólio do uso da informação por parte dos jornalistas, dada a disseminação de suportes digitais e ampliação das conexões de Internet que possibilitam que quaisquer pessoas troquem informações sem o intermédio exclusivo de jornalistas. Seria o caso de pensar, segundo o autor, se a tendência à desprofissionalização implicaria um esvaziamento de suas funções essenciais, esvaziando também o sentido de existência da profissão, ou se novos contextos e enquadramentos sociais, tecnológicos, políticos, econômicos e culturais redefiniriam a profissão, reformulando seu papel.

São essas as angústias suscitadas também por Coelho (2015), para quem o debate sobre o futuro do trabalho jornalístico não se encerra na capacidade deste fechar-se em bases profissionais sólidas, mas na capacidade que terá o jornalismo de resistir às influências internas e externas que incidem sobre seus valores e elementos característicos. Para Coelho (2015), as transformações de base tecnológica somam-se a elementos já influentes, como o mercado e a política. A partir da experiência dessas primeiras décadas do século XXI, um dilema quanto à influência da tecnologia no futuro da atividade jornalística se impõe:

a explosão de mensagens jornalísticas num mesmo suporte, ao mesmo tempo que pode representar o alargamento do campo jornalístico e a sua definitiva inclusão, sem fronteiras definidas, no campo da comunicação, tornando desnecessária a existência de profissionais habilitados que preservem os valores jornalísticos [...] também pode, pelo contrário, exigir, ainda mais, as competências (e a credibilidade) associadas aos jornalistas e os valores que integram a atividade que lhe dá forma. (COELHO, 2015, p. 51)

Há acordo de que a academia não deva estar em defasagem com relação ao seu objeto de ensino. Por isso, Coelho (2015) defende que cabe à academia propor uma resposta cabal a esse cenário, formando profissionais habilitados a decodificarem os efeitos dos fatores externos ao jornalismo que ameaçam a perenidade da sua essência. Para Charron e Bonville (2016), a busca pela distinção atingiria de maneira mais intensa três dimensões do discurso midiático em geral e jornalístico em particular: a escolha de temas, segmentando públicos e especializando discursos; os gêneros, transformados por efeitos de cruzamento; e modos de endereçamento ao público, focados nas funções do discurso expressiva (que visa o destinatário e seu ponto de vista) e fática (que visa ligação entre emissor e destinatário).

A segmentação diz respeito à possibilidade de exploração de nichos temáticos com concorrência relativamente menor, conquistando um público igualmente menor, mas estabelecendo com este laços mais fortes.

Quanto aos gêneros, as mídias que falam sobre mesmos temas passam a se diferenciar pelo que dizem a respeito desses temas e pela maneira como dizem. A presença simultânea de diversos discursos midiáticos, como a informação, a ficção, documentário, publicidade, humor, debate de opinião, torna necessário que a informação jornalística se destaque nesse meio, e, de maneira não estanque, articula-se um mimetismo híbrido entre os formatos, algo estranho ao jornalismo que se propunha estritamente informativo.

Já a sensibilização com relação à volatilidade dos públicos faz com que o discurso jornalístico voltado ao público se coloque como uma das condições de sucesso para efetivação do processo jornalístico. Nisso, a concepção de objetividade da informação abre espaço para uma concepção relativista da informação, tomada a partir de um ponto de vista, dialogando com públicos específicos com preferências específicas. Em linhas gerais, os autores dizem que o discurso jornalístico é cada vez mais “marcado pela luta pela atenção do público e pelos favores dos anunciantes” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 385).

Dado o cenário, Roseli Figaro (2014) alega como esquizofrênica a experiência vivida pelos campos acadêmico e profissional do jornalismo, pois “nunca existiram tantos cursos de jornalismo e tantos pretendentes às suas vagas, embora não se requeira mais o diploma para exercer a profissão e as redações diminuam o número de seus profissionais” (FIGARO, 2014, p. 29). Na Universidade, segue a autora, o jornalismo buscou uma teoria própria que desse conta das práticas profissionais e fundamentações filosóficas, éticas e sociológicas, mas, no ensino, reproduziu de modo geral o modelo mercadológico com valores como a objetividade e a imparcialidade - que, lembrando, conformam o jornalismo de informação, de Charron e Bonville (2016) - sem potencializar a capacidade de demarcação das relações socioeconômicas e políticas envolvidas no que viesse a ser matéria de relato do jornalismo, como propunha Genro Filho (2012).

Ao tomar o jornalismo profissional como aquele desenvolvido em redações, notabiliza-se a tomada de parcela significativa de jornalistas que trabalham noutras organizações de maneira secundária. Se outrora a força advinda da categoria profissional dos jornalistas era dada pela força exclusiva de empresas de mídia, hoje a possibilidade de atuação em outras organizações indicam o fortalecimento dos aspectos comunicacionais mobilizados por essas mesmas organizações num cenário em que se criaram condições para sua expressão difusa, se não diretamente, sem a mídia, de maneira conjunta, com a mídia, mas não mais dependente desta.

Para Fíguro (2015), é tarefa da Universidade formar profissionais capazes de compreender o jornalismo como espaço de disputa situado em seu tempo, com suas implicações legais, de valor, econômicas e políticas. Mas, para Silva e Lopes (2016),

Hoje não basta mais saber produzir, apurar, redigir e editar uma matéria para os veículos de comunicação. Para este profissional multifacetado que ocupa espaços em outras searas que não o campo das mídias, torna-se necessário em sua formação adquirir outras habilidades, como gerenciar redes sociais, planejar ações, pensar estrategicamente. (SILVA; LOPES, 2016, p. 145)

Compreender que o jornalista já fora aquele que produziu gazetas, periódicos marcadamente políticos e jornais de larga tiragem é compreender que ele não o deixa de ser quando se encontra empregado em espaços outros como o da assessoria de imprensa. Se as transformações prévias eram dadas pelos fatores conjunturais, em igual medida ocorre nesse período quando as bases que garantiam a viabilidade financeira a jornais ruem e a migração dos profissionais flui em direção às organizações e entidades que se fazem valer das habilidades discursivas de jornalistas para noticiar aos seus públicos os assuntos de seu interesse. A uma só vez, os marcos do jornalismo de comunicação se estabelecem: temas segmentados pela natureza das entidades e organizações, com vistas a um público específico e a partir de um entrecruzamento de gêneros discursivos como distinção.

Silva e Lopes (2016) descrevem esse ambiente em que jornalistas transitam entre a mídia e a assessoria de imprensa como fluido, capaz de forjar uma nova identidade profissional ou reafirmar a existente.

Esta cultura [de relegar ao segundo plano a área da Assessoria de Imprensa] começa a mudar com a implantação das DCNs que, ao identifica e sistematizar este campo de atuação, a partir deste novo mercado que começa a ser desbravado pelos jornalistas, não mais como uma alternativa para quem está fora dos veículos de comunicação, mas como um campo de atuação que deixa de ser um “difusor de boas notícias” para trabalhar a informação de maneira ética e inserida no contexto social (IENSEN, 2018, p. 222)

A falsa polarização entre formação técnica e teórica nubla a compreensão de que ambas são necessárias para a compreensão de que a prática se institui num dado espaço e tempo cujas caracterizações é a teoria quem é capaz de descrever. Se se pretende ensinar jornalismo para jornalistas que praticarão jornalismo, que formato esse jornalismo terá? Que valores respeitará? Que discurso vingará? Os indicativos dados por quem descreve um paradigma ao momento atual do jornalismo foram dados. É possível, ainda, analisar os esforços recentes em sistematizar o cenário do jornalismo e a ele fazer proposições, como foi o caso da construção e promulgação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Jornalismo,

movimento iniciado já há mais de uma década, e que paulatinamente se assenta nas adaptações realizadas pelos cursos em seus projetos pedagógicos.

2 O FAZER JORNALÍSTICO E SEU ENSINO

Após caracterizações quanto a essencialidade do Jornalismo e de distintas compreensões quanto a profissões e aos processos de profissionalização de uma ocupação, busca-se neste segundo capítulo a recuperação do desenvolvimento histórico da própria categoria de trabalhadores em jornalismo, que trilhou um longo e inacabado processo de profissionalização. Dado que o interesse pelo estudo e pelo ensino de Jornalismo surgiram a partir das percepções quanto à prática, convém buscar nela as bases que lograram as primeiras iniciativas visando ao seu ensino. O cenário posto na atualidade é tanto reflexo das novas condicionantes econômicas, tecnológicas, e sociais quanto reflexo de um processo sinuoso no estabelecimento de práticas pedagógicas ao Jornalismo.

2.1 DO OFÍCIO À PROFISSIONALIZAÇÃO

A necessidade de se estudar a história social do jornalismo, para Erik Neveu (2006) pode esbarrar em alguns riscos, como o de uma regressão ao infinito para encontrar os primórdios do jornalismo, que o autor exemplifica indo até *La Gazette* de Renaudot, de 1630. A essa crítica, cabe outra, pois há autores que identificam o fenômeno jornalístico desde a antiguidade, e portanto, considerar suas feições não é de todo algo despropositado. Não será realizada aqui, entretanto, uma cronologia de títulos, também criticada pelo autor.

Charron e Bonville (2016) partem de outro momento histórico, mas traçam uma cronologia que interessa. Os autores identificam, a partir da era moderna, os gazeteiros como os primeiros jornalistas, estabelecidos no século XVII, pela produção e popularização dos jornais. Mais tarde, foram os editores de jornais do século XIX que reivindicaram o título de jornalistas, mais que os próprios redatores. Posteriormente, os redatores políticos tomaram pela primeira vez a alcunha profissional, denominados, a medida do tempo, como repórteres. Dessa evolução é que surgem os jornalistas que conquistaram os estatutos profissionais típicos do século XX, e que hoje enfrentam as turbulências do mercado editorial. Essa consecutiva evolução do agente entremeado pelo fazer jornalístico ocorre em meios a transformações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas que viabilizaram, a partir de determinado momento, a profissionalização do ato de fazer conhecer uma nova informação, uma notícia. O jornalismo é, assim, anterior à profissão de jornalista:

Quando o relato das novidades começou a ser feito por mensageiros especializados, e os acontecimentos passaram a ser hierarquizados de acordo com valores padronizados, o processo de transmissão de notícias sofreu uma alteração. O jornalismo tornou-se profissão. (COELHO, 2015, p. 20)

O pesquisador português Jorge Pedro Sousa (2008), em publicação que descreve a história do jornalismo no Ocidente, entrecruza teoria e história em seis ideias fundamentais. Para ele, (1) a gênese do jornalismo pode ser identificada na Antiguidade Clássica, ressurgindo na Idade Moderna por conta do Renascimento cultural, das técnicas inovadoras para a época, como a tipografia de Gutenberg e as fábricas de papel, e por uma nova realidade socioeconômica em que aumentava gradativamente o número de alfabetizados, as iniciativas privadas e com elas o capital disponível, dando dinamismo à sociedade onde passaria a circular o jornalismo. Nesse sentido, difere-se jornalismo, como fenômeno comunicacional, da imprensa, conjunto de veículos que surge em condições de funcionalidade atreladas ao capitalismo nascente. (2) Outro elemento, em consonância com Silva (2009a, 2009b), é o que traduz a notícia como o dispositivo determinante e identificador do jornalismo e dos fenômenos pré-jornalísticos, pontuando que os critérios de noticiabilidade se mantiveram relativamente estáveis ao longo do tempo. (3) Os discursos pré-jornalístico e jornalístico têm, segundo o autor, uma natureza sociocultural que engloba a ideologia que indicia o mundo e as circunstâncias da época em que foi produzido, que variam conforme quem os elabora e a disponibilidade técnica para realizá-lo. (4) A liberdade de imprensa é tida como fundamental no estabelecimento do papel destacado do jornalismo nas sociedades ocidentais contemporâneas. (5) “A industrialização da atividade jornalística permitiu o aparecimento de um corpo profissional de jornalistas” (SOUSA, 2008, p. 12), apesar da existência de outras ocupações que desde o século XVII circundavam a prática jornalística, como os chamados gazeteiros, periodistas, ou mesmo empresários da comunicação social. A posterior profissionalização dos jornalistas, já no século XIX pode-se comparar, segundo o autor, a uma reedição do modelo de produção que existiu na Roma Antiga. A sexta e última ideia fundamental que Sousa (2008) irá defender sobre a historicidade do jornalismo que tende a auxiliar no exercício de teorização do jornalismo estabelece que é preciso “compreender a forma como o jornalismo evoluiu e os desafios permanentes ao estabelecimento de fronteiras entre o que é e o que não é jornalismo” (SOUSA, 2008, p. 12).

Especificamente quanto a esse último ponto, ressalta-se o cuidado com o que já fora desenvolvido neste trabalho a partir das contribuições de Silva (2009b), quanto ao argumento

de que a empreitada deve visar para além da tomada de parte dos objetos empíricos do jornalismo como o todo do objeto de uma teoria do Jornalismo. Atenta-se também ao quinto elemento descrito pelo autor, que denota o processo de profissionalização a partir de um momento tal da sociedade moderna que se compara, no quesito efervescência da vida urbana, ao período romano em que publicações diárias circularam.

Tomando como exemplo os clássicos da literatura, *Iliada* e *Odisseia*, percebe neles modos de narração semelhantes aos utilizados pelo jornalismo, como o *lead* jornalístico, que não seria então “mais do que uma reinvenção, readaptação e aperfeiçoamento de uma estrutura literária e retórica ancestral para fomentar o interesse por uma história” (SOUSA, 2008, p. 14), diferentemente da versão apontada pela literatura norte-americana de que o *lead*, a pirâmide invertida surgem como invenção de seus jornalistas: “é essencialmente uma reconversão e um aperfeiçoamento de uma estrutura enunciativa da retórica e da literatura antigas, adaptada à difusão de notícias pelo telégrafo (séc. XIX) e pelos meios impressos.” (SOUSA, 2008, p. 15)

Na sequência cronológica das manifestações jornalísticas, o autor cita as experiências que podem ser consideradas as mais antigas e semelhantes ao jornalismo contemporâneo, que foram as *Actas Diurnas*, ou *Actas Públicas*, *Actas Urbanas* ou *Diurnálias*, que teriam surgido em Roma, aproximadamente no século II a.C., em decorrência do desenvolvimento político, social, econômico, territorial romanos, e que procurava

satisfazer as necessidades dos governantes, dando a conhecer à população as suas decisões, manter informados os pro-cônsules que se encontravam nas províncias distantes da urbe e alimentar a curiosidade de uma numerosa classe dominante que necessitava da notícia e incluso da bisbilhotice para estabelecer relações e equilibrar o poder.” (HERNANDO CUADRADO, 2007, p. 11 apud SOUSA, 2008, p. 22)

Sobre as *Actas Diurnas* e os jornais contemporâneos, o autor defende que as semelhanças existentes residem na periodicidade e frequência de publicação, nos conteúdos variados, na existência de agentes especializados em suas escritas, na difusão pública e massiva de suas informações, além de serem iniciativas vinculadas ou ao estado romano ou a particulares.

Durante a Idade Média, período entre os séculos IV/V e XIV/XVI e em que o conhecimento racional dá lugar ao ensino escolástico e teocrático e perdem-se “conquistas educativas, sociais, políticas e culturais dos povos da Grécia e do Império Romano” (SOUSA, 2008, p. 24), com o declínio das cidades, o retorno à vida rural e o enfraquecimento das trocas comerciais, a informação voltou a circular predominantemente pela oralidade. Ainda como exemplos pré-jornalísticos, Sousa (2008) situa neste período as crônicas, com registros factuais

de atos da nobreza e da monarquia; as cartas informativas, destinadas ao envio para locais distantes, e os relatos de viagens, que, assim como a crônica, aproximavam-se pela escrita às reportagens, dada a escolha pela descrição pormenorizada.

No Renascimento, período de transição à Idade Moderna na Europa, Sousa (2008) descreve que fenômenos culturais e sociais ganharam nova dinâmica, motivada pela ascensão da burguesia, que se fortalece com o comércio, ganhando poder político e moldando o cenário para o desenvolvimento do capitalismo ocidental; pela reorganização urbana, que abandona modelos feudais e para tanto adota o absolutismo como via para garantir unidade territorial e organizacional da burguesia frente à nobreza que perde poderes paulatinamente; e pelas novas formas de se relacionar com o saber, com a ampliação de universidades e escolas, o apego às artes e ao conhecimento, e o desenvolvimento da indústria do papel e do sistema tipográfico de Gutenberg, que possibilitam a consolidação da cultura escrita frente à oral. Junto às manifestações anteriores, como cartas e crônicas, cujos estilos aproximavam-se cada vez mais do relato noticioso, somaram-se os almanaques, publicações periódicas com intuítos comerciais sobre informações variadas, e as folhas volantes, que noticiavam em poucas folhas algumas notícias de maneira ocasional, desde eventos notórios a interesses locais.

O acolhimento das folhas noticiosas pelo público, segundo Sousa (2008), fez com que alguns empresários da época percebessem uma necessidade, ou no mínimo avidez por notícias regulares, transição da qual surgem os primeiros jornais, com inclusão de notícias variadas. A tipografia gutenberguiana, para o autor, alicerçou uma indústria rentável que possibilitaria projetos industriais de jornalismo. Resultou, então, de uma necessidade social gerada pelo desenvolvimento histórico da burguesia, durante o prelúdio mercantilista (SODRÉ, 1977), o que justapõe a história da imprensa à história do desenvolvimento da nascente sociedade capitalista. Além de contribuir para racionalizar a cultura europeia para longe da autoridade escolástica e da teocracia, mobilizando valores próximos da liberdade de pensamento e de expressão.

Como as trocas interessavam a camadas fortes, porém pequenas da sociedade, o desenvolvimento da imprensa foi muito lento naquela fase, e, para Nelson Werneck Sodré (1977) ela foi facilmente controlada pela autoridade governamental. As notícias dessa atividade jornalística que renascia em ambientes urbanos sofriam com interferências políticas, com esforços censurantes ou manipuladores, o que, apesar de tudo, denotava a importância e o impacto das notícias no período. É nesse período da modernidade do século XVII em que surgem os primeiros jornais apelidados de gazetas, com características que atendiam à

sociedade em expansão: mais informações que em folhas avulsas, em menos páginas e mais barato que almanaques, por conta dos anúncios, circulando em períodos cada vez mais curtos.

Há, para Sodré (1977), uma relação de paralelismo entre a evolução técnica de produção na imprensa e dos meios de comunicação e de transporte, alterando justamente “o volume e espaço geográfico em que a notícia, ou a informação, ou a doutrinação têm oportunidade.” (SODRÉ, 1977, p. 2) Dessa forma, Sousa (2008) afirma que é a partir das gazetas que se pode afirmar que o jornalismo noticioso surge na Europa, entre os séculos XVI e XVII, com os acúmulos históricos descritos até aqui. Versão diferente, portanto, das avaliações de que o jornalismo nasce ou se desenvolve com práticas inéditas na Grã-Bretanha e/ou nos Estados Unidos (NEVEU, 2006), sendo estes países responsáveis, de uma maneira, pelas normas que vigoraram no século XX, séculos mais tarde. Nesse período, já admitem-se poucos profissionais dedicados à redação, paginação e impressão.

O jornalismo caracterizado por *de transmissão*, pela classificação de Charron e de Bonville (2016), marcado pela falta de identidade de um jornalista em si a realizar as tarefas que materializavam os jornais ruma aos poucos a um jornalismo *de opinião*. O gazeteiro torna-se editor e faz do jornal o palco para lutas políticas, de embate de posicionamentos numa sociedade que trilhava o caminho capitalista no plano econômico mas ainda esbarrava em estruturas políticas remanescente dos períodos anteriores, ou de manutenção de privilégios (COELHO, 2015).

Nesse período, notabilizaram-se as diferenças entre os jornalismo desenvolvidos na França e na Inglaterra. Sem passado feudal, os Estados Unidos, experimentaram uma proposta de liberdade de imprensa sem amarras estruturais, mas com o controle da burguesia, consagrando-a já em sua constituição de 1787.

Na França absolutista, o Estado então constituído combatia as estruturas feudais fragmentadas no interior do país, as críticas e os protestos contra a nova forma de poder, com censura prévia. Sendo, porém, também de seu interesse que um discurso favorável ao governo entrasse em circulação, o Estado absolutista francês foi o primeiro a financiar atividades jornalísticas (SOUSA, 2008).

Já na Inglaterra, que já havia enfrentado um sistema de censura prévia e de licenças para impressão, a disputa de idas e vindas entre o sistema monárquico e o parlamentarismo durante o século XVII acabaria com uma conformação dupla aos jornais: existência concomitante de jornais noticiosos e políticos. O jornalismo, que havia sido um produto

realizado sem distinções entre tipógrafos, editores e jornalistas amadores, vê, no século XVIII, se expandir um modelo inglês de

jornais políticos fundados por grupos de cidadãos, por vezes através de sociedades por ações, [...] que viria a ser o da futura empresa jornalística, [e que] contribuiu para a profissionalização dos jornalistas [...] e para a diferenciação entre o território do jornalismo e dos jornalistas propriamente dito e o da tipografia e dos tipógrafos. (SOUSA, 2008, p. 40)

No século XIX, a ligação entre o desenvolvimento da imprensa do capitalismo notabiliza-se, conforme Sodré (1977), pela produção em massa, com participação da imprensa nessa indústria, pela relação entre o surto demográfico da população ocidental e sua concentração urbana, com a amplitude de um mercado para o jornalismo e para a propaganda, que se retroalimentaram durante esse período.

Coelho (2015) associa a consolidação da sociedade de massas à migração de pessoas cujas identidades estavam vinculadas às suas regiões de origem, que abandonaram em busca de empregos nas fábricas da revolução industrial, tornando-se assim cidadãos anônimos, servos de rotinas em grandes cidades. “A quebra de laços físicos e psicológicos dissolve os públicos na massa” (COELHO, 2015, p. 25). O Estado Social, cuja função de proteção social, prestação de serviços e regulação econômica não atenuou as desigualdades sociais, nem regulou o avanço do sistema capitalista, acabou intensificando os interesses particulares de base econômica em seu interior.

O fortalecimento de mídias de massa, possibilitado pelas inovações tecnológicas, ocorreu nesse período e com esse contexto, de forma que através delas fez-se circular o discurso da opinião pública que legitimava e homogeneizava o tecido social. Ao associarem-se com a publicidade, os jornais puderam se distanciar da relação de dependência com os entes políticos, mas, ainda assim, tiveram de modular seu conteúdo para conquistar o maior número de leitores – e clientes para a publicidade veiculada.

No início do século XIX, o jornal *Evening Post* já admitia que a preponderância da publicidade na viabilidade financeira das atividades de um jornal. O volume de publicidade comercial fez surgir um intermediário especializado, escritório ou agência de publicidade, que ganharam poder e fizeram da imprensa um instrumento: “o desenvolvimento da imprensa em função do desenvolvimento do capitalismo, as gerara; depois de servir à imprensa, serviram-se dela” (SODRÉ, 1977, p. 3).

A notícia, ao final do século XIX toma o espaço dos artigos de opinião, distintos de publicações sobre fatos, e, alicerçada na objetividade como recurso discursivo para abarcar os interesses de um grupo maior de leitores, e em técnicas de escrita para sua possível realização, consolidando um conjunto de saberes, como a noção de objetividade, imparcialidade, que contribuem para a concepção de uma profissão jornalística. Essa é a descrição de Sousa (2008) e também de Otto Groth (2011), para quem o jornalismo como profissão, é produto do século XIX, mesmo que o jornalismo enquanto fenômeno e prática existisse como atividade desde a invenção do jornal. Dessa forma, Groth não enquadra os correspondentes, editores e redatores dos séculos XVII e XVIII: os trabalhadores realizavam trabalho jornalístico, mas não um trabalho jornalístico profissional.

A ofício crescia com a multiplicação e a ampliação de jornais e revistas, composta por escritores e redatores que atuavam com exclusividade, era sua ocupação principal, processo ocorrido nos Estados Unidos e na Europa do final do século XVIII e início do século XIX. Nesse período, por necessidade dos governos absolutistas de dominar a imprensa oposicionista, o livre acesso a esta passou a ser questionado, e, segundo Groth (2011) passou-se a considerar a exigência de um certificado de qualificação para atuação, além de um Código de Honra que surgiu de forma não escrita da profissão jornalística, publicística, com princípios básicos ético-profissionais.

A profissão jornalística passou a oferecer sustento e tornar-se o objetivo de vida para cada vez mais pessoas. O que afluíu nela foi um grupo bem diversificado, extraordinariamente diferenciado quanto à origem, à formação e à concepção de profissão do qual uma parte considerável, quando não a maioria, era formada por pessoas que ‘erraram de profissão’, que fracassaram ou estavam insatisfeitas em uma outra profissão, e que se voltavam à nova profissão pelos motivos mais diversos, porque ela garantia uma solução financeira ou porque a influência publicística era atraente, porque eles tinham uma ambição literária ou queriam fazer críticas artísticas. No começo, a ligação intelectual interna era fraca. O elo que unia os pertencentes à profissão era externo, ou seja, o pertencimento à imprensa periódica. ‘[...] Os princípios e os ideais básicos só se formaram gradativamente, um espírito corporativo e uma consciência própria só cresceram vagarosamente na imprensa periódica [...]’ (GROTH, 2011, p. 331)

Nesse processo de profissionalização, destituem-se dos cargos vinculados ao jornalismo empresarial aquelas pessoas que não tinham a tarefa como sua principal realização. Em meados do século XIX, surgem com mais força as primeiras associações profissionais da área, e o número daqueles que se dedicam à carreira jornalística aumenta. Os jornalistas deixam, lentamente, de serem meros trabalhadores contratados para se enquadrarem em uma

comunidade empenhada no processo de sua profissionalização, “com o objetivo de conquistar maior independência e um melhor estatuto social” (TRAQUINA, 2004, p. 22).

É nesse cenário e com base nessas forças que a profissionalização jornalística ocorreu no Brasil: desde a ocupação provisória, em que o jornalismo era atividade secundária de pessoas com atividades políticas e religiosas e que deram forma à imprensa brasileira do século XIX, cruzando a instalação da imprensa com a vinda da família real, a Independência, a República, até a passagem para o século XX, como um momento em que foi possível disputar ideologicamente o âmbito de cobertura dos jornais e atuar em meio aos conflitos sociais, de maneira favorável ou contrária ao Estado brasileiro.

Outro passo no sentido de estabelecer um estatuto social à profissão jornalística foi a elaboração de códigos deontológicos que lastreassem os horizontes de atuação daqueles que ingressassem na área, e que Traquina (2001) comenta terem sido estabelecidos a partir dos primeiros anos do século XX. Os amplos quadros profissionais dos periódicos tornados grandes empresas fortalecem um discurso sobre a “necessidade de profissionalização dos homens da imprensa, em torno do qual a questão da formação específica passa a ganhar relevância” (OLIVEIRA, 2011, p. 20). Com isso, passam a surgir, em maior número, disciplinas e cursos universitários para que o jornalismo passasse a ser ensinado. O ideal com essas ações políticas era tornar a profissão jornalística equiparável a outras profissões liberais, como médicos e advogados, e, por isso, se recorreu às estratégias de cercamento destas profissões, nesse caso, uma conformação de conhecimentos específicos que garantissem legitimidade para a prática.

2.2 A UNIVERSIDADE E O ENSINO BRASILEIRO DE JORNALISMO

A origem das universidades remonta aos séculos XII e XIII, na Europa Medieval, atreladas ao poder da Igreja Católica. No século XV, esse poder se dividia com os Estados nacionais, o que fez com que, no século XVIII, a Revolução Burguesa de 1789, na França, adotasse postura anti-universitária, dado o combate a toda forma de poder que remetesse ao absolutismo, passando a valorizar escolas profissionais. Para Paula (2009) pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior da Universidade Federal Fluminense, as primeiras universidades modernas e laicas tiveram lugar na França, napoleônica, com objetivo de formar quadros para o Estado; e em Berlim, então cidade prussiana, com objetivo de integrar ensino e pesquisa com autonomia intelectual frente ao Estado e à Igreja.

Nesse sentido, desde os seus primórdios, a universidade, enquanto instituição, vem buscando conquistar a sua autonomia frente ao Estado e à Igreja – a história da universidade confunde-se com a sua luta pela conquista da autonomia acadêmica, didática, administrativa e de gestão (PAULA, 2009, p. 72). Os principais modelos universitários a galgar espaço no mundo foram o alemão, o francês e o norte-americano. Historicamente, os dois primeiros influenciaram os momentos iniciais da universidade brasileira.

Segundo Paula (2009), o modelo francês pode ser descrito a partir da experiência de eliminação das universidades patrocinada por Napoleão em 1793, dado o vínculo estrutural que suas administrações mantinham com o Antigo Regime. Com o iluminismo, a cultura clássica deveria dar espaço ao enciclopedismo. Seu modelo então pressupunha escolas profissionalizantes isoladas, dissociadas da pesquisa e voltadas exclusivamente ao ensino. As Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras eram consideradas hierarquicamente rebaixadas frente às escolas especializadas, o que, por sua vez, garantia a perpetuação das divisões de classe, pressupondo o acesso da elite às últimas e dos menos favorecidos às primeiras, garantindo a manutenção dos laços das elites com o Estado.

Para a autora, o modelo alemão estabelecia como centro nervoso da Universidade as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, com foco na formação científica, humanista, idealista e não pragmática, com a pesquisa interligada ao ensino. Mantinham, também, uma autonomia relativa diante do Estado e dos demais poderes políticos, que financiavam a Universidade sem que houvesse, por parte desta, uma obrigação moral em servir ao mercado e à sociedade diretamente. O modelo alemão carrega a alcunha de humboldtiano em referência a um dos fundadores da Universidade de Berlim, Wilhelm von Humboldt, que defendia a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da formação na Universidade, entendendo a pesquisa como livre de pressões estatais, religiosas e de outras demandas externas ao campo acadêmico.

Diferentemente do que ocorrera durante a colonização espanhola em territórios latino-americanos, com universidades fundadas como instituições religiosas, no Brasil colonial, os filhos da elite portuguesa nascidos brasileiros precisavam migrar para frequentar a Universidade de Coimbra depois de terem sido educados pelos jesuítas da Companhia de Jesus. As primeiras instituições de ensino superior brasileiras foram criadas três séculos depois, nas cidades onde aportara a Família Real Portuguesa, Salvador e Rio de Janeiro, em 1808, conforme Arabela Oliven (2002). Durante o período imperial, surgem algumas faculdades no sudeste e

nordeste brasileiros, com ensino superior voltado à orientação profissional, seguindo o modelo francês, à sombra da instituição coimbreense (OLIVEN, 2002).

Durante a República Velha, entre os anos 1899 e 1930, o positivismo, que orientava a política da época, via na universidade uma estrutura antiquada, ultrapassada e que não corresponderia às aspirações da nova república brasileira. Dessa forma, a elite julgava mais úteis os cursos técnicos profissionalizantes. Nesse mesmo período, a imprensa brasileira assemelhava-se ao cenário global de permanências do paradigma de opinião (CHARRON; BONVILLE, 2016), numa lenta transição para o modelo que viria a prevalecer nas décadas seguintes, o informativo, cujo conteúdo noticioso, derivava do trabalho do repórter, até então, subalterno. Naquele momento, quem cumpria majoritariamente a função opinativa nas redações eram bacharéis de direito, intelectuais pertencentes a burguesia nacional, egressos inclusive de algumas faculdades cujos programas de ensino incluíam disciplinas de produção textual objetivando ocupações extrajurídicas (BARBOSA, 2000 apud MELO, 2006).

O que José Marques de Melo (2006) caracterizou como uma luta de classes latente nas redações jornalísticas seria a motivação principal para o repórter Gustavo de Lacerda propor, na cidade do Rio de Janeiro, a criação de uma entidade de classe, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que contaria com uma Casa de Jornalista abrigando um Clube de Repórteres e uma Escola de Jornalismo. Ideia inicialmente não bem aceita em seu meio, seu objetivo era o de “assegurar à classe jornalística os direitos assistenciais e tornar-se um centro poderoso de ação”⁸, ou, em síntese, lutar por melhores condições salariais, de trabalho e que pudesse aprimorar a educação dos repórteres, a fim de “habilitar, por meio de título de capacidade intelectual e moral, o pretendente a colocação no jornalismo” (MOREL, 1985 apud MELO, 2006, p. 19).

No ano em que a imprensa instalada no Brasil completava seu centenário, ocorreu a fundação da Associação de Imprensa⁹, futura ABI, no dia 7 de abril de 1908. As ideias de Gustavo de Lacerda, que presidiu a entidade até a data do seu falecimento em 4 de setembro de 1909, permaneceram no ideário de seus seguidores. Em detalhada descrição histórica desse período, Fernanda Lima Lopes (2013) relata que, em 1913, o segundo presidente da associação, Dunshee de Abranches, deu sequência às discussões sobre a implementação de uma Escola de Jornalismo; uma proposta curricular fora rascunhada em 1917 e, durante I Congresso Brasileiro

⁸ IMPRENSA, Associação Brasileira de. **História**. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/institucional/historia/>>. Acesso em: 20 out. 2018.

⁹ <https://www.geledes.org.br/gustavo-de-lacerda-o-criador-da-associacao-brasileira-de-imprensa-abi/>

de Jornalistas, em 1918, um projeto de escola de jornalismo fora encaminhado pela comissão que debateu identidade profissional e escola de jornalismo, reunindo as concepções tidas no período sobre como se pensar o ensino de jornalismo.

Para Melo (2006), as ideias que embasavam o projeto defendido no congresso se equiparavam às ideias defendidas por organizações norte-americanas, fortemente vinculadas a uma formação prática, apesar de ser possível identificar alguma influência do ensino de jornalismo europeu, cuja vocação tendia a discussões mais próximas a uma ciência da imprensa.

Que a discussão sobre o ensino de jornalismo tenha se dado a partir da estruturação de uma entidade de classe, e ao longo dos anos cada vez mais aumentasse a incidência da atuação corporativista nos rumos dos debates, é uma característica que marca a história da área no país, mas não só. A primeira universidade brasileira, datada de 1923 e chamada Universidade do Rio de Janeiro reunia administrativamente faculdades já existentes, mantendo a influência do padrão francês, tendo como função estrutural a distribuição de títulos e diplomas para “reproduzir uma estrutura de classes com pouca mobilidade social” (MEDITSCH, 2012, p. 50).

Paulatinamente, os debates sobre a pesquisa e o ensino superior brasileiro foram se ampliando. Já na Nova República, Getúlio Vargas cria o Ministério de Educação e Saúde, que implementou o Estatuto das Universidades Brasileiras, que vigorou até 1961:

A universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, isto é, particular; deveria, também, incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras” (OLIVEN, 2002, p. 27).

Segundo a autora, o papel do governo federal na normatização do ensino superior viria a ser questionado com relativa constância, e, como alternativa ao projeto universitário que desconsiderava a pesquisa, Anísio Teixeira criou, por decreto municipal, a Universidade do Distrito Federal, em 1935, voltada à “renovação e ampliação da cultura e aos estudos desinteressados”. Nela, o projeto para o curso de jornalismo fora desenvolvido por Costa Rego, editor do jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, e que apesar de também ter dirigido a ABI, delineou um projeto que, em conformidade com a proposta daquela instituição, se pautasse mais pela reflexão sobre a cultura de massa do que pela formação voltada à prática (MEDITSCH, 2012; LOPES, 2013). Essa Universidade, entretanto, foi fechada pelo governo federal por motivos políticos, deixando de funcionar em 1939, com seus cursos transferidos para a Universidade do Brasil, projeto de Vargas que serviria de modelo único para o restante do país, nas 22 universidades federais implementadas durante o Estado Novo em cada capital federativa do Estado, à época.

Nesse mesmo período, o Decreto-lei nº 910/1938, que dispunha sobre as condições e duração de trabalho em empresas jornalísticas, oficializava, em termos, a criação de escolas de jornalismo

Art. 17. O Governo Federal, de acordo com os Governos Estaduais, promoverá a criação de escolas de preparação ao jornalismo, destinadas à formação dos profissionais da imprensa.

Parágrafo único. Criadas as escolas, de que trata este artigo, a inscrição no Registo da Profissão Jornalística só se fará, para os novos profissionais, em face dos diplomas do curso feito ou exames prestados em tais escolas. (Decreto-lei nº 910, 1938)

Lopes (2013) lembra que também em 1938 o Decreto-lei 421 definia que cursos superiores só poderiam funcionar a partir de autorização federal e de reconhecimento pelo Ministério da Educação, ficando a cargo das universidades a construção curricular. Foi em 1943 que o decreto-lei nº 5.480 instituiu os cursos de jornalismo no ensino superior do país. Nele, determinou-se que o curso seria ministrado pela Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro, em parceria com a Associação Brasileira de Imprensa, sindicatos de empregados e empregadores da imprensa. Apesar do decreto, o curso entraria em atividade somente em 1948. Melo defende, como Petrarca (2007), que parte relevante do *lobby* corporativista de jornalistas para a formação de cursos universitários veio de funcionários públicos da comunicação do governo Getúlio Vargas, interessados no aumento de seu salários com o título de nível superior (1977, *apud* MEDITSCH, 2012).

Dada a nova legislação, 1947 é considerado o ano de fundação do primeiro curso superior de jornalismo no Brasil. Em testamento, Cásper Líbero, proprietário e diretor do jornal *A Gazeta*, destinou parte de sua herança para a criação de uma Fundação com seu nome, que deveria manter uma faculdade de jornalismo e, assim, a partir de um convênio entre a fundação e a PUC-SP, surgiu a Faculdade Cásper Líbero, como parte integrante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Bento (NUZZI, 1992, *apud* AFONSO, 2006). Tal qual a experiência na Universidade do Distrito Federal, o ensino de jornalismo no período era amplo e considerado “beletrista”, ou “clássico-humanista” (MEDITSCH, 2012), em detrimento das atividades práticas em relação às teóricas, e cujo corpo docente era, em sua maioria, proveniente de “áreas de direito, filosofia, ciências e letras, além de contar com consagrados jornalistas de São Paulo”, segundo Couto (2007, *apud* LOPES, 2013), algo que veio a se repetir no curso de jornalismo ministrado na Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro, dada a característica das faculdades que abrigavam os cursos de jornalismo. Nos anos 1950, segundo Nuzzi (1992, *apud* AFONSO, 2006) a novidade nos cursos de jornalismo foi a possibilidade de

se optar em determinado momento da formação por áreas específicas, variando em áreas das ciências humanas e em áreas de formação técnica, mantendo-se obrigatória a formação em rádio e jornal. Como reflexo da instituição dos primeiros cursos de jornalismo e da modernização do aparato de imprensa do período, incluindo o advento da televisão, é nesse período em que a imprensa alcança um novo patamar de profissionalização, e, junto dele, um fortalecimento da identidade do grupo de profissionais, tendo a ideologia da objetividade, de influência americana, por exemplo, alcançado caráter de valor, para além de um saber compartilhado (LOPES, 2013). Isso viria a influenciar o ensino do jornalismo daquele momento em diante, por conta do contato que os professores dessas instituições acabavam tendo com as reflexões americanas, reflexões a que tinham contato, apreço e que, não obstante, fortaleciam a categoria. Luiz Beltrão, por exemplo, visitou escolas americanas para posteriormente produzir relatórios ao Ministério da Educação, além de outras publicações que acabaram influenciando o ensino em outras partes do país (LOPES, 2013).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, promulgada pela Lei nº 4.024 de 1961, teve como intuito o reforço do modelo tradicional das instituições de ensino superior já existentes no país: manteve “a cátedra vitalícia, as faculdades isoladas, e a universidade composta por [...] justaposição de escolas profissionais; além disso, manteve maior preocupação com o ensino, sem focalizar o desenvolvimento da pesquisa.” (OLIVEN, 2002, p. 32). O Conselho Federal de Educação passaria então a autorizar e fiscalizar a criação de novos cursos, além de controlar os currículos mínimos para cada curso superior, como o do jornalismo determinado pelo Parecer nº 323/62 do Conselho Federal de Educação ao MEC, órgão recém criado pela Lei nº 4.024/61 (MOURA, 2002).

Na redação do parecer estava disposto que, diferentemente de outros cursos, com limites e disciplinas específicas e matérias afins, ao jornalismo tudo lhe interessava, e que sua especialidade poderia ser definida por sua própria generalidade, assumindo, dessa forma, a imiscuidade entre a atividade profissional e o processo de ensino do jornalismo, numa relação de pragmatismo. O adendo à compreensão de quem o curso deveria atender se estendia dos jornalistas que atuavam na imprensa para os jornalistas que atuavam também no rádio e na televisão, donde se constata a referência nessa profissão única, com sua legislação e registro profissional (MOURA, 2002). O currículo proposto pelo Parecer nº 323/62, aprovado ao final de 1962 para entrar em vigor a partir de 1963, com duração prevista de três anos letivos, propunha disciplinas divididas em três categorias, disciplinas gerais, especiais e técnicas, estas obrigatórias, podendo ser desdobradas, autorizando aos alunos a possibilidade de cursarem

outras disciplinas em outros cursos. Havia também, já na resolução deste parecer, a indicação da obrigatoriedade de uma parte prática, a título de treinamento, em estágios em redações de empresas jornalísticas.

A criação da Faculdade de Comunicação de Massa, na Universidade de Brasília, em 1963, introduziu a divisão por habilitações, dentre as quais jornalismo; televisão, rádio e cinema; publicidade e propaganda, com a habilitação de relações públicas sendo criadas mais tarde (AFONSO, 2006). Até o final daquela década, outras faculdades de comunicação social foram criadas ou transformadas, a partir de cursos de jornalismo. Tal fenômeno se deve em grande medida à influência do Centro Internacional de Estudos de Jornalismo para a América Latina (CIESPAL). Fundada a partir do interesse da UNESCO, num cenário de guerra fria, em evitar que o jornalismo nos países subdesenvolvidos servisse à perda do controle político pelos Estados Unidos na região, instalou em Quito no Equador uma sede para formação de professores. Assim, se algumas concepções teóricas ao jornalismo e os exemplos americanos já vinham influenciando a experiência brasileira, a atuação da CIESPAL fortaleceria o modelo que até então se colocava como uma demanda contínua de estudantes dos cursos de graduação em jornalismo: uma formação mais técnica e menos voltada às questões humanas e sociais, essas ensinadas de maneira mais mecânicas que o costume, além de uma despolitização das relações educacionais, segundo Ianni (1974 apud MEDITSCH, 2012).

Ao currículo mínimo de 1962, as críticas cabíveis, como as de Rizzini (1953, apud LOPES, 2013), davam conta da consideração do jornalista como um profissional especialista em generalidades, na medida em que as disciplinas variavam das gerais, como estudos de cultura, história, geografia e economia brasileiras, disciplinas especiais, como línguas portuguesa, estrangeira, ética, etc, e disciplinas técnicas, de rádio, jornal, televisão e administração.

O segundo currículo mínimo, de 1965, estabelecido pelo Parecer nº 984/65, com Celso Kelly como relator, elaborado já em período de ditadura militar e sob efeito da atuação política da CIESPAL, marca a transição do ensino para uma fase positivista dos currículos, como destaca Meditsch (2012). Aprovado em abril de 1966 e homologado em agosto de 1966, surge com a noção do jornalista polivalente, que transitaria até a figura do comunicador social. Conforme o autor, nesse período, o ensino de jornalismo subordinaria a indústria da informação e da opinião à indústria da sugestão, de forma a “modernizar” o ensino: modernização, porém, que não se concretizou como o esperado por conta dos limites orçamentários e estruturais dos cursos de jornalismo.

O texto do Parecer nº 984/65 é explícito na indicação da referência a atuação da CIESPAL, essa que “não cessa de proclamar a necessidade, para seus profissionais, da mais ampla base de conhecimento e de treinamento em técnicas apuradas a serviço da informação” (MEC-CFE. DOCUMENTA nº 50, p. 69). Propõe ao ensino de Jornalismo estudos baseados em três aspectos: o instrumental, visando linguagem e técnicas; o cultural, para conhecimento geral; e o fenomenológico, “para o conhecimento dos efeitos psico-sociais decorrentes de sua atuação” (Ibidem). Ao citar a ampliação do escopo de “jornalisms”, agrega manifestações que variam conforme os meios de emprego, diário, periódico, radiofônico, ilustrado, televisionado, cinematográfico e um estranho conceito de “jornalismo publicitário” e relações públicas. Justifica que a

todos esses ramos são comuns os estudos do fenômeno jornalístico, bem como os conhecimentos gerais, variando a intensidade de cada técnica particular, decorrentes todas de uma teoria geral da informação. A profissão não comporta cursos diversificados, pois as ofertas de trabalho levam os jornalistas a frequentar mais de um setor. Recomendável, pois, é a formação de jornalista polivalente, cuja especialização seria complementada mediante cursos pós-graduados. (MEC-CFE. DOCUMENTA nº 50, p. 69)

Nesse segundo currículo mínimo, aos três anos letivos do primeiro currículo mínimo foi acrescido mais um ano, totalizando 2.700 horas-aula. Às disciplinas anteriormente obrigatórias, acrescentou Teoria da Informação, para a investigação científica dos meios de informação; Jornalismo comparado, entre países com suas distintas práticas e entre os meios de veiculação e seus formatos; Redação de Jornalismo, para complementar a disciplina de língua portuguesa; e o desmembramento das disciplinas de História e de Geografia do Brasil. Sugere, inclusive, que as disciplinas gerais se atentem para os problemas sociais brasileiros e suas vinculações aos assuntos jornalísticos.

É no terceiro currículo mínimo, também elaborado por Celso Kelly, em 1969, que o projeto da CIESPAL é aprofundado, na medida em que foi resultado de quatro seminários promovidos pela entidade (MOURA, 2002). O Parecer nº 631/69, de 2 de setembro de 1969 veio no bojo da Lei da Reforma Universitária, nº 5540/68, que entrou em vigor ao final daquele ano, dias antes do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, que autorizava a suspensão de direitos políticos de quaisquer cidadãos e a intervenção em estados e municípios, sem as limitações constitucionais de 1967, proibindo assim manifestações políticas e implantando uma liberdade vigiada, o que favoreceu uma articulação da Universidade ao sistema econômico sem as resistências políticas que ocorreriam noutra situação (LINS DA SILVA, 1979, *apud* MEDITSCH, 2012, p. 57).

A reforma universitária pensada nesse período foi reflexo direto dos acordos MEC/USAID de 1965 e 1967, entre o Ministério da Educação brasileiro e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, e do Relatório Atcon, de 1966 (PAULA, 2009), que buscava reformas do ensino superior para implementar o modelo norte-americano de ensino superior no Brasil, com (1) vínculo entre educação e desenvolvimento econômico/mercado de trabalho; (2) parcerias com o setor produtivo; (3) vestibular unificado e ciclo básico de ensino, regime de créditos e matrícula por disciplina; (4) criação de departamentos em substituição às cátedras; (5) criação da carreira docente com dedicação exclusiva; (6) reformulação administrativa despolitizante, entre outras características (PAULA, 2009). Ao evitar um ensino devidamente politizado, esses fatores todos influenciaram o currículo de jornalismo a se tornar algo técnico-profissionalizante, no mesmo ano em que a obrigatoriedade do diploma surge como uma vitória da categoria (MEDITSCH, 2012).

O Parecer nº 631/69 estabeleceu então um Plano de Currículo de Comunicações, na qual instituiu como área de formação profissional a habilitação polivalente; em jornalismo; em relações públicas; em publicidade e propaganda; e em editoração. O currículo para o Jornalismo, foi, assim, nesse caso, revisado. Em não havendo laboratórios para práticas específicas, convênios deveriam ser celebrados. A duração do curso novamente fora alterada, para 2.200 horas em no mínimo três e no máximo seis anos letivos (MEC/DDD, 1975, p. 138)

O relatório do Parecer nº 631/69 reforça as conclusões a que chegaram os quatro seminários do CIESPAL, a centralidade dos conhecimentos fenomenológico, instrumental e cultural para o ensino de Jornalismo. Descreve, pela primeira vez, uma forma de entender conceitualmente o jornalismo, já descrito como “a transmissão regular de notícias a uma comunidade, em termos de influir na formação de correntes de opinião pública” (KELLY, 1966, p. 70-71 apud MEC/CFE. DOCUMENTA nº 105, p. 102).

Foi ainda em 1969 que o Decreto nº 972 de 12 de outubro de 1969 regulamentou a profissão jornalística, tornando obrigatório o requisito do diploma para atuação, excetuando aqueles que já trabalhavam no jornalismo ou que não dispunham de faculdades próximas para realização de um curso (PONTES, 2015). Com a Lei de Imprensa instituída em 1967, o controle do governo sobre os jornalistas passa a abranger desde os estudantes até os profissionais, ainda que, com isso, os jornalistas tenham ganhado um recurso à profissionalização, de fechamento de suas fronteiras, tornando necessário conhecimento específico para ingresso na profissão.

Em 1979, após uma década de críticas ao modelo adotado, pretendeu-se, conforme Meditsch (2012), a instauração de uma fase “crítica reflexiva”, dado que a influência da política

americana para o cenário internacional havia abrandado, assim como a própria ditadura militar brasileira. Porém, o currículo tornou-se burocrático, mal elaborado em seu processo de escrita e com uma estrutura curricular dividida em fundamentação humanística, específica e profissional que exigia laboratórios que mais uma vez as condições financeiras e estruturais dos cursos não tornaram viáveis, o que motivou inclusive uma campanha de empresários da imprensa pelo fim dos cursos, de forma que o Conselho Federal de Educação tornou optativa a readequação a nova estrutura curricular.

O último currículo mínimo, de 1984, manteve aspectos burocratizados, presentes em todas as outras propostas curriculares, o que Meditsch (2012) resume como uma inércia inseparável da história da área, da forma como se organizam as instituições e dos agentes que dão forma ao currículo. Afonso (2006) ainda elenca como fato relevante na década de 1980 a experiência pedagógica do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, numa ruptura com o modelo de comunicador polivalente.

Uma nova reforma universitária voltaria a ocorrer após a redemocratização do Brasil e a promulgação da Constituição Brasileira de 1988. Foram oito anos até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), sob o nº 9.394/96. No que diz respeito ao ensino superior, a LDBEN previu¹⁰ destaque à pesquisa científica e a promoção de atividades de extensão universitária; a possibilidade de oferta de cursos de extensão; a possibilidade de abertura de centros universitários e universidades especializadas por campo de saber privados; cursos sequenciais, de formação técnica de curto prazo; de graduação, abrindo a possibilidade à modalidade a distância; de pós-graduação: especialização, mestrado, doutorado e aperfeiçoamento. Com relação à gestão, garantiu-se a autonomia às universidades públicas e privadas, com exigência de no mínimo 1/3 do corpo docente com título de mestre, e 1/3 do corpo docente trabalhando em regime de dedicação integral.

Acusadas de improdutivas a partir de um modelo americano, as universidades passam a ser submetidas a processos de avaliação de produtividade, determinadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, como ferramenta para a organização da educação nacional, cujos resultados definiriam prioridades para o ensino. Assim, instituíram-se o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), o Exame Nacional de Curso da

¹⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional-ldben>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

Educação Superior (ENC), que seria precedido pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), a Avaliação Institucional (AI) e a Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG). Cabe ressaltar que o ENC avaliou, ainda em 1998, os cursos de Jornalismo de maneira dissociada dos demais cursos de Comunicação Social. A autorização, o reconhecimento e o credenciamento de cursos de instituições de educação superior passariam a depender de regulares avaliações, devendo ser renovados periodicamente, o que acaba ferindo a autonomia das instituições universitárias, inscrita no artigo 207 da Constituição Federal de 1988. (PAULA, 2009).

A diferença entre os dois momentos históricos de ampla influência americana na educação superior brasileira, durante os governos militares, e durante os governos neoliberais, esteve no maior investimento realizado pelos primeiros, o que expandiu o setor, possibilitando a criação dos cursos de pós-graduação que Paula (2009) define como menores e mais seletivos que os de graduação, que pretendem-se mais democráticos e amplos. A autora argumenta que, no geral, têm crescido a pressão por uma maior flexibilização dos modelos ofertados de ensino superior, como uma demanda de mercado que busca clientes distintos, e que, em última instância, reforçam lugares de excelência para poucos e oferta de ensinamentos fragmentados para a massa de menor capital.

A década de 1990 é marcada pela expansão do número de cursos de jornalismo, motivado em parte pelo advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, que possibilitou às faculdades a estruturação de currículos menos engessados, conforme Afonso (2006).

Em 2001 foram aprovadas as novas diretrizes curriculares da área de Comunicação Social, que instituiu o Projeto Acadêmico como o fundamento dos cursos e propunha o fim da dicotomia entre teoria e prática, mantendo para isso as habilitações, cada qual com liberdade para construir seus currículos, seu conteúdo teórico, analítico-informativo, ético-político e prático. (FARO, 2003, apud AFONSO, 2006), ainda que se mantivesse a condição de habilitação de Comunicação Social ao jornalismo (ANTONIOLI, 2014).

Desde o título, e por todo o texto, as diretrizes em vigor conduzem a interpretações equivocadas, ao confundirem a área acadêmica da comunicação com os cursos de graduação voltados para a formação das profissões que dela fazem parte. É provavelmente um caso único de diretrizes formuladas para uma área, pois a Lei 9131, de 25 de novembro de 1995, estabelece em seu Art. 9º § 2º que as diretrizes devem ser formuladas “para os cursos”. (BRASIL, 2009)

Com o intuito de ampliar o acesso ao ensino superior por meio da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais, para que estudantes pudessem ingressar em cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica de instituições privadas de educação superior, independentemente da qualidade do ensino ofertado, o governo federal criou o Programa Universidade para Todos (PROUNI), regulamentado pela Lei nº 11.096/2005. Foi criado também o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), destinado a financiar os custos de cursos de graduação na educação superior de estudantes sem condições de arcar integralmente com as mensalidades em instituições não gratuitas e cadastradas no programa. O Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096/2007, viabilizou a abertura de novos cursos pelo país, mas também propunha a elevação da taxa de conclusão de curso, dobrando a relação de alunos por professores, precarizando nesse aspecto o trabalho que envolve o ensino.

Durante os dez anos precedentes, ocorreram eventos que promoveram o posicionamento pela especificidade do Jornalismo frente à Comunicação. Em 1997, a Fenaj realizou um Congresso Nacional dos Jornalistas em cuja pauta estava o Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação Profissional dos Jornalistas (MEDITSCH, 2012), desconsiderado na primeira proposta que definiria as diretrizes da Comunicação em 2001. De toda forma, as diretrizes elaboradas para a Prova do Exame Nacional de Cursos em 1998 acabaram “definindo uma orientação para todos os cursos de Jornalismo do país, através dos conteúdos, habilidades e perfil do profissional que seriam exigidos no exame” (MEDITSCH, 2012, p. 140). Após uma segunda proposta que diluía as identidades das habilitações, realizou-se um seminário promovido pela Fenaj, pelo site Observatório da Imprensa e pelo Fórum Nacional de Professores de Jornalismo em que se elaborou uma contraproposta que fortalecia as habilitações, garantindo 50% de conteúdo específico ao Jornalismo. Os ganhos políticos foram ignorados pela versão final das diretrizes aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação. Durante o primeiro governo Lula a mudança nos mecanismos de avaliação de cursos, que haviam resultado em ganhos específicos à área do Jornalismo, são substituídos pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, o Sinaes, que passa a avaliar instituições e não cursos em si, utilizando-se de um conjunto de avaliações que substitui a análise das condições de oferta dos cursos, sem exigências específicas, dando maior atenção às intenções que aos resultados concretos do ensino, além de a fiscalização ser realizada por uma equipe multidisciplinar, e não necessariamente da área, dentre outras características (MEDITSCH,

2012). A fragilização dos processos avaliativos dos cursos, somados à proliferação de cursos de baixa qualidade no mesmo período fez com que, no Encontro Anual do Fórum de Professores de Jornalismo, fosse aprovada carta que propunha a suspensão do Sinaes e a rediscussão de medidas avaliativas propostas pelos campos profissional de ensino e pesquisa de Jornalismo. (MEDITSCH, 2012).

Esse é o cenário precedente para o momento na qual diretrizes curriculares específicas ao jornalismo entraram em pauta. De debates iniciais travados ainda em meados da década de 2000, o debate ganhou novo elemento em 2008 a partir da campanha da Federação Nacional dos Jornalistas pela manutenção da obrigatoriedade do diploma – que deixaria de ser obrigatório a partir de 2009 por decisão do Supremo Tribunal Federal¹¹, configurando mais um percalço para o desenvolvimento da profissão.

¹¹ ABREU, Diego. **STF derruba exigência de diploma para exercício da profissão de jornalista**. 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1198310-5598,00-STF+DERRUBA+EXIGENCIA+DE+DIPLOMA+PARA+EXERCICIO+DA+PROFISSAO+DE+JORNALIST+A.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

3 OS NOVOS PPPCS PARA OS CURSOS PÚBLICOS DE JORNALISMO GAÚCHOS

Em 2008, o então ministro da Educação, Fernando Haddad, anunciou a meta governamental de rever e atualizar as diretrizes curriculares dos campos que são fundamentais para educação da cidadania¹². Entendendo a saúde e a vida, a justiça e a informação como basilares em uma sociedade democrática, os primeiros cursos a serem escolhidos para o cumprimento da meta foram medicina, direito e jornalismo.

A inclusão do curso de jornalismo na meta de rever e de atualizar diretrizes curriculares não é algo que possa ser lido de maneira desvinculada do momento histórico vivido pela profissão, a saber, o questionamento quanto à exigência do diploma para o exercício da atividade jornalística. Lopes (2013) recupera notícia¹³ do site da Federação Nacional dos Jornalistas de 2008 em que consta relato de reunião de representantes da FENAJ, da FNPJ, SBPJor com Fernando Haddad em 23 de outubro daquele ano.

O ministro, ao admitir que a regulamentação e o exercício profissional não competiam ao MEC, propôs a formação de uma comissão para revisar as diretrizes curriculares. Em nota, consta que esse encontro foi solicitado pelas entidades depois de haver circulado informações atribuídas ao ministro que indicariam interferência no debate sobre regulamentação da profissão e exigência de diploma para seu exercício. Reservando ao Supremo Tribunal Federal a tarefa de discutir a questão do diploma, reiterou que o MEC compreendia a importância da valorização da graduação para a formação de jornalistas. Nessa audiência, o então ministro apresentou a proposta de criar uma comissão para revisar as diretrizes curriculares dos cursos de Jornalismo, algo que as entidades apoiaram e manifestaram interesse.

Lopes (2013) pondera que não é correto dizer que a iniciativa pela revisão das diretrizes, ou melhor, pela criação de diretrizes específicas ao jornalismo, tenha partido exclusivamente da via ministerial, posto que a proposta foi gestada durante anos anteriores por grupos do campo do jornalismo, profissionais e acadêmicos, no aguardo de condições materiais que pusessem o intento em ação. A proposição do ministro segundo a autora

representou uma “concessão para os desejos latentes e movimentos desse grupo de atores sociais que, embora de diferentes composições e funções, esteve reunido, empenhado em criar um nicho mais autônomo para o jornalismo no ambiente acadêmico, dando-lhe mais destaque dentro da área da comunicação. [...] essas

¹² Fala de José Marques de Melo no Fórum Diretrizes Curriculares Nacionais – Curso de Graduação de Jornalismo, realizado na ECA-USP, em 14 de fevereiro de 2014.

¹³ FENAJ (Brasil). **Ministro diz que regulamentação não compete ao MEC e propõe revisão curricular**. 2008. Boletim Eletrônico. Disponível em: <https://fenaj.org.br/ministro-diz-que-regulamentacao-nao-competee-ao-mec-e-propoe-revisao-curricular/>. Acesso em: 03 maio 2020.

intenções foram ventiladas na cena pública durante um debate no final de 2004 e início de 2005 sobre um anteprojeto de lei para a educação superior no Brasil, quando Fenaj, FNPJ e SBPJor assinaram um documento para ser entregue aos parlamentares como contribuição do campo à discussão. Além disso, tais ideias foram alimentadas em ocasiões internas àquelas entidades, como congressos, encontros e outros eventos. (LOPES, 2013, p. 221)

O ministro da Educação convocou, então, um representante de cada uma das áreas que teria suas diretrizes revistas, medicina, direito e jornalismo, para dirigirem os trabalhos. José Marques de Melo, então professor da Universidade Metodista de São Paulo, foi o convidado para presidir a comissão que discutiria a reforma das diretrizes curriculares dos cursos de jornalismo. Este, por sua vez, consultou entidades profissionais e acadêmicas, reunindo ao final sete indicados que passaram a compor a comissão de especialistas, instituída pela Portaria MEC-SESU 203, de 12 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União no dia 13 de fevereiro de 2009, data a partir da qual entrou em vigor. Pela redação da portaria, a comissão teria o prazo de 180 dias para realizar a revisão das diretrizes.

A comissão foi composta, segundo Christofolletti (2009a) por Alfredo Vizeu (UFPE), indicado pelo Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ); Eduardo Meditsch (UFSC), indicado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); Luiz Motta (UnB), indicado pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor); Manuel Carlos Chaparro (USP) e Sonia Virginia Moreira (UERJ), indicados pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom); e Sérgio Mattos (Jornal A Tarde) e Lúcia Maria Araújo (Canal Futura), jornalistas representando a área profissional.

Segundo Christofolletti (2009b), três audiências foram marcadas, em 20 de março 2009, na cidade do Rio de Janeiro, com professores e intelectuais; em 24 de abril de 2009, na cidade de Recife (PE), com associações e entidades de classe e demais jornalistas profissionais; e em 18 de maio de 2009, na cidade de São Paulo (SP), com a participação da sociedade civil, movimentos sociais e organizações não-governamentais. Além disso, sugestões por e-mail, que iriam até 30 de março, se estenderam até 12 de abril, totalizando 105 sugestões enviadas¹⁴.

Participaram da primeira audiência¹⁵, no Palácio Capanema, sede da representação do MEC no Rio de Janeiro, representantes da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares

¹⁴ ASSESSORIA DE IMPRENSA DA SESU (Brasil). Secretaria de Educação Superior. **Audiência discutirá diretrizes de cursos de jornalismo em SP**. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/222-noticias/537011943/13181-curso-de-jornalismo-tera-nova-audiencia-publica-na-sexta-feira-em-recife>. Acesso em: 03 maio 2020.

¹⁵ BRASIL. RÚBIA BAPTISTA. **Comissão de Jornalismo faz primeira audiência para revisar currículos**. 2009. Disponível em:

da Comunicação (Intercom), da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ), da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos), da Associação Brasileira dos Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), e mais professores e alunos de instituições públicas e privadas.

Lopes (2013) comenta que se durante da primeira década do século XXI as discussões sobre normatizações educacionais para o ensino superior em jornalismo estiveram atreladas à discussão sobre o diploma, nos seus anos finais a discussão sobre as diretrizes curriculares se sobrepôs.

A pesquisadora Sylvia Moretzsohn (2009), então professora da UFF, esteve presente e publicou suas impressões no site *Observatório da Imprensa*. À época, criticou o predomínio do pragmatismo entre os partidários do curso autônomo de jornalismo, que favoreceria uma concepção de universidade operacional, uma concepção oposta ao seu entendimento de qual deve ser a função de uma universidade, a saber, formar sujeitos dotados de autonomia intelectual, capazes de exercer sua profissão de maneira competente, e não formar meros prestadores de serviços. Moretzsohn (2009) lembra que foi do presidente do FNPJ, Edson Spenthof, o comentário sobre a necessidade da resposta para a pergunta “o que é jornalismo?”, para que se pudesse, então, ter uma definição mais clara das novas diretrizes.

Outros temas da primeira audiência estiveram ligados¹⁶ à qualidade do ensino; às regras e condições para o estágio obrigatório; à priorização de uma formação humanística; ao aprimoramento de políticas de reconhecimento, fiscalização e avaliação periódica dos cursos de Jornalismo; e à formas de as universidades acessarem emissoras de rádio de televisão.

Quanto à segunda audiência, realizada em Pernambuco, na cidade de Recife, em 24 de abril de 2009, poucos relatos ainda constam disponíveis. Em seu site, Christofolletti (2009c) mantém reprodução integral de notícia publicada no site *Comunique-se*, hoje fora do ar, sobre o encontro, que visava ouvir a contribuição de associações, entidades de classe e jornalistas profissionais. Na notícia reproduzida, consta que José Marques de Melo afirmou que o objetivo da comissão de especialistas era garantir a liberdade curricular, estabelecendo diretrizes que não fossem rígidas, possibilitando abertura às diversidades regionais. Na ocasião, o então

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12520:comissao-de-jornalismo-faz-primeira-audiencia-para-revisar-curriculos&catid=212&Itemid=86. Acesso em: 03 maio 2020.

¹⁶ SINDICATO DO RIO (Rio de Janeiro). **Audiência destaca a importância da qualidade do ensino**. 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/audiencia-destaca-a-importancia-da-qualidade-do-ensino/>. Acesso em: 03 maio 2020.

presidente da Fenaj, Sérgio Murillo de Andrade, disse que a entidade era contrária à dupla formação, à complementação da informação, e que era favorável ao curso específico dentro do campo da comunicação. Na sequência, lamentou a ausência de representantes das entidades patronais, no caso, a Associação Nacional de Jornais (ANJ) e a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert).

Na terceira audiência, realizada na cidade de São Paulo em 18 de maio, foram ouvidas contribuições de organizações e representantes da sociedade civil organizada¹⁷. Segundo Christofolletti (2009d), um dos principais temas levantados pelas entidades participantes foi a necessidade de reforçar nos cursos de Jornalismo a formação humanística, que contribua para a qualificação profissional, sendo criticado o modelo das disciplinas segmentadas em demandas da imprensa tradicional, como jornalismo impresso, televisivo, etc. Houve sugestão de que profissionais de outras áreas pudessem realizar uma especialização nas escolas de Jornalismo, para que atuassem em redações, rebatida por quem defendia uma formação específica em Jornalismo, e não complementar em Jornalismo. Ainda, falou-se sobre o descompasso entre o tamanho da oferta de vagas no ensino superior e o limitado número de vagas no mercado de trabalho para jornalistas.

Os trabalhos da comissão de especialistas foram realizados entre fevereiro de 2009 e junho de 2009, segundo Meditsch (2012), e entregues ao ministro Fernando Haddad em 18 de setembro de 2009. O relatório da comissão de especialistas foi encaminhado, então, ao Conselho Nacional de Educação, que é o órgão responsável pela revisão das diretrizes. A expectativa de que as diretrizes poderiam ser aprovadas ainda em 2009 para vigorar a partir de 2010¹⁸, porém, não se concretizou. Com a realização de uma nova audiência em outubro de 2010¹⁹, e de uma nova consulta pública pela internet, o relatório foi aprovado em 2013. O Parecer CNE/CES nº 39/2013 encaminhou voto pela aprovação das Diretrizes na forma de Projeto de Resolução, considerando pequenas alterações no texto construído pela Comissão de Especialistas.

¹⁷ ASSESSORIA DE IMPRENSA DA SESU (Brasil). Secretaria de Educação Superior. **Jornalistas dão ênfase à ética na formação profissional**. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13448:jornalistas-dao-enfase-a-etica-na-formacao-profissional&catid=222&Itemid=86. Acesso em: 04 maio 2020.

¹⁸ ASSESSORIA DE IMPRENSA DA SESU (Brasil). **Comissão entrega propostas sobre cursos de jornalismo**. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/14333-comissao-entrega-propostas-sobre-cursos-de-jornalismo>. Acesso em: 18 set. 2009.

¹⁹ AGÊNCIA BRASIL. **CNE promove debate público sobre diretrizes curriculares do Jornalismo**. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 8 out. 2010. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,cne-promove-debate-publico-sobre-diretrizes-curriculares-do-jornalismo,622605>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

O relatório da Comissão de Especialistas faz uma recuperação histórica da constituição do ensino de Jornalismo no Brasil e critica a imposição da Comunicação Social a partir de 1969, quando disciplinas específicas ao jornalismo perderam espaço para disciplinas amplas visando um comunicador polivalente (ANTONIOLI, 2018). As iniciativas de retomada do Jornalismo em específico, para a Comissão, “não representam um rompimento com a área acadêmica maior da Comunicação, mas antes a sua revitalização, pelo fortalecimento de sua diversidade e dos vínculos com as práticas sociais e culturais que a originaram, justificando a sua existência” (BRASIL, 2013).

No Parecer 39/2013, constam as principais manifestações em contrário foram a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos). A COMPÓS manifestou preocupação com a atomização do campo comunicacional, que vinha tentando se constituir acadêmica e cientificamente, e que o texto elaborado pela Comissão de Especialistas seria separatista, não contribuindo para a formação do jornalista nem para a consolidação da área no Brasil. Já a Enecos manifestava as mesmas preocupações com a manutenção da área da Comunicação e criticava a realização de três audiências esparsas que não abrangiam devidamente as escolas de comunicação do país. Em análise, o relator do Parecer considerou que o Jornalismo pertencia ao campo da Comunicação Social, e que a organização dada pelo currículo até então abrangia conhecimentos gerais da comunicação em detrimento de específicos. Diz ainda que seria sensato que a decisão aprovada considerasse a hegemonia dos que militavam no jornalismo por uma formação profissional, no caso, as entidades profissionais e acadêmicas ligadas ao jornalismo e favoráveis às novas diretrizes, lembrando que esse não seria o primeiro caso, já ocorrido com o curso de Cinema e Audiovisual, que, conforme Meditsch (2015), foi um movimento autonomista que ocorrera sem muito alarde na Comunicação.

A Comissão do CNE/CES acatou cinco alterações sugeridas, com alterações, dentre as quais duas foram novamente alteradas na Câmara de Educação Superior: o estágio supervisionado e as atividades complementares foram recomendadas, mas ao final restou obrigatoriedade com relação a execução do estágio supervisionado; admitiu-se possibilidade de realização de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com caráter monográfico; possibilitou-se a participação de jornalistas profissionais nas bancas de TCC; a carga horária mínima ficou fixada em 3 mil horas, flexível na distribuição pelos eixos propostos.

A leitura feita pelo relatório da Comissão de Especialistas quanto aos cenários para o Jornalismo indica, a partir de Manuel Castells, um reconhecimento de que os meios de comunicação deixaram de deter o poder, situado hoje nas trocas de informações entre atores sociais, movimentos e instituições, e potencializado pelas tecnologias da informação. No documento, assume-se que, nesse cenário, seja necessário o estabelecimento de conceitos plurais para uma nova compreensão acerca do Jornalismo, “que terá de assumir uma linguagem narrativa e uma eficácia argumentativa, no espaço público.” (BRASIL, 2009). Ao descreverem uma revolução das fontes, os especialistas apontam para um estado de crise em que o jornalismo deixa de ser um processo controlado por jornalistas, o que tensiona teorias e crenças que sustentavam o poder das redações.

Do Jornalismo que hoje está nas expectativas da Sociedade, exige-se tanto o domínio das técnicas e artes da narração quanto o domínio da lógica e das teorias da argumentação. Exige-se também o manejo competente das habilidades pedagógicas na prestação de serviço público, para que os cidadãos possam tomar decisões conscientes e responsáveis. Da mesma forma, persiste o desafio de questionar, refletir e interagir com a multiplicidade de fontes, ou seja, como o jornalista pode entender o mundo que o cerca e como pode compreender as motivações, os interesses, as demandas, os códigos do público que ele pretende atingir. (BRASIL, 2009, p. 6-7).

A Resolução da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, Nº 1, de 27 de setembro de 2013, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo é composta por 18 artigos que indicam aquilo que as instituições de ensino superior deveriam considerar para a sua organização curricular, em implantação obrigatória em até dois anos a partir de sua entrada em vigor, na data de publicação, ou seja, até finais de setembro de 2015.

Em sua redação, contam os elementos estruturais que dizem respeito a bases de ensino, horizontes normativos em consonância com princípios gerais que norteiam a universidade. A estrutura do curso, assim, deve:

- I -ter como eixo de desenvolvimento curricular as necessidades de informação e de expressão dialógica dos indivíduos e da sociedade;
- II -utilizar metodologias que privilegiem a participação ativo aluno na construção do conhecimento e a integração entre os conteúdos, além de estimular a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, propiciando suas articulações com diferentes segmentos da sociedade;
- III -promover a integração teoria/prática e a interdisciplinaridade entre os eixos de desenvolvimento curricular;
- IV -inserir precocemente o aluno em atividades didáticas relevantes para a sua futura vida profissional;
- V -utilizar diferentes cenários de ensino-aprendizagem, permitindo assim ao aluno conhecer e vivenciar situações variadas em equipes multiprofissionais;
- VI -propiciar a interação permanente do aluno com fontes, profissionais e públicos do jornalismo, desde o início de sua formação, estimulando, desse modo, o aluno a lidar

com problemas reais, assumindo responsabilidades crescentes, compatíveis com seu grau de autonomia. (BRASIL, 2013, p. 1)

Ao processo de elaboração dos projetos pedagógicos de cursos de graduação em jornalismo, a resolução das novas diretrizes também indica elementos constitutivos ao regramento interno aos cursos que devem ser considerados

- I – concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções -institucional, política, geográfica e social;
- II – condições objetivas de oferta e vocação do curso;
- III – cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- IV – formas de efetivação da interdisciplinaridade;
- V – modos de integração entre teoria e prática;
- VI – formas de avaliação do ensino e da aprendizagem
- VII – modos de integração entre graduação e pós-graduação;
- VIII – incentivo à pesquisa e à extensão, como necessários prolongamentos das atividades de ensino e como instrumentos para a iniciação científica e cidadã;
- IX – regulamentação das atividades do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), componente obrigatório a ser realizado sob a supervisão docente;
- X – regulamentação das atividades do estágio curricular supervisionado, contendo suas diferentes formas e condições de realização;
- XI – concepção e composição das atividades complementares, quando existentes (BRASIL, 2013, p. 2)

No artigo seguinte das DCNs, que aponta elementos a serem considerados na elaboração dos projetos pedagógicos pelos cursos de graduação em jornalismo, constam nove incisos cujos conteúdos dialogam com as problemáticas profissionais elencadas anteriormente neste trabalho. Consta que o projeto pedagógico de curso deve indicar preocupação com:

- I – formar profissionais com competência teórica, técnica, tecnológica, ética, estética para atuar criticamente na profissão, de modo responsável, produzindo assim seu aprimoramento;
- II – enfatizar, em sua formação, o espírito empreendedor e o domínio científico, de forma que sejam capazes de produzir pesquisa, conceber, executar e avaliar projetos inovadores que respondam às exigências contemporâneas e ampliem a atuação profissional em novos campos, projetando a função social da profissão em contextos ainda não delineados no presente;
- III – orientar a formação teórica e técnica para as especificidades do jornalismo, com grande atenção à prática profissional, dentro de padrões internacionalmente reconhecidos, comprometidos com a liberdade de expressão, o direito à informação, a dignidade do exercício profissional e o interesse público;
- IV – aprofundar o compromisso com a profissão e os seus valores, por meio da elevação da autoestima profissional, dando ênfase à formação do jornalista como intelectual, produtor e/ou articulador de informações e conhecimentos sobre a atualidade, em todos os seus aspectos;
- V – preparar profissionais para atuar num contexto de mutação tecnológica constante no qual, além de dominar as técnicas e as ferramentas contemporâneas, é preciso conhecê-las em seus princípios para transformá-las na medida das exigências do presente;
- VI – ter como horizonte profissional o ambiente regido pela convergência tecnológica, em que o jornalismo impresso, embora conserve a sua importância no conjunto midiático, não seja a espinha dorsal do espaço de trabalho, nem dite as referências da profissão;

- VII – incluir, na formação profissional, as rotinas de trabalho do jornalista em assessoria a instituições de todos os tipos;
- VIII – atentar para a necessidade de preparar profissionais que possam exercer dignamente a atividade como autônomos em contexto econômico cuja oferta de emprego não cresce na mesma proporção que a oferta de mão-de-obra;
- IX – instituir a graduação como etapa de formação profissional continuada e permanente. (BRASIL, 2013, p. 2)

Destes artigos, é possível identificar um elenco de exigências para o devido cumprimento de intenções com relação à atividade profissional do jornalismo. Em linhas gerais, quando da elaboração de um novo projeto pedagógico, as DCNs tomam por dever a observação de uma formação profissional com competências teórica, técnica, tecnológica, ética e estética, valorizando o espírito empreendedor, o domínio científico, o compromisso com a profissão e seus valores. Vinculados, mais ou menos, com cada um dos seis eixos de formação, com tais elementos contemplar-se-iam o aprimoramento da profissão, com a capacidade de produção de pesquisa, concepção, execução e avaliação de projetos inovadores, num contexto de mutação tecnológica, regido pela convergência. O profissional, nesse cenário, deveria vislumbrar a ampliação da atuação profissional, buscando novos campos ainda não delineados à atividade jornalística, a possibilidade de atuação de maneira autônoma, e incluindo na formação a atuação em assessorias de imprensa – cujos valores se distinguem da atividade jornalística profissional, mas cuja atuação potencializa-se pelo melhor entendimento da especificidade jornalística. Resumidamente, ocupa-se em descrever as competências e conhecimentos necessários para atuar de maneira qualificada e ativa, considerando-se as transformações da atividade conhecida e possibilitando intervir em frentes ainda desconhecidas.

Os cursos de jornalismo, instituídos a partir de um cenário profissional, dado pela relação empregatícia direta a empresas da imprensa, e pelas diversas condicionantes que tornaram isso viável, hoje têm de vislumbrar formas e vínculos de trabalho distintos, frutos da proletarização, definidos de modo genérico por projetos inovadores. A orientação para a prática profissional dentro de padrões internacionais, considera marcos relativamente estáveis, como a liberdade de expressão, o direito à informação, a dignidade do exercício profissional e o interesse público.

O aprofundamento do compromisso com a profissão e seus valores (assumindo que se rearranjam com o tempo) visando uma articulação de informações e conhecimentos, tende a ser o ponto na qual podem fluir as características que compõem um paradigma de comunicação, na medida em que as formas adotadas para transmissão precisam de articulação específica,

trabalhada conforme os públicos e formatos. Nisso se enquadram também as compreensões quanto às mutações tecnológicas, dado que é através delas que esse contato ocorrerá.

A inclusão, quase que por adendo, das rotinas de trabalho em assessoria de imprensa durante a formação, para uma categoria que já se encontra nela massivamente, como demonstra o Perfil do Jornalista Brasileiro (MICK; LIMA, 2012), na ordem de 40% dos profissionais, é algo que tensiona em certa medida a razão pela constituição de um curso específico, como a especificidade da atuação jornalística. Pode-se considerar, entretanto, que a atuação jornalística se materializará pelo respeito à constituição formal de seu produto enquanto uma forma de conhecimento, lastreada na singularidade, sem ignorar as particularidades e universalidades que lhe constituem. Nesse sentido, informações produzidas por assessorias de imprensa, por mais que não levem à frente os preceitos deontológicos da profissão jornalística em imprensa, e que mantenham um vínculo moral com seu contratante de maneira mais explícita, podem se dar pelas vias essenciais do jornalismo.

Essa preocupação com a atividade profissional determina então um perfil esperado do egresso do curso.

Art. 5º O concluinte do curso de Jornalismo deve estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capacitando-o, dessa forma, a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania, capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, possuir os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, de identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social. (BRASIL, 2013, p. 2)

Aqui recaem as numerosas competências gerais, cognitivas, pragmáticas e comportamentais. Para cumprir esse perfil, os currículos devem se organizar em seis eixos: de fundamentação humanística; de fundamentação específica; de fundamentação contextual; de formação profissional; de aplicação processual; e de prática laboratorial, respeitando as condições do regime acadêmico das diferentes instituições, tendo os cursos liberdade para montar seus currículos, valorizando a equidade entre as cargas horárias destinadas a cada um dos eixos, equilibrando a disponibilidade de teoria e prática, distribuindo as práticas laboratoriais desde o primeiro semestre, numa carga horária total de no mínimo 3 mil horas, sem que os estágios curriculares supervisionados e as atividades complementares ultrapassem 20% dessa carga. Os estágios curriculares supervisionados devem ter, no máximo, 200 horas. Já o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) passou a incluir trabalhos

práticos de jornalismo ou reflexões teóricas sobre a atividade jornalística, acompanhados de relatório, memorial ou monografia sobre sua execução.

A institucionalização do estágio curricular supervisionado como atividade obrigatória no currículo visava a consolidação de práticas profissionais esperadas pelo perfil do formando, mais próximas ao final do curso, com o acúmulo prático e teórico proporcionado pelos anos de formação. Sua regulamentação ficou a cargo dos colegiados de curso. Como não foi permitido utilizar as atividades laboratoriais no cálculo de tempo do estágio obrigatório, abriu-se brecha para um tensionamento com relação a sua viabilidade em cada realidade regional brasileira. As DCNs impedem que a mão de obra de um estagiário substitua a de um profissional formado, ou que se realize atividades sem acompanhamento e supervisão de jornalista profissional. Há também previsão de acompanhamento conforme regras adotadas pelos cursos de supervisores docentes.

Ao suscitarem o dever de os cursos disponibilizarem os planos das disciplinas, demonstram ser atitude importante para que se vislumbre a relação entre as DCNs e a grade curricular, com a respectiva avaliação envolvida, que respeitando critérios como características do curso, recursos materiais e humanos.

Com relação a todos elementos abordados pelas novas DCNs, alguns denotam relação mais íntima com as problematizações cabíveis neste trabalho sobre jornalismo, profissionalização e formação profissional. São eles: elementos de contextualização para criação do curso; para constituição das novas DCNs; sobre a realidade socioeconômica local; características os eixos de fundamentação, e a disposição da grade curricular, cuja liberdade para organização, denominação e proposição dão indicativos de maior ou menor vinculação às transformações do jornalismo na atualidade.

3.1 PROJETOS PEDAGÓGICOS E CURRÍCULOS PELAS NOVAS DCNS

Neste tópico, serão analisados os projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Jornalismo das universidades públicas federais do Rio Grande do Sul: Unipampa, UFPel, UFRGS, UFSM e UFSM-FW. O intuito é perceber, num primeiro momento, como estão constituídos os projetos pedagógicos a partir das proposições das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Jornalismo, aprovadas em 2013, para então encontrar as considerações que nos projetos constam quanto às transformações por que passa a prática profissional jornalística.

Para a realização dessa tarefa, utilizou-se, em parte, o método da análise de conteúdo, originado na área da Psicologia e posteriormente sistematizado pela pesquisadora Laurence Bardin (1977). Para tratar o conteúdo presente nos documentos dos cursos universitários propostos, a análise de conteúdo é um método que se propõe ir além da descrição dos conteúdos, buscando a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção a partir de determinados indicadores, que não necessariamente precisam ser quantitativos. Articulam-se, assim, a superfície dos textos, descritos e analisados, e os fatores que determinaram as características presentes nas comunicações, que precisam ser realçados em seu sentido disposto em segundo plano.

Pertencem, pois, ao domínio da análise de conteúdo, todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais mas complementares, consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação, a partir de um conjunto de técnicas, que embora parciais, são complementares. Esta abordagem tem por finalidade efectuar deduções lógicas e justificadas, referentes à origem das mensagens tomadas em consideração (o emissor e o seu contexto, ou, eventualmente, os efeitos dessas mensagens) (BARDIN, 1977, p. 42)

Algumas regras são descritas para a seleção do objeto empírico de análise, como a regra da exaustividade, que neste caso, cumpre-se pela seleção de todos os projetos pedagógicos de universidades públicas federais do estado do Rio Grande do Sul. Quanto à representatividade, por não se tratar de um intento a nível nacional ou da região sul, apregoa-se a representatividade regional no interior do próprio estado, pois os cursos localizam-se nas regiões norte, sul, leste, oeste e centro de uma mesma unidade federativa, cada qual com suas especificidades socioeconômicas. Como se trata de um universo reduzido, o alcance da análise assim também o fica, no sentido de compreender que existem outras universidades públicas federais no país que dispõem de cursos de graduação em jornalismo, e, ainda mais outros cursos privados de graduação em jornalismo – estes que acabaram de fora do escopo de análise a partir da recusa de alguns cursos em divulgar seus projetos pedagógicos. Ainda, a escolha dos objetos empíricos é homogênea, pois diz respeito aos projetos pedagógicos de curso pertinentes ao objetivo de análise, tomando-os em suas cinco unidades.

As unidades de registro, ou segmentos de conteúdo para análise, foram definidos nesta pesquisa por um recorte semântico a nível do tema, assunto, desconsiderando-se análises de frequência a partir de unidades como a palavra.

Fazer uma análise temática consiste em descobrir os “núcleos de sentido” que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido. (BARDIN, 1977, p. 105)

As unidades de registro constam em unidades de contexto, sem o qual a codificação dos conteúdos ficaria comprometida, impossibilitando a compreensão dos usos das unidades de registro. Por se tratar de um *corpus* limitado, a análise qualitativa dispensa a análise quantitativa, dado que a ocorrência, por vezes, interessa mais que a frequência de determinados conteúdos. Ainda como etapa da análise de conteúdo, consta a categorização, momento no qual se estabelecem classificações aos elementos de um conjunto conforme determinados critérios prévios, aqueles que se quer analisar. O movimento seguinte é o da inferência, de indução a partir dos fatos levantados. Assim sendo, constam a seguir os dados obtidos a partir da análise dos projetos pedagógicos elencados.

3.1.1 Contextos e Cenários nos PPCs de Jornalismo

Os cursos de graduação em Jornalismo oferecidos pelas universidades públicas e federais do Rio Grande do Sul estão localizados em cidades de distintas regiões do estado e têm suas origens em três distintos momentos históricos. O curso localizado na capital Porto Alegre fora inaugurado ainda em 1952, figurando entre os primeiros do país. O curso de jornalismo da UFSM, em Santa Maria, na região central do estado, foi instituído em 1971, já sob a vigência do terceiro currículo mínimo. Os cursos da Unipampa, em São Borja, na região oeste, e da UFSM-FW, de Frederico Westphalen, na região norte do estado, surgem no bojo das políticas de interiorização do ensino superior no país, implantados em 2006 através de um vínculo administrativo com a UFSM. A Unipampa conquistou autonomia administrativa em 2008, e na região norte a UFSM-FW segue vinculada à universidade de Santa Maria como campus descentralizado. Por fim, o curso de Pelotas, na região sul, foi fundado a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o Reuni, em 2009.

Quadro 1 – Anos de fundação dos cursos

Universidade	Ano de fundação	Cidade
Unipampa	2006	São Borja
UFPel	2009	Pelotas
UFRGS	1952	Porto Alegre
UFSM	1971	Santa Maria
UFSM-FW	2006	Frederico Westphalen

Fonte: elaborado pelo autor com base nos respectivos Projetos Pedagógicos de Curso.

Em São Borja, o curso de Jornalismo da Unipampa divide seu campus com outros cursos como Ciências Humanas, Ciência Política, Serviço Social, e ainda, vinculados à Comunicação, estão os cursos de Relações Públicas e o de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda. Em Frederico Westphalen, são ofertados os cursos de Jornalismo e o de Relações Públicas. Em Pelotas, o curso de Jornalismo compõe o Centro de Letras e Comunicação, junto a cursos de bacharelado e licenciatura em Letras. Em Santa Maria, além do curso de Jornalismo, são ofertados os cursos de Comunicação Social – Relações Públicas, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, e Comunicação Social – Produção Editorial. Em Porto Alegre, a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação oferece os cursos de Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, Jornalismo, Relações Públicas e Comunicação Social – Publicidade e Propaganda.

Os cinco cursos de Jornalismo de universidades públicas gaúchas já têm concluídos os processos de discussão e formulação de novos projetos pedagógicos a partir das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Jornalismo. Alguns deles extrapolaram o prazo de 2 anos para sua implementação, conforme a resolução de 2013 que implementou as DCNs, encerrado em setembro de 2015. Os cursos da Unipampa e da UFPel alteraram suas matrizes curriculares ainda antes da publicação do Projeto Pedagógico de Curso, e o fizeram na forma como veio a constar nos PPCs.

Quadro 2 – Anos de publicação do PPC e implementação de nova matriz curricular

Universidade	Ano de publicação do PPC	Implementação de nova Matriz Curricular
Unipampa	2015	2014
UFPel	2015	2014
UFRGS	2016	2017
UFSM	2014	2014
UFSM-FW	2016	2017

Fonte: elaborado pelo autor com base nos respectivos Projetos Pedagógicos de Curso.

A intenção de segmentar a análise do conteúdo dos documentos a partir de determinados trechos com nomes equivalentes restou frustrada num primeiro momento pois, na estrutura do documento, nem sempre as nomenclaturas equivaliam à intenção textual em trechos denominados da mesma forma, ou mesmo nem se faziam presentes. Tópicos como “Justificativa” em alguns documentos diziam respeito às justificativas para fundação dos cursos, e noutros documentos às justificativas para formulação de um novo projeto pedagógico. Ainda, trechos introdutórios descreviam as razões pelas quais o novo projeto era escrito, algo

que em outros textos constaria nas justificativas. Com isso, busca-se deixar evidente que os textos dos projetos pedagógicos foram lidos e categorizados a partir de uma análise ampla, em que se pudesse observar elementos semelhantes que constassem de maneira razoavelmente livre entre os tópicos desenvolvidos nos documentos, mas que mantivessem a mesma intenção, qual fosse sua elaboração específica. Assim, a análise se constituiu a partir das temáticas encontradas. Tendo em mente que determinados conteúdos encontram-se diluídos em outros tópicos, demonstra-se no quadro a seguir quais os tópicos que constam ao menos duas vezes nos projetos pedagógicos selecionados.

Quadro 3 – Resumo da estrutura dos projetos pedagógicos

Tópicos / PPC	Unipampa	UFPeI	UFRGS	UFSM	UFSM-FW
Comissão de elaboração	X	-	X	-	-
Sumário	X	X	X	-	-
Introdução, apresentação	X	X	X	X	X
Dados gerais do curso	X	X	X	-	-
Contextualização da Universidade e/ ou do Curso	X	X	X	X	X
Formas de ingresso	X	-	X	-	-
Perfil do curso	X	-	X	-	-
Objetivos gerais do curso	X	X	X	-	X
Perfil esperado do egresso	X	X	X	X	X
Competências	X	X	X		
Áreas de atuação, Realidade do jornalismo contemporâneo	-	-	X	X	X
Atividades complementares	X	X	X	-	-
Estratégias pedagógicas	X	X	X	-	X
Trabalho de Conclusão de Curso	X	X	X	X	-
Estágio Curricular Supervisionado	X	X	X	X	-
Modos de integração com a pós-graduação	X	X	X	X	-

Tópicos / PPC	Unipampa	UFPel	UFRGS	UFSM	UFSM-FW
Formas de avaliação	X	X	X	X	X
Estrutura curricular	X	X	X	X	X
Infraestrutura e recursos humanos	X	X	X	X	X
Núcleo Docente Estruturante	X	X	X	X	X
Avaliação do curso	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos respectivos Projetos Pedagógicos de Curso.

No que diz respeito ao processo de elaboração dos projetos pedagógicos, os documentos detiveram-se em descrições quanto ao método utilizado internamente para consulta e debates, e na descrição dos componentes que neles constam e que atendem à exigências das DCNs.

O PPC do curso de Jornalismo da Unipampa diz dar conta de todas as recomendações feitas pelas DCN, reformulando a matriz curricular e os ementários num processo que passou pelo Núcleo Docente Estruturante e por uma Comissão de Curso. Núcleo Docente Estruturante é o grupo de docentes normatizado pela Resolução 01/2010 da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) que em cada curso de graduação se constitui com o dever de acompanhar continuamente o projeto pedagógico de curso, desde sua concepção até sua contínua atualização.

Já o curso da UFPel tem uma característica única: ter sido criado em 2009, ano em que foram gestadas e publicadas as orientações propostas pela Comissão de Especialistas para as DCNs. Nascido na então Faculdade de Letras, tornada Faculdade de Letras e Comunicação, os primeiros semestres tiveram disciplinas ofertadas tendo como base as disciplinas ofertadas para os cursos de Letras. Os primeiros professores de jornalismo chegaram somente no segundo semestre de 2010 (UFPEL, 2015), e a partir de então passou-se a articular concepções próprias para a formulação de um projeto pedagógico, considerando elementos já propostos pelo relatório da Comissão de Especialistas em 2009. Reuniões do Núcleo Docente Estruturante, um seminário sobre a formação do jornalista, uma conversa com o coordenador do curso de Jornalismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, avaliações de estudantes quanto às disciplinas e docentes foram as atividades realizadas para construção de um primeiro esboço do documento. Ainda segundo o PPC do curso da UFPel, em 2014 realizou-se um colóquio na qual

foram ouvidos profissionais da área e egressos do curso, que apontaram para um cenário de renovação tecnológica; para a amplitude de novas competências aos jornalistas; para a distribuição entre disciplinas teóricas e práticas ao longo da formação, e aspectos do processo de formação.

No PPC do curso de Jornalismo da UFRGS consta que sua criação fora resultado de “trabalhos intensivos, realizados por todos os professores que atuam no curso” (UFRGS, 2016, p. 5). O PPC do curso de Jornalismo da UFSM-FW não descreve o processo de criação do documento. Já o documento do curso de Jornalismo da UFSM detalha o processo como uma construção coletiva e um debate continuado coordenado pelo Núcleo Docente Estruturante “acerca das predisposições do Curso e da Universidade, de suas relações com a comunidade científica, [...] profissional e com a sociedade brasileira” (UFSM, 2014, n.p.).

Como já mencionado, em determinados documentos a redação de uma justificativa se deu com vistas ao processo de implantação, de criação do curso, e não sobre a criação de um novo projeto pedagógico, de forma que a análise nesse caso se dividiu nestes dois momentos. Quanto aos elementos que compõem as justificativas para criação do curso, que foram encontradas tanto num tópico específico quanto em outros trechos dos textos destacados para contextualização dos cursos, foi possível identificar quatro subcategorias: alinhamento às novas Diretrizes Curriculares Nacionais; aumento do acesso ao ensino superior; a relevância da área da Comunicação; e o desenvolvimento regional e o mercado em expansão.

Quadro 4 – Categorias e subcategorias referentes à justificativa para criação do curso

Categoria	Subcategoria	Ocorrências	Universidades
Justificativa para criação do curso	Desenvolvimento regional	5	Unipampa UFSM-FW
	Relevância da área da Comunicação	5	Unipampa
	Alinhamento às DCNs	1	UFPeI
	Aumento do acesso ao ensino superior	1	UFPeI
	Mercado em expansão	1	UFPeI

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos respectivos Projetos Pedagógicos de Curso.

Percebe-se que o apreço pela descrição dos motivos pelas quais os cursos foram criados parte daqueles criados na década de 2000. UFRGS e UFSM não descrevem os motivos pelas quais os cursos foram criados, respectivamente, em 1952 e 1971, apesar de descreverem brevemente seus marcos históricos. Segundo o PPC da Unipampa, o curso de jornalismo resulta do mesmo propósito da Universidade como um todo na região do Pampa gaúcho: revitalizar

socioeconomicamente a região sudoeste do Rio Grande do Sul, como fruto das políticas de interiorização do ensino superior no período. Ainda, descreve que no processo de divisão dos cursos entre as cidades onde a Unipampa está presente (Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana), entendeu-se que os cursos de humanidades e sociais aplicadas que em São Borja se instalaram teriam afinidade com a região. Ainda com relação às motivações para o desenvolvimento regional, o PPC da UFSM de Frederico Westphalen alega que a presença de instituições de ensino superior são elementos fundamentais de promoção de desenvolvimento econômico, social em qualquer região do país, que a presença da Universidade na região Norte do Estado atendeu a anseios da comunidade e que o curso de Jornalismo, desde sua implantação, tem contribuído com o desenvolvimento da comunicação na região, dada a permanência dos formados em postos de trabalho locais.

Como justificativa para a criação dos cursos de Jornalismo, o curso da Unipampa ainda alega que o momento é de relevância para a área da Comunicação, dado o contexto da sociedade da informação e da comunicação; que, mesmo com o fim da obrigatoriedade do diploma para a atividade profissional em jornalismo, o período em que o PPC fora redigido sinalizava para um revitalização da procura pelo curso de jornalismo no país, e que, juntamente aos demais cursos de Comunicação Social, constava como um dos mais requisitados pelos estudantes, inclusive com grande número de alunos matriculados na área.

No que diz respeito à concepção do curso inserido em seu contexto institucional, político, geográfico e social, o projeto político-pedagógico do curso de Jornalismo da Unipampa alega, em sua justificativa, uma vocação política, histórica e cultural do município de São Borja para receber os cursos de comunicação, quando do início de suas atividades, em 2006, vinculada à UFSM, e depois em 2008 já como universidade independente. Essa justificativa proposta por uma afinidade não é defendida em termos mais complexos, explicativos, a não ser por uma reivindicação de lideranças da comunidade, o que, por sua vez, também carece de detalhamento. Num segundo momento, o projeto político-pedagógico do curso de Jornalismo da Unipampa se utiliza do argumento geográfico para aliar a possibilidade de oferta do curso com o desenvolvimento regional em potencial. Localizada na fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, as longas distâncias até as cidades mais próximas que à época ofereciam cursos de jornalismo serviram como uma justificativa a mais para sua instalação na região, contemplando anseios locais, e de estudantes que procuravam pelo curso, o que corrobora um reconhecimento

pelo documento da importância da informação e da comunicação na atualidade e de suas potencialidades para o desenvolvimento de uma cidade e região.

O PPC do curso de Jornalismo da Unipampa faz arguição com pressuposição que dialoga em parte com a caracterização defendida nesta pesquisa sobre a relação histórica entre atividade profissional do jornalismo e ensino de jornalismo. Alega que o distanciamento de cidades que oferecem cursos de Comunicação pode ser entendido como um fator que dificulta a profissionalização de meios de comunicação na região do pampa gaúcho, onde a universidade está instalada. Por isso, diz, a oferta nessa região fora pensada para contemplar não só uma formação global como também sensível às características regionais. Mas fatores de sucesso para o empreendimento de iniciativas em comunicação não dependem apenas uma melhor compreensão das características locais. Se as formas de organização tradicionais da empresa jornalística encontram dificuldades para o próprio sustento já em grandes centros, dado que passam a compartilhar o espaço de circulação de informações com outros suportes midiáticos, redes sociais e produção amadora de conteúdo, o fato de não vingarem em cidades interioranas como as que compõe a região fronteira do Rio Grande do Sul diz, nesse caso, mais respeito à propalada crise profissional da atividade jornalística do que por um abandono subjetivo da região pelos profissionais. Ainda assim, estar apto para visualizar, interpretar e se utilizar de sensibilidades regionais, favorece uma via relacional requisitada pelo jornalismo de comunicação.

Como já fora mencionado, somente o PPC do curso de jornalismo da UFPel poderia descrever em seu processo de criação um alinhamento às propostas da Comissão de Especialistas, dado ocorrer posteriormente à divulgação do relatório em 2009. O PPC do curso da UFPel, por conta de sua origem política dada pelo Reuni, tem como uma de suas intenções manifestas aumentar o acesso de estudantes ao ensino superior.

No que concerne às justificativas para atualização das novas diretrizes, os projetos pedagógicos elencam uma gama de fatores, além da obrigatoriedade imposta pela atualização em prazo determinado pela resolução que institui as novas DCNs.

Quadro 5 – Categorias e subcategorias referentes à justificativa para elaboração de novo Projeto Pedagógico de Curso

Categoria	Subcategoria	Ocorrências	Universidades
Justificativa para elaboração de novo PPC	Publicação das novas DCNs	5	Unipampa; UFRGS; UFSM; UFSM-FW

	Adequações à formação profissional	5	Unipampa; UFRGS; UFSM
	Avaliações realizadas pelas Universidade	5	UFPEl; UFSM
	Transformações na Comunicação e no Jornalismo	3	Unipampa; UFRGS
	Compromisso da Universidade com a Sociedade	2	UFSM; UFSM-FW
	Desenvolvimento de Teorias do Jornalismo	1	UFSM

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos respectivos Projetos Pedagógicos de Curso.

Todas as cinco universidades citam como motivo para elaboração de novo PPC a publicação das novas DCNs. Outro critério recorrente foi o que se refere a adequações à formação profissional, dada a realidade do Jornalismo contemporâneo e as consequentes demandas por maior profissionalização (UFRGS, 2016); uma formação profissional adequada ao cenário de transformações no Jornalismo, com mudanças nas dinâmicas do mercado de trabalho (UFSM, 2014); algo que acomete não só o curso de Jornalismo mas que também provoca mudanças nos outros cursos da Comunicação (Unipampa, 2015).

Dentre as razões para novos PPCs estão também as avaliações realizadas pelas próprias universidades: na UFPEl, por conta de todo o debate ocorrido desde a recente fundação do curso em 2009; e na UFSM, a partir de uma avaliação continuada, posterior à implementação do currículo de 2010. Nesse último caso, as avaliações foram realizadas pela coordenação de curso, pela própria Universidade, pelos alunos e pelo colegiado, que contava também com a participação de um profissional da área (UFSM, 2014).

As transformações na Comunicação e no Jornalismo figuram também como justificativas para a elaboração de um novo PPC. Para o curso de Jornalismo da UFRGS, a reestruturação curricular busca adequar a formação a um cenário de mutações constantes, inclusive nas formas de produzir e difundir a informação, em sua circulação e em seu consumo. São mudanças que

não transformam apenas as práticas profissionais, mas a própria instituição social chamada Jornalismo. O cenário pode ser compreendido como de mudança paradigmática. Recente e complexo, vem sendo descrito como de convergência das mídias. (UFRGS, 2016, p. 12)

Na Unipampa, o PPC de Jornalismo sintoniza as novas diretrizes às mudanças recentes e profundas no campo da comunicação. Alegam como razão para a atualização dos PPCs o compromisso da Universidade com a sociedade os cursos da UFSM e da UFSM-FW. Houve

somente uma manifestação explícita acerca do estado da arte das pesquisas específicas em Jornalismo como razão para atualizar os PPCs, que foi dada pelo curso da UFSM.

Na leitura dos projetos pedagógicos, notabilizaram-se também elementos que podem ser caracterizados como possibilidades de atuação profissional, tema latente à área, tanto pelas transformações tecnológicas quanto pelas mudanças do fluxo informativo por elas causadas, interferindo também nas formas de organização econômica das iniciativas jornalísticas.

Quadro 6 – Categorias e subcategorias referentes possibilidades de atuação profissional

Categoria	Subcategoria	Ocorrências	Universidades
Possibilidades de atuação profissional	Novas relações contratuais	8	Unipampa; UFPeI; UFSM; UFSM-FW
	Contexto digital	5	UFRGS; UFSM
	Atuação em assessoria	4	UFPeI; UFRGS; UFSM UFSM-FW
	Redações tradicionais	2	UFPeI; UFSM
	Carreira acadêmica	2	UFSM UFSM-FW

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos respectivos Projetos Pedagógicos de Curso.

Dado o reconhecimento de que a crise profissional abala as estruturas contratuais clássicas de jornalistas em empresas de mídia, trechos que fizessem menção a novas formas de atuação, a partir de novas relações contratuais foram encontradas em 4 dos 5 PPCs. No documento do curso da Unipampa, consta que a atividade autônoma é a que mais cresce na área do jornalismo, dado que o ingresso no mercado de trabalho pelas formas tradicionais de relação empregatícia encontra um cenário de saturação. Situando os empregos formais em escala descendente, aconselha que os estudantes estejam preparados para atuarem em outras formas de trabalho, temporário, de meio-expediente, em iniciativas próprias, autônomas ou de prestação de serviços. Consta também que a expansão das mídias digitais possibilitam um incremento ao mercado de trabalho existente e ao estabelecimento de empreendimentos inovadores no campo da comunicação – no que se amplia o escopo para além da atuação em jornalismo, que possibilita a atuação por meio de trabalhos por demanda. O mesmo sentido empreendedor é citado pelo documento do curso da UFSM, ao descrever como oportunidade a construção independente de conteúdos, e pela UFPeI, que vê não só nas mídias digitais mas

também nas analógicas a viabilidade de empreendimentos autônomos. Cabe lembrar que se as transformações midiáticas que proporcionam uma abundância de conteúdo fazem com que até mesmo grandes empresas de conteúdo tenham de se rearranjar, a produção desse conteúdo autônomo tende a vincular-se a demandas específicas, segmentadas, de nicho, como aponta Charron e Bonville (2016) e como consta no PPC de Jornalismo da UFPel.

Ao se falar sobre novas possibilidades de atuação em Jornalismo, UFSM e UFRGS sinalizam para a preponderância do contexto digital, identificando “mercado significativo a ser explorado em relação a conteúdos para a internet” (UFRGS, 2016, p. 20), e novas funções atribuídas ao jornalista, como a curadoria frente ao volume de dados, e a pesquisa em base de dados, para interpretar grandes quantidades de informação disponíveis em dados, preparando o aluno para o contexto de mutação tecnológica constante (UFRGS, 2016, p. 12). A prática pode ocorrer em novos campos da comunicação digital, em que o jornalista pode atuar em perspectiva multiplataforma, segundo o PPC da UFSM. A atuação em redações tradicionais fora mencionada duas vezes nos PPCs da UFSM e da UFPel, num caso para sinalizar aptidões à formação, e noutro para constatar que a abertura de um segundo curso na cidade de Pelotas veio a inflacionar as áreas já saturadas dos meios tradicionais. Nos PPCs da UFSM e da UFSM-FW se menciona a possibilidade de o egresso trilhar uma carreira de pesquisador e professor – acompanhando a menor parcela do Perfil do Jornalista que indica que apenas 5% dos profissionais formados atua em docência (MICK; LIMA, 2012).

O PPC da Unipampa, ao evocar a expansão das novas mídias digitais como um incremento às possibilidades de inserção no mercado de trabalho, possibilitando também a busca por novas formas de empreender no campo da comunicação, traz elementos previstos nas diretrizes para considerar ideais de adaptação na atividade econômica, mesmo que paire, ainda, dúvidas sobre a possibilidade de realização profissional do jornalismo, em condições de dignidade, também previstas pelas diretrizes, nesses termos. Cita atividades temporárias, em meio-expediente, formas autônomas de serviço, as que mais crescem na área do Jornalismo. Um currículo que se volta à especificidade do Jornalismo acaba por assumir a consideração de atividades que extrapolem seus marcos, de forma a possibilitar o trânsito por outras áreas de atuação no mercado.

Traz em sua contextualização os dados de um estudo das autoras Negrini e Brandalise, de 2012, sem, no entanto, referenciá-lo no texto. Trata-se de um artigo que discute as

perspectivas de formação e o mercado de trabalho, a partir do caso do próprio curso²⁰, relacionando dados sobre a realidade da imprensa e da atividade profissional na cidade de Pelotas e em seus arredores na região sul do Rio Grande do Sul. Segundo as autoras citadas no PPC, a abertura do curso de jornalismo da UFPel, através um processo iniciado em 2009 e concluído em 2010, fazendo-o figurar como o segundo na cidade (pois o primeiro curso de jornalismo já pertencia à Universidade Católica de Pelotas), inflacionou o já saturado mercado de trabalho da região, com a ressalva de que o mercado de nichos poderia representar uma saída, através de empreendimentos autônomos, formulação essa que dialoga com as saídas apontadas por Charron e Bonville (2016) quanto à hiperconcorrência.

Ao longo dos parágrafos seguintes, o documento lista, conforme os resultados da pesquisa, as empresas de jornais impressos, revistas, rádio e televisão de Pelotas e Rio Grande, com a ressalva de que nem todas as rádios mantêm um departamento responsável pela atividade jornalística. Em cidades menores da região, as autoras mencionadas relatam haver um site jornalístico, rádios locais, algumas comunitárias e jornais impressos de estrutura precária e de pouca tiragem, o que demonstra uma preocupação do projeto pedagógico em detalhar, ainda em 2015, os locais onde se exercia a atividade jornalística na região, seja qual fosse a condição de exercício. Citam, porém, um dado do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul de que, à época, 70% dos jornalistas no estado estavam ocupados em assessorias de imprensa.

O PPC do curso de Jornalismo de Frederico Westphalen é, dentre todos, aquele que mais detalha as possibilidades de atuação em jornalismo de seus egressos, considerando a atuação em entidades públicas; empresas privadas nacionais e internacionais; organizações não governamentais, nacionais e internacionais; sindicatos; movimentos sociais nacionais e internacionais; agências de comunicação; assessorias de comunicação ou de imprensa; consultorias de comunicação; assessoramento a personalidades; e em qualquer entidade que necessite das atividades de um profissional a nível institucional, inclusive em apoio a áreas gerenciais e de recursos humanos (UFSM-FW, 2016). Tensionamentos acerca de normativas éticas quanto a valores de uma profissão regida pela primazia da imprensa, ou ao tratamento da atividade em assessoria como um adendo, e não uma plena opção profissional, tem pouca vez no PPC da UFSM-FW, o que sugere um diálogo com a descrição de jornalismo em sua forma

²⁰ BRANDALISE, Roberta; NEGRINI, Michele. Perspectivas de formação e mercado de trabalho para o comunicador contemporâneo: o caso do curso de jornalismo da UFPel: o caso do curso de Jornalismo da UFPel. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v. 3, n. 13, p. 292-306, 15 maio 2020. Trimestral.

de conhecimento e assumindo novas formatações das normas profissionais que regeram um modelo profissional exclusivo da imprensa. É, ainda, a que apresenta um maior equilíbrio entre a distribuição de disciplinas pelos eixos propostos pelas DCNs.

Vislumbra-se a possibilidade de prospecção de iniciativas jornalísticas noutros moldes, com toda a imprecisão que essa assertiva carrega, e com a economia política demonstrando as condicionantes que dificultam a realização dessa tarefa tomando como base o jornalismo organizado na imprensa em seu paradigma de informação. O jornalismo trilhou o caminho da profissionalização previamente, e seus atores se articularam para a criação de cursos com uma conjunção de conhecimentos necessários para o ensino dessa prática. Observa-se uma relação evidente entre emprego, que se organiza num processo de profissionalização pela existência de um mercado e que conquista espaço acadêmico. Houve, através das Diretrizes Curriculares Nacionais, a instituição de cursos específicos de jornalismo, tornando a reconhecê-lo como atividade específica, mas quando uma parcela significativa de profissionais, como relatado em alguns PPCs, passa a encontrar espaço de atuação em assessorias de imprensa, algo compreendido pelas diretrizes mas tomado como um adendo durante a formação, e não como opção plena, percebe-se ainda um vínculo a um determinado formato legado pela imprensa. Busca-se evidenciar que a depender da compreensão da especificidade pode-se tomar por adendo quase a metade da força de trabalho de profissionais formados. As diretrizes sugerem outras formas de trabalho tomadas pelo jornalismo. A assessoria de imprensa, já delimitada, ainda que tensionada por alguns critérios deontológicos que entrariam em conflito com o modelo do jornalista tradicional de atuação na mídia, destaca-se por sua essencialidade em tratar ainda do conhecimento que se toma por sua singular. Para que o caso brasileiro balize-se conceitualmente pelas definições acerca de jornalismo, é fértil tomá-lo por um exercício desvinculado de sua condição profissional ideal, hegemônica, conformada sob o paradigma da informação, e entendê-lo como uma forma social de conhecimento cristalizada no singular mobilizada por jornalistas comprometidos com posicionamentos e intenções de relacionamento distintos do modelo vigente no século XX com seus públicos, seja na imprensa que adota formas mais explícitas de posicionamentos, mobiliza formatos para agregar públicos, ou na atuação por entidades múltiplas que também se fazem valer dos formatos noticiosos para incidir no espaço público. Há, nas premissas do jornalismo de comunicação, um diálogo mais profícuo entre as alegadas incongruências do Código de Ética do Jornalista Brasileiro que atenderia a ofícios distintos a partir de uma mesma profissão denominada jornalismo.

3.2 ANÁLISE DAS ESTRUTURAS CURRICULARES E EMENTAS

De posse dos projetos pedagógicos de curso das cinco universidades gaúchas, após verificar em seus textos momentos nas quais são descritas compreensões acerca do contexto em que se inserem, e o que elencam como cenários de realização profissional, faz-se aqui uma análise dos elementos que compõe os currículos das universidades de modo a verificar as disposições das disciplinas, as escolhas feitas na construção de cada um dos eixos propostos pelas DCNs, suas predileções teóricas e práticas, e os elementos das ementas que sinalizam para uma nova conformação da prática profissional.

No geral, nenhum curso se notabiliza por uma discrepância na carga horária total, visto que sua realização prática poderia implicar num aumento no número de semestres ou períodos letivos.

Quadro 7 – Carga horária total dos cursos

Universidade	Carga horária total do curso
Unipampa	3060 horas
UFPeI	3000 horas
UFRGS	3000 horas
UFSM	3015 horas
UFSM-FW	3010 horas

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos respectivos Projetos Pedagógicos de Curso.

Os cursos de Jornalismo da UFRGS da UFPeI não distinguem em suas matrizes curriculares quais disciplinas pertencem a quais eixos de formação, observando uma complementariedade entre características de cada eixo numa mesma disciplina. Ainda assim é possível traçar paralelos entre as ementas das disciplinas destas duas universidades com as ementas das disciplinas divididas em eixos das demais universidades, conforme a divisão proposta pelas DCNs.

O curso de Jornalismo da UFRGS classifica as disciplinas ofertadas conforme suas propostas teórica (cerca de 30% das disciplinas ofertadas) ou teórica e prática (cerca de 70% das disciplinas ofertadas), dispondo-as ao longo das etapas do curso como consta no quadro abaixo:

Quadro 8 – Classificações das disciplinas do curso de Jornalismo da UFRGS

Etapas	Teórica	Teórico-prática
Primeira Etapa	História do Jornalismo	Fundamentos da Notícia

	Fundamentos de Rádio e Televisão	
	Teorias da imagem	
	Comunicação, História e Sociedade	
Segunda Etapa	-	Mídias Audiovisuais
		Ciberjornalismo
		Fundamentos da Entrevista Jornalística
		Fundamentos da Reportagem
		Assessoria e Consultoria em Comunicação
Terceira Etapa	Teorias da Comunicação	Comunicação e Cidadania
	Teoria do Jornalismo I	Fotojornalismo I
Quarta Etapa	Cibercultura	Radiojornalismo I
		Fotojornalismo II
		Telejornalismo I
		Radiojornalismo II
		Ciberjornalismo II
Quinta Etapa	Teoria do Jornalismo II	Design Editorial
		Assessoria de Imprensa
		Telejornalismo II
Sexta Etapa	Metodologia de Pesquisa em Comunicação	Jornalismo e Cultura
		Radiojornalismo III
		Telejornalismo III
		Ciberjornalismo III
Sétima Etapa	Ética e Jornalismo	Gestão em Jornalismo
		Jornalismo Impresso
		Laboratório de Jornalismo Convergente
Oitava Etapa	TCC	-

Fonte: Elaborado pelo autor com base no respectivo Projeto Pedagógico de Curso.

O curso da UFPel compreende as disciplinas em formação específica (entre obrigatórias, optativas, de pesquisa, prática e estágio curricular obrigatório). O curso da UFPel, por se tratar de um curso noturno em que a distribuição de carga horária é limitada, distribui em seus cinco primeiros semestres 340 horas/aula; 408 horas/aula nos sexto e sétimo semestres, e 580 horas/aula no oitavo e último, dada a realização do estágio.

Quadro 9 – Distribuição das disciplinas no curso de Jornalismo da UFPel

1º semestre	2º semestre
Introdução ao Jornalismo	Introdução à Comunicação
Produção da Notícia	Impresso
Fundamentos da Comunicação Digital	Webjornalismo
Língua Portuguesa para o Jornalismo	Fotojornalismo
Temas Latino Americanos	Redação e Revisão do Texto Acadêmico

3º semestre	4º semestre
Teorias da Comunicação	Comunicação e Sociedade
Televisão	Telejornalismo
Rádio	Radiojornalismo
Assessoria de Imprensa	Optativa 1
Jornalismo Especializado	Práticas Laboratoriais
5º semestre	6º semestre
Teorias do Jornalismo	Pesquisa em Jornalismo
Planejamento Gráfico	Comunicação e Cidadania
Estética e Teoria da Imagem	Optativa 3
Optativa 2	Optativa 4
Práticas Laboratoriais 2	Optativa 5
	Práticas Laboratoriais 3
7º semestre	8º semestre
Semiótica	Estudos Avançados em Jornalismo
Optativa 6	Jornalismo, Mercado de Trabalho e Empreendedorismo
Optativa 7	Optativa 9
Optativa 8	Optativa 10
TCC 1	TCC 2
Práticas Laboratoriais 4	Estágio

Fonte: Elaborado pelo autor com base no respectivo Projeto Pedagógico de Curso.

Conforme as DCNs, cada um dos seis eixos propostos, de Fundamentação Humanística, de Fundamentação Específica, de Fundamentação Contextual, de Formação Profissional, de Aplicação Processual e de Prática Laboratorial tem um objetivo específico que, agregados, resultam no que se pretende ao ensino durante o curso.

Com relação ao Eixo de Fundamentação Humanística, consta nas DCNs que seu objetivo é

capacitar o jornalista a exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a cidadania, privilegiando a realidade brasileira, como formação histórica, estrutura jurídica e instituições políticas contemporâneas; sua geografia humana e economia política; suas raízes étnicas, regiões ecológicas, cultura popular, crenças e tradições; arte, literatura, ciência tecnologia, bem como os fatores essenciais para o fortalecimento da democracia, entre eles as relações internacionais, a diversidade cultural, os direitos individuais e coletivos, as políticas públicas, o desenvolvimento sustentável, as oportunidades de esporte, lazer e entretenimento e o acesso aos bens culturais da humanidade, sem se descuidar dos processos de globalização, regionalização e das singularidades locais, comunitárias e da vida cotidiana. (BRASIL, 2013, p. 5)

Com base nisso, os projetos pedagógicos da Unipampa, da UFSM e da UFSM-FW propuseram as seguintes disciplinas:

Quadro 10 – Disciplinas do Eixo Fundamentação Humanística

Unipampa	UFSM	UFSM-FW
----------	------	---------

Comunicação e Conjuntura Contemporânea	Comunicação e Cidadania	Comunicação e Cidadania e Ambiente
Comunicação e Cultura	Comunicação e Cultura	Comunicação, Cultura e Poder
Filosofia da Comunicação	História da Comunicação	Introdução à Pesquisa em Comunicação
Sociologia da Comunicação	-	Sociologia da Comunicação
Comunicação e Fronteira	Mídia e Práticas de Consumo	Produção de Sentidos
-	Estética, Imagem e Comunicação	-
-	Pesquisa de Opinião Pública	-
-	Leitura e Produção Textual I e II	-
Carga Horária: 270h	Carga Horária: 555h	Carga Horária: 300h

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos respectivos Projetos Pedagógicos de Curso.

De modo geral, percebe-se a preponderância de disciplinas que, enquanto enquadradas no eixo humanístico, vinculam-se à Comunicação, sem se referir de maneira generalista à Cultura, Filosofia, Sociologia, etc. A alta carga horária disponibilizada pelo curso de jornalismo da UFSM se justifica a partir do resultado de consulta feita com alunos durante as avaliações sequenciais à implantação do projeto pedagógico de 2010 (UFSM, 2014). O curso de jornalismo da UFSM enquadra nesse eixo as disciplinas de Leitura e Produção Textual, que nos casos da UFSM-FW e da Unipampa equivalem a Língua Portuguesa ou Redação, disciplinas situadas no eixo de Formação Profissional. O curso de Santa Maria é, dentre os três, o único que não enquadra Sociologia da Comunicação nesse eixo, dispondo a disciplina no eixo de Formação Contextual, localização mais adequada conforme indicações das DCNs.

Nas ementas das disciplinas enquadradas no eixo de Fundamentação Humanística, é possível encontrar algumas proposições quanto a aspectos que interferem na profissão jornalística: 1) compreender a economia política da comunicação no contexto atual (UNIPAMPA, 2015, p. 78), na disciplina de “Comunicação e Conjuntura Contemporânea”; 2) o impacto social de novas tecnologias da informação (UNIPAMPA, 2015, p. 82), em “Sociologia da Comunicação”; 3) compreender os desafios das práticas comunicacionais contemporâneas (UFSM-FW, 2016, n.p.), em “Comunicação, Cultura e Poder”; 4) “planejar, executar e avaliar projeto ou ação na área de comunicação cidadã” (UFSM, 2014, n.p.), em “Comunicação e Cidadania”; 5) “analisar a produção, circulação e a recepção das mensagens

mediáticas (UFSM, 2014, n.p.), em “Mídia e Práticas de Consumo”; 6) “compreender a articulação entre os meios de comunicação, a sociedade e a cultura” (UFSM, 2014, n.p.), em “Comunicação e Cultura”; 7) mostrar a revolução proporcionada pelas tecnologias de comunicação e as transformações que estas provocam na sociedade (UFSM, 2014, n.p.), em “Estética, Imagem e Comunicação”.

Considerando ainda a comparação das ementas das disciplinas da UFPel e da UFRGS que oficialmente não estão divididas em eixos com as ementas das disciplinas dos cursos das demais universidades discriminadas por eixos, é possível situar no eixo de Fundamentação Humanística a ementa da disciplina “Comunicação e Sociedade” do curso da UFPel, que trata do contexto sociocomunicacional contemporâneo, abordando técnica, evolução, atualidade das tecnologias e linguagens da comunicação, e convergência midiática (UFPEL, 2015, p. 90).

Quanto ao Eixo de Fundamentação Específica, as DCNs apontam que sua função é:

proporcionar ao jornalista clareza conceitual e visão crítica sobre a especificidade de sua profissão, tais como: fundamentos históricos, taxionômicos, éticos, epistemológicos; ordenamento jurídico e deontológico; instituições, pensadores e obras canônicas; manifestações públicas, industriais e comunitárias; os instrumentos de autorregulação; observação crítica; análise comparada; revisão da pesquisa científica sobre os paradigmas hegemônicos e as tendências emergentes. (BRASIL, 2013, p. 5)

Assim, constam no Eixo de Fundamentação Específica as disciplinas abaixo:

Quadro 11 – Disciplinas do Eixo Fundamentação Específica

Unipampa	UFSM	UFSM-FW
Legislação e Ética em Jornalismo	Ética no Jornalismo	Legislação e Ética em Jornalismo
Metodologia da Pesquisa em Comunicação	Teorias Aplicadas em Comunicação I e II	Trabalho de Conclusão de Curso I e II
Fundamentos de Jornalismo	Introdução ao Jornalismo	História do Jornalismo
Introdução ao Pensamento Científico	-	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação
-	Teoria do Jornalismo	Teorias do Jornalismo
Carga Horária: 210h	Carga Horária: 450h	Carga Horária: 480h

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos respectivos Projetos Pedagógicos de Curso.

Em linhas gerais, se percebe que para compreender o Jornalismo a partir de seus fundamentos históricos, epistemológicos, éticos e taxionômicos elencam-se disciplinas que envolvam o fazer científico, a ética e a legislação que envolvem a atividade profissional e

disciplinas que dão conta dos fundamentos do jornalismo e de sua história. A discrepância entre as cargas horárias dos eixos de Fundamentação Específica se deve ao fato de que a Unipampa não enquadra no eixo, como disciplina, a produção de TCC. Caso o fizesse, sua própria carga horária ultrapassaria a dos demais cursos, indo a 510 horas. Ainda, as disciplinas de comunicação que constam no Eixo de Fundamentação Específica fariam parte, segundo as DCNs, a outro eixo, o Contextual.

Com relação às ementas das disciplinas do eixo de Fundamentação Específica, no que diz respeito às mudanças profissionais dos jornalistas, encontra-se na disciplina “Fundamentos de Jornalismo” da Unipampa trechos sobre:

A evolução das mídias e o trabalho jornalístico vinculado às transformações midiáticas da sociedade capitalista [...]. Abrangência de funções e das áreas de atuação. [...] A realidade local e regional do mercado de trabalho de jornalismo. Tendências da atividade profissional. (UNIPAMPA, 2015, p. 78)

Nas ementas das disciplinas do eixo de Fundamentação Específica do curso de jornalismo da UFSM encontra-se como um dos objetivos compreender “o desenvolvimento do jornalismo como profissão e como negócio” (UFSM, 2014, n.p.), em “Introdução ao Jornalismo”; “discernir diferentes formas de compreender a prática jornalística; [...] Desenvolver uma prática profissional reflexiva” (UFSM, 2014, n.p.), em “Teoria do Jornalismo”; “Analisar as relações entre jornalistas, fontes, mercado e públicos” (UFSM-FW, 2016, n.p.), em “Teorias do Jornalismo”.

Nas disciplinas equivalentes em eixo por comparação de ementas, é possível encontrar em “Introdução ao Jornalismo”, da UFPEl, dentre os objetivos da disciplina, “identificar perspectivas profissionais do jornalismo” (UFPEL, 2015, p. 68), contemplando para tanto o trabalho em assessoria de imprensa. Em “Teorias do Jornalismo”, há como objetivo identificar práticas profissionais, e “fatores políticos, sociais, econômicos, éticos e estéticos que interferem nas rotinas de produção de notícias” (UFPEL, 2015, p. 95)

O Eixo de Fundamentação Contextual tem o objetivo de proporcionar conhecimento sobre as teorias da comunicação, da informação e da cibercultura, considerando-as de maneira filosófica, política, psicológica e sociocultural. Incluindo nesse processo as rotinas de produção e os processos de recepção, e ainda a regulamentação dos sistemas midiáticos (BRASIL, 2013).

Quadro 12 – Disciplinas do Eixo Fundamentação Contextual

Unipampa	UFSM	UFSM-FW
Teorias da Comunicação	Teorias da Comunicação	Teorias da Comunicação I e II

Comunicação Digital	Comunicação e Mídias Digitais	Cibercultura
Teorias do Jornalismo	Sociologia da Comunicação	Empreendedorismo
-	Semiótica da Comunicação	Políticas Públicas em Comunicação
-	Comunicação Integrada	-
-	Economia Política da Comunicação	-
-	Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação I e II	-
Carga Horária: 180h	Carga Horária: 450h	Carga Horária: 300h

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos respectivos Projetos Pedagógicos de Curso.

Por se tratar, de modo geral, de um eixo que desenvolve o contexto na qual o jornalismo se vincula, a opção da Unipampa por situar Teorias do Jornalismo em Fundamentação Contextual difere-se da opção das outras duas universidades e do entendimento proposto pelas DCNs, que situaram tal disciplina em sua condição Específica, no eixo anterior.

Quanto às ementas que tratam sobre as mudanças profissionais, em “Comunicação Digital”, é proporcionado ao estudante o estudo de “novas tecnologias da comunicação, seus dispositivos midiáticos e os processos comunicacionais na era da informação ante a cibercultura” (UNIPAMPA, 2015, p. 84), dado que estes incidem nas formas de atuação profissional e, dentro do eixo de Fundamentação Contextual, essa é uma das contribuições cabíveis. Em “Empreendedorismo”, o objetivo é analisar “a situação do profissional de comunicação como empreendedor” (UFSM-FW, 2016, n.p.), e, em “Políticas Públicas em Comunicação”, o intuito é dotar o estudante de conhecimento que lhe permita atuar “no cenário das convergências culturais e midiáticas” (UFSM-FW, 2016, n.p.). Semelhante é a ementa de “Economia Política da Comunicação”, que tem como objetivo refletir “sobre as tendências e perspectivas em torno da economia política dos meios no Brasil” (UFSM, 2014, n.p.).

A oferta de “Comunicação Integrada” pela UFSM como disciplina obrigatória, em detrimento de uma disciplina específica em assessoria de imprensa, demonstra uma proximidade maior à atuação geral da comunicação do que à possibilidade de atuar apenas com criação de conteúdo que remeta à atividade jornalística, dado que propõe capacitar os estudantes a atuarem como gestores de comunicação, avaliando necessidades e oportunidades de empresas em atos de comunicação com seus públicos, para além da formulação noticiosa. Sob outra ótica, esse tipo de conhecimento capacitaria o jornalista a melhor compreender as dinâmicas dos atores no ambiente comunicacional, algo que em parte é intuito da disciplina de

Empreendedorismo da UFSM-FW: em que pese sua nomenclatura generalista, há especificidade proposta à comunicação em sua ementa.

Em “Fundamentos da Comunicação Digital”, disciplina do curso de jornalismo da UFPel que se enquadra aqui como de Fundamentação Contextual a partir da comparação de ementas, tem dentre suas propostas o estudo de novas formas de expressões digitais e “o desenvolvimento de projetos concernentes à convergência tecnológica entre diferentes plataformas” (UFPEL, 2015, p. 71). Em “Introdução à Comunicação”, o exercício profissional nas áreas da comunicação social são matéria de estudo, tendo como objetivo entender “o exercício profissional de cada área da comunicação dentro do composto da comunicação integrada” (UFPEL, 2015, p. 74).

O eixo de Formação Profissional busca aproximar os estudantes de processos de gestão, produção, de métodos e técnicas de apuração, redação e edição jornalística, proporcionando a experiência na atuação prática e no contato com as relações envolvidas no processo. Ainda, busca familiarizar o estudante com gêneros e formatos jornalísticos, inovações tecnológicas e retóricas argumentativas (BRASIL, 2013). No Quadro 13, o elenco das disciplinas deste eixo:

Quadro 13 – Disciplinas do Eixo Formação Profissional

Unipampa	UFSM	UFSM-FW
Introdução à Fotografia	Fotojornalismo	Introdução à Fotografia
Planejamento Visual em Jornalismo	Planejamento Gráfico	Planejamento Gráfico
Redação Jornalística I, II e III	-	Redação Jornalística I e II
Técnicas de Produção Jornalística	Produção Audiovisual	Língua Portuguesa I, II e III
Empreendedorismo em Comunicação	Entrevista	-
Carga Horária: 420h	Carga Horária: 240h	Carga Horária: 420h

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos respectivos Projetos Pedagógicos de Curso.

A disciplina “Empreendedorismo em Comunicação”, da Unipampa, cuja equivalente na UFSM-FW está no eixo anterior de Fundamentação Contextual, aqui vincula-se aos processos de gestão propostos pelo eixo de formação profissional, tomando a disciplina por uma perspectiva mais operacional que a proposta de formação contextual. Sua ementa trata da atuação jornalística *freelance*, dos tipos de empresa de comunicação, planejamento e avaliação de mercado, com objetivo de “despertar para estratégias de negócio” (UNIPAMPA, 2015, p.

104). Ainda na Unipampa, a disciplina “Redação Jornalística I” menciona ênfase na produção noticiosa textual para diversas mídias. Nas ementas das disciplinas da UFSM e da UFSM-FW neste eixo, não há especificamente menções a novas formas de realização da atividade profissional, há apenas generalidades quanto ao cumprimento das demandas propostas pelas disciplinas.

Já no ementário da UFPel, consta a disciplina “Jornalismo, Mercado de Trabalho e Empreendedorismo”, com destaque para as discussões sobre a empregabilidade no mercado para jornalistas, planejamento de carreira, “desenvolvimento de projetos e realização de planos de comunicação e marketing” (UFPEL, 2015, p. 112).

Os eixos de Aplicação Processual e Prática Laboratorial se assemelham, no sentido de desenvolver o uso de ferramentas, técnicas e metodologias para a realização da atividade jornalística, seja qual for o suporte na qual ele ocorra, com a diferença de a Prática Laboratorial ser voltada à realização efetiva de produto editorial para circulação. Chama a atenção a escolha da UFSM-FW em não utilizar na nomenclatura referências tradicionais aos suportes segmentados nas quais o ensino de jornalismo se estruturou. Ao invés de “Radiojornalismo” e “Telejornalismo”, opta por denominações mais simples, mas que ampliam o escopo de sua realização, como por exemplo Reportagem em Mídia Sonora e Reportagem Audiovisual. Ainda, “Fotojornalismo” equivale a “Reportagem Fotográfica”, e mesmo “Assessoria de Imprensa” é descrita por sua intenção de base, “Relacionamento com a Mídia”. A diferenciação do eixo Prática Laboratorial se dá por sua intenção, conforme as DCNs, de proporcionar conhecimentos e habilidades inerentes à profissão a partir de uma proposta integradora dos demais eixos, aplicados em projetos orientados a públicos reais numa publicação efetiva (BRASIL, 2013).

Quadro 14 – Disciplinas do Eixo de Aplicação Processual

Unipampa	UFSM	UFSM-FW
Editoração em Jornalismo	Jornalismo Impresso I	Introdução ao Audiovisual
Radiojornalismo I	Radiojornalismo I	Reportagem em Mídia Sonora
Telejornalismo I	Telejornalismo I	Reportagem Audiovisual
Jornalismo Digital I	Jornalismo Digital I	Reportagens para Suportes Digitais
Assessoria de Comunicação	-	Relacionamento com a Mídia
Jornalismo Especializado	-	Jornalismo de Dados

Fotojornalismo	-	Reportagem Fotográfica
Carga Horária: 420h	Carga Horária: 240h	Carga Horária: 420h

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos respectivos Projetos Pedagógicos de Curso.

Uma das disciplinas do eixo de Aplicação Processual disponibilizada pela Unipampa aborda as estruturas das novas tecnologias de informação e comunicação, enquanto outra disciplina aborda o ensino de atividade fora da mídia. Em “Jornalismo Digital I”, consta abordagem de novas mídias digitais, da linguagem e da produção transmídia, do jornalismo colaborativo e em redes sociais, com objetivo de dar “condições, aos acadêmicos, de reflexão conceitual e crítica sobre a produção, consumo e compartilhamento de conteúdos jornalísticos digitais nos diversos dispositivos midiáticos” (UNIPAMPA, 2015, p. 90). E, em “Assessoria de Comunicação”, são discutidos aspectos históricos e éticos da atividade, suas funções, planejamentos e produtos, tendo a comunicação integrada como elemento da ementa. Ainda, a disciplina sobre “Jornalismo Especializado” busca refletir sobre produções segmentadas em diferentes editorias e que servem a públicos específicos. O restante das disciplinas da Unipampa nesse eixo versam sobre as práticas corriqueiras da atividade em editoração, rádio, televisão e fotografia, assim como as ementas das disciplinas do eixo de Aplicação Processual da UFSM, para disciplinas de jornalismo impresso, radiojornalismo, telejornalismo - todas estas as primeiras disciplinas que têm sequência no eixo de Prática Laboratorial. Quanto à disciplina de “Jornalismo Digital I” da UFSM, em seu programa consta, a título de registro, a discussão sobre a associação entre profissionalismo jornalístico e as novas mídias, colaboração, relação com fontes, redes sociais, plataformas e mobilidade, além de jornalismo feito com base de dados.

Como a classificação neste trabalho dos eixos a que pertencem as disciplinas da UFPel e da UFRGS se trata de um esforço de aproximação, dado que este não era o intuito dos próprios cursos, as intenções de cada eixo acabam por se entrecruzam nas ementas de algumas das disciplinas, de forma que a classificação diz mais respeito a um ordenamento deste trabalho do que a uma objetiva vinculação estrita. Pontuo esse fator pois os tensionamentos são maiores para uma classificação das disciplinas de Aplicação Processual e Prática Laboratorial. A análise das disciplinas que caberiam mais a um eixo que a outro no curso da UFRGS serão feitas posteriormente.

No caso das disciplinas que vinculo aqui à Aplicação Processual da UFPel, é possível distinguir alguns traços das ementas que se referem ao indicativo da atuação profissional, como

preparação para atuação em jornalismo impresso, em webjornalismo, em radiojornalismo e em telejornalismo, mas menção específica a novos formatos se dá na disciplina de “Rádio”, que dentre os objetivos enquadra o conhecimento e a reflexão sobre diferentes formatos de programas de rádio produzidos na atualidade; na disciplina de “Televisão”, em que se debate a produção audiovisual também em plataformas digitais. Há ainda a disciplina de Assessoria de Imprensa que designa e descreve esse lugar de atuação que ganha espaço na trajetória profissional de jornalistas.

Com relação às disciplinas do eixo de Aplicação Processual no curso de jornalismo da UFSM-FW, encontra-se a disciplina de Introdução Audiovisual, que no caso da UFSM sua equivalente está no eixo de Formação Profissional. As demais disciplinas, que apesar das distintas nomenclaturas se assemelham àquelas da UFSM que tratam da produção em rádio, televisão, fotografia e digital de maneira inicial. Em Frederico Westphalen, a disciplina “Relacionamento com a Mídia”, restringe a atuação em assessoria de imprensa ao que esta se propõe, relacionar-se com a imprensa, sem abrir um leque de outras variações de atuação situadas na comunicação e que por vezes tangenciam a produção de conteúdo em publicidade. Traz ainda como obrigatória a disciplina de Jornalismo de Dados, técnica acrescida às rotinas profissionais para lidar com bases de dados na formulação de reportagens.

Quadro 15 – Disciplinas do Eixo de Prática Laboratorial

Unipampa	UFSM	UFSM-FW
Produção de Jornal	Jornalismo Impresso II e III	Reportagem em Jornalismo Impresso
Jornalismo Digital II	Jornalismo Digital II e III	Laboratório em Reportagem Convergente
Radiojornalismo II e III	Radiojornalismo II e III	-
Telejornalismo II e III	Telejornalismo II	-
Produção Multiplataforma em Jornalismo I e II	Estágio Curricular Supervisionado I e II	Estágio Supervisionado
Introdução à Fotografia	Documentário	-
Fotojornalismo	-	-
Produção de Revista	-	-
Carga Horária: 660h	Carga Horária: 680h	Carga Horária: 450h

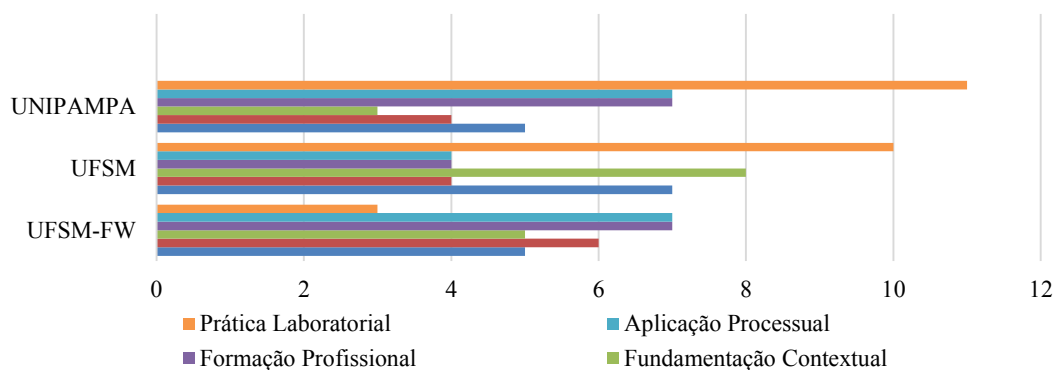
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos respectivos Projetos Pedagógicos de Curso.

No curso de Jornalismo da Unipampa, notabilizam-se as duas disciplinas de “Produção Multiplataforma em Jornalismo”, que se propõem a possibilitar aos acadêmicos a experiência da produção de notícias e reportagens em convergência jornalística, em modelos de redação parcial ou totalmente integrada. Semelhante a esta, a disciplina de “Laboratório de Reportagem Convergente” da UFSM-FW se propõe abordar todo o processo produtivo de uma reportagem multimídia. No caso da UFSM, as disciplinas sequenciais de Jornalismo Impresso, Jornalismo Digital, Radio e Telejornalismo objetivam o ensino do domínio dos processos produtivos de cada um dos meios.

Na UFPel, as Práticas Laboratoriais descrevem em sua ementa como objetivo o desenvolvimento de habilidades práticas na área do jornalismo, através de projetos editoriais ou outras atividades específicas nas áreas de jornalismo impresso, telejornalismo, webjornalismo, radiojornalismo ou assessoria de imprensa, desenvolvendo atividades práticas no jornalismo. Nomeadas do 1 ao 4, não são especificadas as diferenças entre as disciplinas.

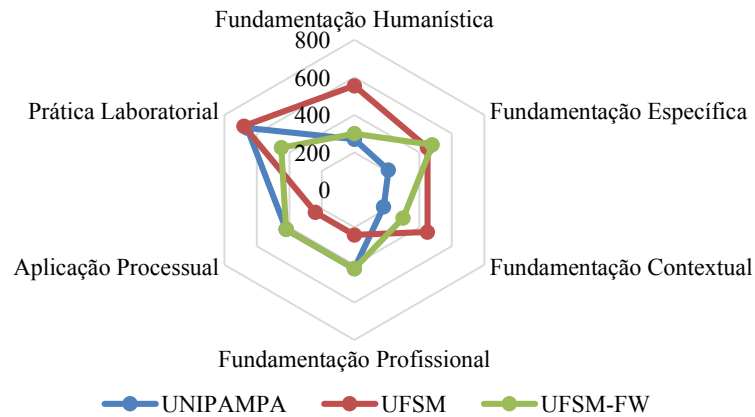
Na Figura 1, disposta abaixo, ilustra-se a distribuição de disciplinas pelos eixos de formação, demonstrando um equilíbrio no número de disciplinas pela UFSM-FW e a preponderância de disciplinas de prática laboratorial nos cursos de Santa Maria e São Borja. Ainda, na Figura 1, a mesma distribuição, porém a partir da carga horária de cada eixo de formação.

Figura 1 – Número de Disciplinas por Eixo de Formação



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos respectivos Projetos Pedagógicos de Curso.

Figura 2 – Distribuição da carga horária entre os eixos de formação



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos respectivos Projetos Pedagógicos de Curso.

O estágio curricular supervisionado, como componente obrigatório a partir das novas DCNs tem por objetivo oficial a consolidação de práticas profissionais ao formando, podendo ser realizado em instituições públicas, privadas, do terceiro setor ou da própria Universidade, também em veículos autônomos e em assessorias profissionais (BRASIL, 2013). Cada curso define, a partir de seu colegiado, os regulamentos particulares, estabelecendo a supervisão e avaliação do processo. O estágio deve ser realizado em locais em que haja um jornalista e o estagiário não pode vir a substituir profissional formado.

Quadro 16 – Características do Estágio Curricular Supervisionado

Universidade	Carga horária	Período de oferta
Unipampa	210 horas/aula	7º e 8º
UFPel	200 horas/aula	8º
UFRGS	210 horas/aula	8º
UFSM	240 horas/aula	7º e 8º
UFSM-FW	210 horas/aula	8º

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos respectivos Projetos Pedagógicos de Curso.

Dado cenário de limitação no número de vagas no mercado de trabalho jornalístico, algumas dificuldades aparecem às universidades brasileiras, conforme as características regionais de cada uma, além de suscitar resistências no estabelecimento de parcerias com empresas de comunicação, por questões éticas (CARVALHO; LIMA, 2018).

Numa análise comparativa das ementas, é possível identificar similaridades entre conteúdos e propostas, notabilizando-se as predileções e exceções adotadas em cada curso.

Quadro 17 – Disciplinas equiparadas por ementa

Unipampa	UFPel	UFRGS	UFSM	UFSM-FW
Comunicação e Conjuntura Contemporânea	Comunicação e Cidadania	Comunicação e Cidadania	Comunicação e Cidadania	Comunicação, Cidadania e Ambiente
Comunicação e Fronteira	Temas Latino Americanos			
Teorias da Comunicação	Teorias da Comunicação	Teorias da Comunicação	Teorias da Comunicação	Teorias da Comunicação I
				Teorias da Comunicação II
Comunicação Digital	Fundamentos da Comunicação Digital	Cibercultura	Comunicação e Mídias Digitais	Cibercultura
Comunicação e Cultura			Comunicação e Cultura	Comunicação, Cultura e Poder
Sociologia da Comunicação			Sociologia da Comunicação	Sociologia da Comunicação
Filosofia da Comunicação	Introdução à Comunicação			
	Comunicação e Sociedade	Comunicação, História e Sociedade	História da Comunicação	
			Economia Política da Comunicação	Políticas Públicas em Comunicação
	Semiótica		Semiótica da Comunicação	Produção de Sentidos
	Estética e Teoria da Imagem	Teorias da Imagem	Estética, Imagem e Comunicação	
Assessoria de Comunicação	Assessoria de Imprensa	Assessoria de Imprensa		Relacionamento com a Mídia
		Assessoria e Consultoria em Comunicação	Comunicação Integrada	
Introdução ao Pensamento Científico / Metodologia da Pesquisa em Comunicação		Metodologias de Pesquisa em Comunicação	Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação I	Introdução à Pesquisa em Comunicação / Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação
	Pesquisa em Jornalismo		Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação II	
Teorias do Jornalismo	Teoria do Jornalismo	Teoria do Jornalismo I e II	Teoria do Jornalismo	Teorias do Jornalismo
	TCC 1		Teorias Aplicadas em Comunicação I	Trabalho de Conclusão de Curso I

	TCC 2		Teorias Aplicadas em Comunicação II	Trabalho de Conclusão de Curso
Fundamentos de Jornalismo	Introdução ao Jornalismo	História do Jornalismo	Introdução ao Jornalismo	História do Jornalismo
Legislação e Ética em Jornalismo		Ética e Jornalismo	Ética no Jornalismo	Legislação e Ética em Jornalismo
Técnicas de Produção Jornalística	Produção da Notícia	Fundamentos da Notícia		
		Fundamentos da Reportagem		
		Fundamentos da Entrevista Jornalística	Entrevista	
				Língua Portuguesa I, II e III
Redação Jornalística I	Língua Portuguesa para Jornalismo		Leitura e Produção Textual I	Redação Jornalística I
Redação Jornalística II			Leitura e Produção Textual II	Redação Jornalística II
Redação Jornalística III				
Produção de Jornal	Impresso	Jornalismo Impresso	Jornalismo Impresso I	Reportagem em Jornalismo Impresso
Produção de Revista			Jornalismo Impresso II	
			Jornalismo Impresso III	
Planejamento Visual em Jornalismo	Planejamento Gráfico	Design Editorial	Planejamento Gráfico	Planejamento Gráfico
Introdução à Fotografia				Introdução à Fotografia
Fotojornalismo	Fotojornalismo	Fotojornalismo I	Fotojornalismo	Reportagem Fotográfica
		Fotojornalismo II		
Radiojornalismo I	Rádio	Radiojornalismo I	Rádiojornalismo I	Reportagem em Mídia Sonora
Radiojornalismo II	Radiojornalismo	Radiojornalismo II	Radiojornalismo II	
Radiojornalismo III		Radiojornalismo III	Radiojornalismo III	
		Mídias Audiovisuais	Produção em Audiovisual	Introdução ao Audiovisual

	Televisão	Fundamentos de Rádio e Televisão		
Telejornalismo I	Telejornalismo	Telejornalismo I		Reportagem Audiovisual
Telejornalismo II (UNIPAMPA) / (UFRGS)		Telejornalismo II		
Telejornalismo III		Telejornalismo III	Documentário	
Jornalismo Digital I	Webjornalismo	Ciberjornalismo I	Jornalismo Digital I	Reportagem para Suportes Digitais
Jornalismo Digital		Ciberjornalismo II	Jornalismo Digital II	
		Ciberjornalismo III	Jornalismo Digital III	
Produção Multiplataforma em Jornalismo I		Laboratório de Jornalismo Convergente		Laboratório de Reportagem Convergente
Produção Multiplataforma em Jornalismo II				
Jornalismo Especializado	Jornalismo Especializado			
Empreendedorismo em Comunicação	Jornalismo, Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	Gestão em Jornalismo		Empreendedorismo
	Estágio		Estágio Curricular Supervisionado I	Estágio Supervisionado I e II
	Estudos Avançados em Jornalismo			
			Mídia e Práticas de Consumo	
				Jornalismo de Dados
			Pesquisa de Opinião Pública	
Editoração em Jornalismo				
	Redação e Revisão do Texto Acadêmico			
		Jornalismo e Cultura		
	Optativa (1 a 10)			

	Práticas Laboratoriais (1 a 4)			
--	--------------------------------------	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos respectivos Projetos Pedagógicos de Curso.

Quanto às disciplinas que se dão por exceção, é possível sublinhar que a oferta de "Comunicação e Fronteira" e "Temas Latino Americanos", respectivamente, por Unipampa e UFPel, ocorrem por sua condição geográfica, na fronteira com a Argentina, no caso do curso de São Borja, e nas proximidades com o Uruguai, no caso pelotense.

Apesar de a UFSM não oferecer como obrigatória disciplina de assessoria de imprensa, oferta "Comunicação Integrada", que proporciona conhecimentos mais amplos da área da comunicação, não somente voltados à produção de conteúdo, mas também à reflexão sobre estratégias comunicacionais, assim como a disciplina de "Assessoria e Consultoria em Comunicação", ofertada pela UFRGS, ainda que mantenha oferta de Assessoria de Imprensa. Ao analisar a oferta de disciplinas que se propõem a trabalhar conteúdos e técnicas básicas sobre o processo de produção noticiosa, chama atenção o fato de que o curso de Jornalismo da UFRGS destina três disciplinas à discussão de fundamentos da notícia, da reportagem e da entrevista, enquanto o curso de Frederico Westphalen, ao não ofertar nenhuma específica, ao contrário dos demais cursos que disponibilizam ao menos uma desse caráter, trabalha tais conceitos no interior das demais disciplinas dos eixos de formação profissional, aplicação processual e prática laboratorial. Ainda, chama atenção a nomenclatura de algumas das disciplinas da UFSM-FW, como "Reportagem Audiovisual", ao invés de telejornalismo, por exemplo, ou "Reportagem para Suportes Digitais" ao invés de web/ciberjornalismo, ou jornalismo digital. De toda forma, as ementas se propõem a tarefas semelhantes. É certo, porém, que tais termos passam a referir-se não só ao ensinamento de conteúdos voltados à mídias tradicionais, mas a uma modalidade mais ampla, a uma prática que já agregue novas mídias.

A proposição, em disciplinas explícitas, ao exercício de jornalismo convergente ou multiplataforma ocorre nos cursos da Unipampa, UFRGS e UFSM-FW. No caso da UFRGS, ocorre depois de três disciplinas de Ciberjornalismo, o que em outras universidades pode ser exercido de maneira incorporada em outras disciplinas vinculadas ao digital, mas em carga horária menor. Se dentre as possibilidades de exercício do jornalismo está a atuação independente que ocupe nichos especializados, somente duas das universidades disponibilizam de forma obrigatória disciplinas de "Jornalismo Especializado", Unipampa e UFPel – novamente, os mais novos dentre os cursos. A oferta de disciplinas voltadas ao

empreendedorismo ocorrem em quatro das universidades, ficando a UFSM de fora após supressão no novo currículo, indicando desenvolvimento dessa temática de maneira incorporada a "Comunicação Integrada". Ao final do quadro, percebe-se também que são poucas as disciplinas que ocorrem de maneira singular em cada um dos cursos, indicando uma regularidade nas proposições dos cursos estabelecidos a partir do que indicam as DCNs.

Em suma, há nas ementas das disciplinas disponibilizadas ao longo de cada um dos eixos do currículo considerações mais ou menos pontuais quanto a aspectos do saber essenciais à compreensão da conjuntura atual da atuação profissional em jornalismo. No eixo de Fundamentação Humanística, destacaram-se aspectos da economia política da comunicação e abordagens sobre novas mídias digitais (Unipampa e UFPel), e proposições de ensino que extrapolam a atuação em imprensa, possibilitando a atuação em processos mais amplos da comunicação (UFSM). No eixo de Fundamentação Específica, encontrou-se ementas dos cursos de Jornalismo da UFSM e da UFPel que versam sobre o jornalismo como profissão e negócio e sobre diferentes compreensões sobre a prática jornalística, no caso da UFPel já incluindo na prática a assessoria de imprensa. A relação entre os agentes envolvidos no fazer jornalístico é levantada em ementas de disciplinas dos cursos de Jornalismo da UFSM-FW e UFPel.

No eixo de Fundamentação Contextual, foram encontrados trechos das ementas sobre novas tecnologias de comunicação e seus processos comunicacionais (Unipampa e UFPel), o profissional como empreendedor e o cenário das práticas convergentes de comunicação (UFSM-FW); as tendências da economia política da comunicação no país, que incide sobre a organização da prática profissional, e o ensino da comunicação integrada como gestão comunicacional, e não apenas redação comunicacional (UFSM e UFPel). No eixo de Formação Profissional, além de ênfase em redação noticiosa para mídias diversas, há ainda uma ementa sobre empreendedorismo, a partir de uma perspectiva operacional (Unipampa), também encontrada em disciplina da UFPel, que se amplia para empregabilidade, carreira, projetos de comunicação.

Já em Aplicação Processual, foi possível encontrar ementas que abordam novas tecnologias, novas mídias (Unipampa e UFSM) e atividades fora da mídia, como em assessoria (Unipampa e UFSM-FW). Há ainda acréscimo, nas disciplinas de rádio e televisão da UFPel de nos formatos digitais para estes. E em Prática Laboratorial, houve menções a práticas em impresso, rádio, televisão, digital e assessoria de imprensa, o que não significa que para o exercício da assessoria haja especificidades que não incluam produção em impresso, rádio,

televisão e digital, mas é notória a separação daquilo que em princípio ainda se considera como "de mídia". Há ainda disciplinas específicas de convergência, na metade final dos currículos, dando conta de agregar o conhecimento acumulado ao longo do curso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se nesta pesquisa uma reflexão sobre ensino de jornalismo num momento em que há um certo tensionamento quanto ao papel histórico cumprido pela imprensa no ato de fazer circular informações pela sociedade, dada uma maior horizontalidade das relações de comunicação proporcionadas pelos suportes digitais, que se encontram disponíveis tanto a profissionais quanto para amadores. É também um momento em que o reflexo observável do processo de migração de parte dos recursos comerciais, que tornavam viável o empreendimento jornalístico, para as mídias digitais se dá no número de vagas disponíveis no mercado de trabalho da mídia para profissionais do jornalismo. Neste cenário, pensar sobre aquilo que se ensina sobre o jornalismo a futuros jornalistas faz surgir questões sobre se a crise propalada é do jornalismo como um processo, ou da profissão jornalística como conhecida. Para pensar se as mudanças que acometem a prática profissional do jornalismo significam alguma alteração substancial do jornalismo em si, foi preciso recorrer a algumas concepções sobre jornalismo que seriam úteis às reflexões sobre seu ensino.

Se há um entendimento quanto a mudanças nas formas de realização profissional da atividade jornalística, perceber novas demandas implicaria em tentar compreender quais delas representariam uma continuidade do jornalismo reconhecível, algo próximo a uma característica essencial, e quais delas seriam flutuantes, determinadas por suas condicionantes no tempo histórico. Leituras que partiam de lugares distintos sobre jornalismo geraram dúvidas sobre como fazer dialogar autores e seus conceitos que partem de lugares também distintos sobre o que é o jornalismo, por exemplo, de forma que essa resposta pudesse embasar melhor as reflexões sobre o que é possível de se alterar no ensino do próprio jornalismo. O misto de conceitos, que vertem de áreas distintas, como epistemologia, ciências da linguagem e sociologia, motivou uma tomada de cuidado mais detida com os usos de cada definição.

A concepção de jornalismo como uma forma social de conhecimento cristalizada no singular por Adelmo Genro Filho em 1987 abriu caminho para a reflexão teórica sobre aquilo que, até então, se dizia que era conformado como uma prática, uma profissão. Aqui, o interesse em saber como os projetos pedagógicos de cursos de graduação em jornalismo se adequaram, num primeiro momento, às novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em jornalismo, partiu da percepção de que, se os cursos de graduação são, no Brasil, o local por excelência em que se formam indivíduos que almejam a realização da atividade jornalística, interessaria saber como estariam sendo considerados em seus documentos constitutivos

adequações que levassem em consideração as mudanças profundas como as que ocorrem no ecossistema midiático, especialmente sua característica convergente, e que, por conseguinte, afetam a própria realização profissional da atividade, na medida em que a informação passa a circular de maneira descentralizada, por amadores, sem que o profissional detenha algo próximo a um monopólio da fala e, portanto, retirando dele parte de sua preponderância.

As dúvidas sobre quais seriam os reflexos de uma crise que afeta a realização profissional do jornalismo no ensino de jornalismo evoluíram para questionamentos sobre qual seria a natureza em si do jornalismo, pois se há nele um processo de crise, haveria de se pressupor um momento de não-crise, um período de “normalidade”, “estabilidade”. Nesse sentido, as reflexões sobre qual seria então a natureza do jornalismo ajudaram a ultrapassar o conceito de crise do jornalismo para o conceito de crise profissional do jornalismo, dado que, ao compreendê-lo como um fenômeno que existiu em tempos cuja profissionalização não era regra, tal característica deixou de ser considerada essencial para sua existência. O jornalismo é anterior à profissão jornalística. E, ao compreender o caráter histórico que o regime de profissionalização do jornalismo teve no surgimento de cursos de graduação em jornalismo, a triangulação entre natureza, ensino e profissão foi realizada.

É tanto um erro falar que a especificidade do jornalismo não pode ser defendida, dada sua caracterização formulada como forma social de conhecimento cristalizada no singular, com características próprias, quanto dizer que o estudo amplo da comunicação constitui-se como um modelo ideal, abrindo espaço para uma formação universitária para o mercado mais amplo da comunicação, cuja formação não necessariamente garantiria preocupação com a necessidade da instrumentalização dos conhecimentos da comunicação para a viabilidade da atividade jornalística na atualidade. Ao compreender o jornalismo como fenômeno, como uma forma social específica de conhecimento, sua ocorrência prescinde, em última instância, do seu atrelamento às condições de realização empregatícia tradicional. É verdade que condições adequadas de trabalho possibilitam a realização de um jornalismo com maior potencial, mais crítico, lido, etc, mas esses são elementos que dizem respeito ao processo de profissionalização, algo distinto que não encontra relação de essencialidade com as caracterizações sobre o jornalismo se tratar de uma forma de conhecimento, dado que o jornalismo já ocorrera em momentos tais em que agentes com múltiplas vinculações com a prática jornalística nele atuavam, sem tê-lo como prática principal em suas vidas.

Os cursos de graduação surgem a partir do processo de profissionalização da categoria na imprensa. Caracterizações do jornalismo como um dos pilares da democracia liberal

ocidental carecem de lastro formal, pois apesar de ser uma das menções propaladas por entidades jornalísticas, a garantia de sua realização profissional se dava pela relação com seus públicos, pelo modelo empresarial, pelo discurso vigente e por ser, por exemplo, um vetor de veiculação de anúncios publicitários de empresas, elementos que possibilitavam a realização empresarial da atividade jornalística, inserida no contexto da sociedade capitalista. É através desse modo de produção que a sociedade, atualmente, encontra amplamente sua organização, atingindo quem quer que seja pelas ações dos agentes por entre os quais esse capital circula. O surgimento das plataformas sociais, ao concentrar públicos e patrocínios que se dividem e migram a partir das mídias tradicionais, desenvolveram notória relevância ao se fazer valer de elementos antes restritos à mídia, determinando novas formas de se relacionar, de se informar, de trabalhar, etc.

A crítica aos currículos dos cursos de jornalismo no que tange às preocupações com o mercado de trabalho dá-se pelo modelo profissional que se refere aos formatos estabelecidos pela atuação na imprensa, e não a modelos que também compreendam em igual medida novas conformações da atividade, tanto dentro quanto fora da mídia. Compreendendo o fenômeno jornalístico em seus pressupostos teóricos próximos a uma essência, e compreendendo que estes fluem ao longo da história em formatos e normas manifestas, ampliam-se os horizontes das formas de trabalho possibilitadas pelos conhecimentos adquiridos e empregados por jornalistas.

O erro de quem defende a primazia da comunicação em detrimento do fenômeno jornalístico está em compreender que somente seja possível estudar o fenômeno jornalístico pelos pressupostos da profissão jornalística marcados pelo paradigma da informação, do século XX, instituídos em um cenário de relativa relevância frente aos públicos, de constituição empresarial rentável, de condicionantes múltiplas e favoráveis. São as condições atuais da pulverização das comunicações, que atingem econômica e socialmente a atividade jornalística, que abalam as certezas de uma compreensão específica com relação ao jornalismo em si, tomado por um tipo ideal e correto. Compreendê-lo fora dos limites da atuação profissional empresarial que se estabeleceu como tradicional, mas que nada mais é que uma forma pertencente a um período histórico, permite até perceber como pessoas não necessariamente vinculadas à mídia, mas jornalistas no sentido de serem os atores do processo denominado jornalismo, garantem, ainda assim, o caráter da atividade como forma de conhecimento sobre a realidade, mesmo que não sejam profissionais.

Se a caracterização oficial da cercania do exercício do jornalismo passa por disputas políticas entre atores sociais com forças distintas, as condições para realização da atividade

pelos marcos profissionais não passa exclusivamente pelo resultado dessas mesmas disputas, entre esses mesmo atores sociais. Economia, tecnologia e cultura atropelam e dão nova forma às possibilidades de trocas informacionais.

O objetivo desta pesquisa poderia ter sido mudado ao longo do trajeto, mas foi proveitoso conciliar uma análise dos projetos pedagógicos tendo em mente concepções de jornalismo, caracterizações sobre suas mudanças e condicionantes profissionais, pois foi da imbricação destes que os cursos de jornalismo surgiram. É nesse contexto que se propõe a crítica, em paralelo às pretensões dos documentos, às grades curriculares e ementários dos cursos que vislumbram a formação daqueles que atuarão com jornalismo, pois não se trata de um cenário em que as transformações nos meios e nas práticas apresentadas já tenham todas sido concluídas. Trata-se de um longo período transicional.

É nesse mesmo período em que jornalistas são formados pelos cursos de jornalismo em exercício em universidades públicas do Rio Grande do Sul, matéria de análise dessa pesquisa. Em seus Projetos Pedagógicos de Curso, descrevem seus históricos, sua inserção na comunidade e analisam as formas de atuação em jornalismo e na comunicação. Os cursos mais novos, datados do final da década de 2000, como o da Unipampa e o da UFPel, falam sobre sua influência e importância no desenvolvimento regional, reflexo das políticas públicas do período em que foram fundadas, abordando também a relevância da comunicação e de uma expansão de mercado, ainda que tratem sobre as limitações do exercício jornalístico em mídia, o que indica a compreensão da realidade do mercado saturado que implica no emprego dos conhecimentos jornalísticos cada vez mais em áreas fora da mídia.

As mudanças que ocasionam a migração profissional constam nos PPCs dos cursos existentes antes da divulgação em 2009 do relatório da Comissão de Especialistas para as novas DCNs como justificativas para a elaboração de um novo PPC, indo além da justificativa legal de que as adequações devessem ocorrer no prazo de dois anos – inclusive extrapolado pelos cursos de jornalismo da UFRGS e da UFSM-FW, o que entretanto não motivou sanções.

Transformações na área da comunicação e no jornalismo implicam em alterações na formação profissional, dado que empurram profissionais de mídia para uma adequação às novas demandas de conquistas de públicos, e mesmo para uma atuação fora da mídia, mesmo que os profissionais mantenham a alcunha de jornalistas. O vislumbre de novas possibilidades de atuação profissional ocorrem considerando novas formas contratuais (de meio expediente, temporário, autônoma, prestação de serviços, captação própria de recursos), implicadas num novo contexto digital enfraquece o exercício tradicional da imprensa, dado que tal inovação é

inclusive aquela que incide sobre as condicionantes econômicas e de relação com os públicos. Fortalece-se, por sua vez, o contexto digital que amplia o mercado de produção de conteúdo. De tal forma, a possibilidade de atuação em assessorias de imprensa não só passa a ser considerada nos documentos dos cursos como já ocorre em larga medida no mercado de trabalho para os jornalistas, dialogando com as características do paradigma de jornalismo de comunicação. Mesmo que se faça valer do leque de conhecimentos de jornalistas, a formação específica em assessoria ainda consta destacada em disciplinas únicas ao longo dos cursos.

Ainda que se fale no limite de vagas no mercado de trabalho atual para o jornalismo de mídia, no Brasil, são dos cursos de graduação em jornalismo que saem os profissionais que atuarão nas empresas jornalísticas que existirem (MICK; LIMA, 2012) e mesmo fora delas, nas assessorias em que seu serviço possa ocorrer em respeito a preceitos éticos, orientados por um interesse em bem informar. Que não haja condições sociais para a existência, por exemplo, de vários institutos de jornalismo, ou fundações estatais que garantam a realização do jornalismo para além do modelo comercial, isso não depende exclusivamente dos cursos de graduação para ocorrer, mas sim das pressões e transformações da sociedade civil organizada, mesmo que isso seja um horizonte que se distancia com o avanço de políticas neoliberais.

A empregabilidade de jornalistas passa, em razoável e crescente medida, por empresas e organizações que se fazem valer de conhecimentos de jornalistas para influir no espaço público, como resultado direto das características condicionantes deste período. Reitera-se o jornalismo como fenômeno de fazer conhecer as singularidades que interessam aos indivíduos e que não deixa de existir pelas mudanças organizacionais que sofre. A Universidade, num lento processo, tende a acompanhar as transformações da categoria que lhe deu fôlego, com novas abordagens dispostas em disciplinas isoladas, nas ementas de algumas disciplinas outrora destinadas a atuação tradicional em imprensa, e também em disciplinas laboratoriais que agregam conhecimentos disponibilizados ao longo dos cursos.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Maria Rita Teixeira. Ensino: Sonhos e pesadelos do curso pioneiro. In: MELO, José Marques de (Org.). **Pedagogia da Comunicação: Matrizes Brasileiras**. São Paulo: Angellara, 2006. Cap. 1. p. 31-43.
- ANTONIOLI, Maria Elisabete. Diretrizes Curriculares e cursos de Jornalismo: a formação do jornalista à luz da legislação educacional. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v. 4, n. 15, p. 182-197, jul./dez. 2014. Semestral. Disponível em: <<http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/viewFile/368/229>>. Acesso em: 05 abr. 2018.
- ANTONIOLI, Maria Elisabete. Jornalista profissional: novas competências para o egresso do bacharelado em jornalismo. In: PINHEIRO, Elton Bruno *et al* (org.). **Práticas e tensionamentos contemporâneos no ensino de Jornalismo**. Brasília: Fac-Unb, 2018. Cap. 2. p. 23-31.
- AREÁN-GARCÍA, Nilsa. Trajetória da constelação sufixal: -ismo, -ista, -ístico (a) e -ística desde a origem grega às línguas modernas. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), v. 42, n. 1, p. 442-454, 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 224 p.
- CAMPONEZ, Carlos. **Fundamentos de deontologia do jornalismo: a auto-regulação frustrada dos jornalistas portugueses (1974-2007)**. Tese de doutoramento em Letras. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009.
- CARVALHO, Edwin; LIMA, Lara de. A implantação do estágio supervisionado obrigatório. In: MEDITSCH, Eduardo *et al* (org.). **O ensino de jornalismo sob as Novas Diretrizes: miradas sobre projetos em implantação**. Miradas sobre projetos em implantação. Florianópolis: Insular, 2018. p. 227-242.
- CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC, 2016. 400 p. (Jornalismo e Sociedade).
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Novas diretrizes para os cursos de jornalismo: o que podemos esperar. o que podemos esperar**. 2009a. Disponível em: <https://christofoletti.com/2009/02/17/novas-diretrizes-para-os-cursos-de-jornalismo-o-que-podemos-esperar/>. Acesso em: 03 mai. 2020.
- _____. **Comissão das diretrizes curriculares de jornalismo já tem calendário**. 2009b. Disponível em: <https://christofoletti.com/2009/02/20/comissao-das-diretrizes-curriculares-de-jornalismo-ja-tem-calendario/>. Acesso em: 03 maio 2020.
- _____. **Diretrizes dos cursos de jornalismo: a segunda audiência**. 2009c. Disponível em: <https://christofoletti.com/2009/04/24/diretrizes-dos-cursos-de-jornalismo-a-segunda-audiencia/>. Acesso em: 04 maio 2020.

_____. **Um relato da terceira audiência das diretrizes**. 2009d. Disponível em: <https://christofoletti.com/2009/05/19/um-relato-da-terceira-audiencia-das-diretrizes/>. Acesso em: 04 maio 2020.

COELHO, Pedro. **Jornalismo e Mercado**: os novos desafios colocados à formação. Covilhã: Labcom Books, 2015. (Pesquisas em Comunicação). 638 p.

DEUZE, Mark. Global Journalism Education. In: BEER, Arnold S. de *et al* (ed.). **Global journalism**: topical issues and media systems. Boston: Pearson Education, 2009a. Cap. 9. p. 131-142.

DEUZE, Mark. Journalism Education in an Era os Globalization. In: LOFFELHOLZ, Martin; WEAVER, David (ed.). **Global journalism research**: theories, methods, findings, future. 2. ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2009b. Cap. 21. p. 267-281.

FIDALGO, Joaquim. **O jornalista em construção**. Porto: Porto Ed., 2008. 191 p.

FIGARO, Roseli. Jornalismo e jornalista: desafios para as novas gerações no século XXI. **Parágrafo**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 23-37, 2014.

GIANASTACIO, Vanderlei. O sufixo-ismo na história das gramáticas da língua portuguesa e sua produtividade a partir do dicionário de língua portuguesa Antônio Houaiss. **SIMELP-SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA**, v. 1, p. 1-18, 2009.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012. 240 p.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**: fundamentos da ciência dos jornais. Petrópolis: Vozes, 2011. 460 p.

GUILHERMANO, Livia. A crise não é do jornalismo, mas do seu financiamento: entrevista com jean charron. **Intexto**, Porto Alegre, n. 45, p. 5-15, maio/ago. 2019. Faculdade de Biblioteconomia Comunicação. <http://dx.doi.org/10.19132/1807-858320190.5-15>.

KARAM, Francisco. **Jornalismo, ética e liberdade**. 4. ed. São Paulo: Summus, 2014. 232 p.

LOPES, Fernanda Lima. **Ser Jornalista no Brasil: identidade profissional e formação acadêmica**. São Paulo: Paulus, 2013. 268 p. (Coleção Temas de Comunicação)

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. Proposta de um modelo metodológico para o ensino da pesquisa em comunicação. In: MOURA, Claudia Peixoto de *et al* (org.). **Pesquisa em comunicação**: metodologias e práticas acadêmicas. Porto Alegre: Edipucrs, 2016. p. 99-108.

MICK, J.; TAVARES, L.. Governance of Journalism and Alternatives to the Crisis. **Brazilian Journalism Research**, [s.l.], v. 13, n. 2, p.114-145, 30 ago. 2017. Associação Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo. <http://dx.doi.org/10.25200/bjr.v13n2.2017.948>. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/948/924>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MEDITSCH, Eduardo. As diretrizes críticas e a crítica das Diretrizes: o "conflito das faculdades" na área acadêmica de comunicação. : o "conflito das faculdades" na área acadêmica de Comunicação. **Questões Transversais - Revista de Epistemologias da Comunicação**, São Leopoldo, v. 3, n. 5, p. 22-26, jan-jun/2015. Semestral.

_____, Eduardo. **Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir**: a função social da universidade e os obstáculos para a sua realização. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2012. 264 p.

_____, Eduardo; SPONHOLZ, Liriam. Prefácio: Bases para uma Teoria do Jornalismo 2.0. In: GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**: Fundamentos da Ciência dos Jornais. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 9-25. (Clássicos da Comunicação Social).

MELO, José Marques de et al (Org.). **Pedagogia da Comunicação: Matrizes Brasileiras**. São Paulo: Angellara, 2006. 312 p.

MICK; Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013. 156 p.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Editora Atlas, 2009, 2. ed.

MORETZSOHN, Sylvia. Duas surpresas na audiência do MEC. 2009. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/duas-surpresas-na-audiencia-do-mec/>. Acesso em: 03 mai. 2020.

MOURA, Cláudia Peixoto de. **O curso de comunicação no Brasil**: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares. Porto Alegre: Edipucrs, 2002. 344 p.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Editora Loyola, 2006. 215 p.

OLIVEIRA, Michelle Roxo de. **Sobre fronteiras no jornalismo**: o ensino e a produção da identidade profissional. 2011. 383 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da Educação Superior no Brasil. In: SOARES, Maria S. A. (org.). **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2002.

PAULA, Maria de Fátima de. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 14, n. 1, p.71-84, mar. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772009000100005>.

PETRARCA, Fernanda Rios. **"O Jornalismo como profissão"**: Recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul. 2007. 308 f. Tese

(Doutorado) – Curso de Programa de Pós-graduação em Sociologia, Ufrgs, Porto Alegre, 2007.

PEUCER, Tobias. Os Relatos jornalísticos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p.13-29, jul./dez. 2004. Semestral. Tradução de Paulo da Rocha Dias. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2070/1812>>. Acesso em: 8 set. 2019.

PONTES, Felipe Simão. **Adelmo Genro Filho e a Teoria do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015. 416 p.

_____; SILVA, Gislene. Jornalismo e realidade: da necessidade social de notícia. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 44-55, dez. 2009

RUELLAN, Denis. Grupo profissional e mercado de trabalho do jornalismo. **Comunicação e Sociedade**, Braga, v. 5, p. 9-24, 21 dez. 2012. University of Minho. [http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.5\(2004\).1242](http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.5(2004).1242).

SALAVERRÍA, Ramón. Mídia e Jornalistas, um futuro em comum? **Parágrafo**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 79-83, jan./jun. 2015. Semestral. TRADUÇÃO: José Geraldo de Oliveira.

SILVA, Gislene. O fenômeno noticioso: objeto singular, natureza plural. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 9-15, jul./dez. 2009a. Semestral. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2009v6n2p9>

_____, Gislene da. Sobre a imaterialidade do objeto de estudo do Jornalismo. **E-Compós**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 1-14, maio/ago. 2009b. E-compos. <http://dx.doi.org/10.30962/ec.372>.

SILVA, Rafael Pereira da; LOPES, Boanerges Balbino. Mudanças estruturais e ensino de jornalismo: o papel do professor nos novos rumos do jornalismo brasileiro. : o papel do professor nos novos rumos do jornalismo brasileiro. **Intexto**, Porto Alegre, n. 35, p. 137, jan./abr. 2016. Faculdade de Biblioteconomia Comunicação. <http://dx.doi.org/10.19132/1807-8583201635.137-153>.

SODRE, Muniz. Sobre a *episteme* comunicacional. **MATRIZES – Revista do programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 15-26, jul-dez. 2007.

SODRE, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977. 583 p.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma história breve do jornalismo no Ocidente. In: SOUSA, J. P. (Org.). **Jornalismo: história, teoria e metodologia**. Porto: UFP, 2008. p. 12-92.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001. 220 p.

_____, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004. 224 p. Volume I.

DOCUMENTOS

1. Currículos mínimos e Diretrizes Curriculares

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo – **Relatório da Comissão de especialistas**. Portaria N. 203/2009, de 12 de fevereiro de 2009. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução 01/CNE/CES/2013**, de 27 de setembro de 2013. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. Brasília. 2013.

PARECER nº 323/62, de 16 de novembro de 1962. Primeiro currículo mínimo para o curso de Jornalismo. **MEC/CFE. DOCUMENTA nº 10**, p. 76-79, dezembro de 1962. PARECER nº 984/65, de 19 de abril de 1966. Segundo currículo mínimo (Reformula o currículo mínimo e a duração do curso de Jornalismo). **MEC/CFE. DOCUMENTA nº 50**, p. 69-70, abril de 1966.

PARECER nº 631/69, de 2 de setembro de 1969. Terceiro currículo mínimo. Plano do currículo de Comunicações. Revisão do currículo de Jornalismo. **MEC/CFE. DOCUMENTA nº 105**, p. 99-117, setembro de 1969.

RESOLUÇÃO nº 11/69, de 6 de agosto de 1969, p. 46-48. Terceiro currículo mínimo. Fica os mínimos de conteúdo e duração do curso de Comunicação Social. MEC/CFE. In: Currículos mínimos dos cursos de nível superior. 2. ed. Brasília, **MEC/DDD**, 1975, p. 136-138.

PARECER nº 1.203/77, de 5 de maio de 1977. Quarto currículo mínimo. Currículo mínimo do curso de Comunicação Social. **MEC/CFE. DOCUMENTA nº 198**, p. 44-55, maio de 1977.

PARECER nº 2/78, de 30 e janeiro de 1978. Quarto currículo mínimo. Currículo mínimo do curso de Comunicação Social. **MEC/CFE. DOCUMENTA nº 206**, p. 89-99, janeiro de 1978.

RESOLUÇÃO nº 3/78, de 12 de abril de 1978, p. 243-252. Quarto currículo mínimo. Fixa o currículo mínimo para o curso de Comunicação Social. **MEC/CFE. DOCUMENTA nº 212**, p. 712-718, julho de 1978.

RESOLUÇÃO Nº 1/79, de 8 de janeiro de 1979. Quarto currículo mínimo. Da nova redação ao artigo 7º da Resolução 3/78. **MEC/CFE. DOCUMENTA nº 223**, p. 373, junho de 1979.

PARECER 480/83, de 6 de outubro de 1983. Quinto currículo mínimo. Currículo Mínimo do curso de Comunicação Social. **MEC/CFE. DOCUMENTA nº 274**, p. 81-109, outubro de 1983.

RESOLUÇÃO 2/84, de 2 de janeiro de 1984, p. 95-98. Quinto currículo mínimo. Fixa o currículo mínimo do curso de Comunicação Social. **MEC/CEF. DOCUMENTA n° 278**, p. 209-212, fevereiro de 1984.

PARECER CNE/CES n° 492, de 3 de abril de 2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2011.

PARECER CNE/CES n° 39, de 20 de fevereiro de 2013. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14111-pces039-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 19 abr. 2017.

RESOLUÇÃO n° 1, de 27 de setembro de 2013. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-deavaliacao-da-educacao-superior/atas-pareceres-e-resolucoes>. Acesso em: 26 abr. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Jornalismo** – Versão 2015. São Borja, Unipampa, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo** – Currículo 2. Pelotas, UFPel, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Jornalismo**. Porto Alegre, UFRGS, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto Pedagógico de Curso: Curso de Comunicação Social – Jornalismo**. Santa Maria, UFSM, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto Pedagógico de Curso: Curso de Jornalismo – Bacharelado**. Frederico Westphalen, UFSM-FW, 2016.

APÊNDICE A - Unidades de registro de cada subcategoria vinculada à justificativa para criação do curso

Subcategoria	Unidades de registro	Universidade
Desenvolvimento regional	O curso de Jornalismo da Unipampa resulta do propósito norteador de criação desta Universidade no Pampa gaúcho. Compromissada com a revitalização socioeconômica da região, seu pleno desenvolvimento e maior integração regional e internacional com os países com que estabelece fronteiras, primou a Unipampa por uma diversidade de campi e de cursos que pudessem contemplar as várias áreas do conhecimento.	Unipampa
	Quando da criação do projeto da Universidade, entendeu-se que esses cursos teriam afinidade com a região, além de serem resultado da reivindicação da comunidade, por intermédio de suas lideranças.	Unipampa
	As trocas e as interações científica, tecnológica e intelectual tiveram grande impulso, atendendo a anseios antigos das comunidades da região Norte do Estado, como os de Frederico Westphalen, município com cerca de 28 mil habitantes, distante 290 quilômetros de Santa Maria e 430 quilômetros da capital do Rio Grande do Sul.	UFSM-FW
	A presença de instituições de ensino superior em qualquer localidade ou região do País tem sido elemento fundamental de promoção de desenvolvimento econômico e social, bem como de melhoria de qualidade de vida da população, com base no melhor aproveitamento das potencialidades locais e na viabilização de maior respeito à vocação de cada região.	UFSM-FW
	O Curso de Jornalismo foi implantado em Frederico Westphalen como Curso de Comunicação Social – Jornalismo, no ano de 2006, e desde então vem contribuindo com o desenvolvimento da comunicação regional, uma vez que grande parte dos jovens formados permanece trabalhando na região.	UFSM-FW
Relevância da área da Comunicação e do Jornalismo	Esta graduação foi concebida de forma a contemplar os paradigmas da contemporaneidade, um momento em que a Comunicação torna-se cada vez mais evidente e necessária, correspondendo aos preceitos que regem a sociedade da informação num contexto amplamente globalizado.	Unipampa
	A comunicação, por sua importância central nesse processo [de revitalização regional] teve seu lugar assegurado no projeto de criação da	Unipampa

	<p>Universidade, cabendo sua oferta no Campus de São Borja pelas peculiaridades histórico-político-culturais do município.</p>	
	<p>Mesmo com o fim da obrigatoriedade do diploma, em 2009, para atuar na profissão, os cursos de Jornalismo, após um breve recrudescimento que afetou especialmente as universidades particulares que cobram mensalidade para se manter, passam agora por um momento de revitalização.</p>	Unipampa
	<p>Numa era concebida como da informação e da comunicação, em que a troca de bens simbólicos assume importância cada vez mais significativa na organização dos povos, entendeu-se que, em se tratando de uma universidade nova e comprometida com a retomada do desenvolvimento do meio em que viria a atuar, de forma alguma poderia a Unipampa prescindir dos cursos de Comunicação Social, tendo em vista também, além do anseio da região, ser a área da Comunicação uma das mais requisitadas pelos estudantes que ingressam na educação superior brasileira.</p>	Unipampa
	<p>Na década de 2000, a Comunicação (Jornalismo incluído) figura entre as dez áreas com maior número de matrículas no Brasil. [...] Em 2009, a área representava 3,7% do total de matrículas, com 221.211 matriculados</p>	Unipampa
Mercado em expansão	<p>Ele [o curso] vem contribuir para a formação de profissionais para um mercado jornalístico regional e nacional em expansão, seja em veículos de comunicação como jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão, seja na área de assessoria de imprensa e webjornalismo, em empresas, órgãos governamentais e em ONGs.</p>	UFPeI
Alinhamento à proposta para as Diretrizes	<p>Ao criar o Bacharelado em Jornalismo, a UFPeI procurou alinhar-se à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo, as quais entendem “inadequado considerar o Jornalismo como habilitação da Comunicação Social, uma vez que esta, como profissão, não existe”</p>	UFPeI
Aumentar o acesso ao ensino superior	<p>O processo de criação do Bacharelado em Jornalismo iniciou em 2009 como mais um curso ofertado no âmbito do Reuni. O Reuni busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior e, de acordo com o MEC, tem como meta dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos.</p>	UFPeI

**APÊNDICE B – Unidades de registro de cada subcategoria vinculada à justificativa
para elaboração de novo Projeto Pedagógico de Curso**

Subcategoria	Unidades de registro	Universidade
Publicação das novas DCNs	A versão aqui apresentada do PPC do curso de Jornalismo da Unipampa em substituição à versão anterior dá-se, sobretudo, em razão das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo, bacharelado, cuja aprovação foi efetivada pelo Parecer CNE/CES nº 39/2013, de 20/02/2013 e Resolução CNE/CES 01/2013.	Unipampa
	[O PPC é concebido de forma a] adequar-se às Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Jornalismo [...]	UFRGS
	[...] considerando ainda a aprovação, em 2013, das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Jornalismo, o Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFSM [...] decidiu pela revisão de seu PPC.	UFSM
	[O novo PPC se justifica] pela necessidade de observar as determinações decorrentes da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais em 2013.	UFSM
	A revisão do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Jornalismo surgiu da necessidade de adequação prevista pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Jornalismo Bacharelado	UFSM-FW
Adequações à formação profissional	As tradicionais habilitações da Comunicação – Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas – , por conta dos anseios de entidades acadêmicas e profissionais vinculadas ao ensino e ao exercício dessas profissões no Brasil, estão passando por mudanças.	Unipampa
	[O novo PPC foi concebido de forma a] atualizar conteúdos e estrutura curricular face à realidade do Jornalismo contemporâneo	UFRGS
	Face a essa realidade e às consequentes demandas por maior profissionalização , o Ministério da Educação instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Jornalismo	UFRGS
	e considerando exigência de reposicionamento curricular, visando a formação profissional adequada ao cenário de transformações no Jornalismo	UFSM
	pelo reconhecimento das mudanças nas dinâmicas do mercado de trabalho	UFSM
Avaliações realizadas pelas Universidade	A reformulação da estrutura curricular do Curso de Jornalismo é um anseio presente tanto nos docentes como nos discentes , sobretudo pela demora para os estudantes ingressarem no núcleo	UFPeI

	específico da sua formação, já que os dois primeiros semestres do currículo original são essencialmente constituídos de disciplinas do Curso de Letras.	
	A nova proposta curricular, portanto, resulta desse amplo debate , realizado no Curso desde a implantação do currículo vigente, em 2010.	UFSM
	Acompanhando as avaliações regulares realizadas pela Coordenação de Curso e pela Universidade Federal de Santa Maria	UFSM
	O curso [também] realizou uma avaliação interna, através dos questionários [aos estudantes]	UFSM
	Essa mudança curricular também foi refletida pelo corpo docente, com a participação de profissional da área de Jornalismo e com a representação discente no âmbito do Colegiado do Curso.	UFSM
Transformações na Comunicação e no Jornalismo	As novas diretrizes, sintonizadas com as mudanças profundas verificadas no campo da comunicação nos últimos anos [...]	Unipampa
	Assim, as mudanças não transformam apenas as práticas profissionais, mas a própria instituição social chamada Jornalismo . O cenário pode ser compreendido como de mudança paradigmática. Recente e complexo, vem sendo descrito como de convergência das mídias.	UFRGS
	A reestruturação curricular proposta visa atualizar o processo de formação superior em Jornalismo num mundo radicalmente transformado e em constante mutação, cenário que afeta também de forma radical, tanto os modos de produção e difusão da informação de atualidade (especificidade do Jornalismo como profissão e instituição) quanto os processos de circulação e consumo dessa informação .	UFRGS
Compromisso da Universidade com a Sociedade	Um novo PPC se justifica para que o Curso possa melhor cumprir o compromisso da Universidade com o interesse coletivo , por intermédio de constante diálogo com a sociedade	UFSM
	Entende-se que o Curso apresentado neste PPC contribui para o cumprimento do compromisso público da Universidade vinculado ao interesse coletivo , em constante diálogo com a sociedade e contato com o mercado de trabalho.	UFSM-FW
Desenvolvimento de Teorias do Jornalismo	O novo PPC justifica-se pela necessidade de revisão do Projeto criado em 2010, em especial quando consideramos o desenvolvimento constante das reflexões sobre o Jornalismo no âmbito acadêmico – as Teorias do Jornalismo	UFSM

APÊNDICE C – Unidades de registro de cada subcategoria vinculada a indicativos de formas e meios de atuação profissional

Subcategoria	Unidades de registro	Universidade
Novas relações contratuais	Num mundo em que, conforme a história tem demonstrado, os índices de empregos formais estão em escala descendente, é aconselhável que os novos profissionais estejam preparados para outras formas de trabalho, inclusive o temporário, de meio-expediente e, sobretudo, para se arriscar em iniciativas próprias, em atividades autônomas e/ou empresas prestadoras de serviço ou de comunicação independente dos grupos constituídos	Unipampa
	Além disso, com a expansão das novas mídias digitais, abre-se hoje um imenso leque de possibilidades que acentuam não apenas a inserção no mercado de trabalho existente como também acarretam a prospecção de iniciativas empreendedoras de caráter inovador no campo da comunicação.	Unipampa
	[...] a atividade autônoma é a que mais cresce na área do Jornalismo e tem seduzido muitos estudantes e recém-formados que anseiam por entrar no mercado de trabalho [...]	Unipampa
	[...] “o potencial de ampliação desse mercado de jornalismo impresso reside na possibilidade de os novos jornalistas explorarem o mercado de nicho (ANDERSON, 2006), identificando necessidades e captando recursos para criar novas publicações, suplementos ou cadernos ” (NEGRINI E BRANDALISE).	UFPeI
	Na área de webjornalismo há, segundo as pesquisadoras, “ um grande potencial de expansão de mercado, desde que os novos jornalistas atentem para o mercado de nicho ao produzir conteúdos para os veículos de comunicação já estabelecidos no mercado ou ao empreenderem seus próprios negócios ” [...]	UFPeI
	Essa perspectiva aponta também para o potencial empreendedor do jornalista, que poderá buscar implantar e consolidar publicações impressas ou on line para o público residente nesses bairros [...]	UFPeI
	[...] destacam-se as oportunidades de construção independente de conteúdos, com sentido empreendedor.	UFPeI
	Os egressos do Curso de Jornalismo – Bacharelado poderão atuar como profissional contratado ou freelancer [...]	UFPeI-FW
Contexto digital	[...] há mercado significativo a ser explorado em relação a conteúdos para a internet [...]	UFRGS
	[...] novas funções são atribuídas ao jornalista, dentre as quais se destacam: a) a curadoria, diante de um volume imenso de informações que circulam através	UFRGS

	de redes digitais; b) a pesquisa em bases de dados, que permite um tipo de apuração que utiliza técnicas de mineração para a descoberta de informações valiosas em bancos de dados.	
	“preparar o aluno para um contexto de mutação tecnológica constante , que requer domínio de técnicas e ferramentas contemporâneas”	UFRGS
	[...] será competente para executar, além das rotinas tradicionais, as técnicas multimidiáticas em notícia e reportagem, podendo exercer atividades jornalísticas em redações organizadas em modelos de multiplataforma.	UFSM
	[...] o perfil profissional deste Curso também prepara o futuro jornalista para atuar nos novos campos da comunicação digital no ciberespaço, em diferentes plataformas, como sites de redes sociais, portais, sites, blogs , entre outros.	UFSM
Atuação em assessoria	De acordo com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul, assessor de imprensa é a ocupação de mais de 70% dos jornalistas atualmente no RS [...]	UFPeI
	Verifica-se dificuldade estatística semelhante em relação aos serviços de assessoria de imprensa oferecidos no Rio Grande do Sul. Cabe lembrar que, conforme o Perfil profissional do jornalista brasileiro (FENAJ, 2013), 68% dos profissionais no país atuam nesta área.	UFRGS
	[...] a atuação profissional do jornalista proposta neste Projeto Pedagógico de Curso inclui as atividades de assessoria de comunicação em contextos governamentais e não governamentais, institucionais, associativos e/ou sindicais, além de meios de comunicação comunitários.	UFSM
	[as] atividades podem ser desempenhadas em: entidades públicas; empresas privadas nacionais e internacionais; Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações Internacionais Não Governamentais (OINGs); sindicatos; movimentos sociais nacionais e internacionais; agências de comunicação; assessorias de comunicação ou de imprensa; consultorias de comunicação; assessoramento a personalidades (como políticos, artistas ou quaisquer outros profissionais); qualquer entidade que requeira as atividades do profissional de jornalismo com finalidades institucionais ou em apoio às áreas Gerenciais ou de Recursos Humanos;	UFSM-FW
Redações tradicionais	[...] a abertura de um segundo curso de jornalismo vem inflacionar um setor aparentemente já saturado nas áreas de impresso, televisão e rádio [...]	UFPeI
	Este profissional estará apto a atuar em diferentes contextos da prática profissional em Jornalismo, como em redações de veículos jornalísticos de modelos	UFSM

	tradicionais: jornais, revistas, rádio, televisão e internet.	
Carreira acadêmica	O presente PPC também permite que o profissional egresso inicie sua carreira de pesquisador e professor , por intermédio da continuidade dos estudos em cursos de Pós-Graduação, como especialização, mestrado e doutorado.	UFSM
	[áreas de atuação] professor; pesquisador; extensionista [...]	UFSM-FW